



**Instituto Superior de Ciências Educativa**

# **AUTONOMIZAÇÃO EM LARES DE INFÂNCIA E JUVENTUDE**

**ELODIE COSTA**

**Relatório Final para obtenção do grau de Mestre em Educação Social:  
Intervenção com Crianças e Jovens em Risco**

**Orientador: Professora Doutora Filipa Coelho, ISCE**

**Odivelas**

**Fevereiro, 2017**



**Instituto Superior de Ciências Educativas**

# **AUTONOMIZAÇÃO EM LARES DE INFÂNCIA E JUVENTUDE**

**ELODIE COSTA**

**Relatório Final para obtenção do grau de Mestre em Educação Social:  
Intervenção com Crianças e Jovens em Risco**

**Orientador: Professora Doutora Filipa Coelho, ISCE**

**Odivelas**

**Fevereiro, 2017**

## **Agradecimentos**

Gostaria de começar por agradecer à minha orientadora Professora Doutora Filipa Coelho pelo apoio, disponibilidade, compreensão e orientações académicas e científicas.

À Dra. Conceição Lopes pela sua competência e receptividade e aos elementos da equipa técnica do Lar Santa Isabel.

À minha família e amigos pelo carinho, força e incentivo, em particular à minha mãe.

Um agradecimento especial a todas as crianças e jovens do Lar Santa Isabel, pela aceitação e carinho.

## **Resumo**

O Modelo de competência social considera que o comportamento social é apenas uma das componentes para se conseguir uma competência social que permita a integração e capacitação social. Outros fatores, tais como, os chamados aspetos cognitivos da competência social (consciência pessoal e social, observação, interpretação e planeamento) as oportunidades concedidas e uma comunidade competente, são tudo fatores importantes para a capacitação social.

Neste âmbito, através de um estágio realizado no Lar Santa Isabel designado como um Lar de Infância e Juventude, que segundo o Dec. Lei n.º 142/2015 de 8 de Setembro, art.º 7.º, estas entidades com competência em matéria de infância e juventude devem, no âmbito das suas atribuições, promover ações de prevenção primária e secundária, nomeadamente, mediante a definição de planos de ação local para a infância e juventude, visando a promoção, defesa e concretização dos direitos da criança e do jovem, criou-se um projeto de intervenção que teve como principal objetivo o desenvolvimento das competências pessoais e sociais das crianças e jovens e a promoção da autonomia das mesmas, de forma a criarem relações grupais e intergrupais positivas.

Na fase do diagnóstico delineou-se o projeto de intervenção que permitiu o desenvolvimento de atividades que serviu para a preparação de competências sociais e pessoais e para o processo de autonomia referente a um futuro após o acolhimento. O projeto foi implementado através da metodologia investigação-ação, que permitiu delinear um conjunto de atividades referidas anteriormente.

A análise dos dados recolhidos durante a fase da avaliação caracterizou-se por uma evolução das competências pessoais e sociais das crianças/jovens, manifestadas através da colaboração e o espírito de equipa.

**Palavras-chave:** Crianças e Jovens em Risco; Competências Sociais e Pessoais; Autonomia; Diagnóstico; Projeto de Intervenção.

## **Abstract**

The model of social competence considers that social behavior is only one component to achieve social competence enabling integration and social empowerment. Other factors, such as the so-called cognitive aspects of social competence (personal and social awareness, observation, interpretation and planning) opportunities granted and competent community are all important factors for social empowerment.

In this context, through an accomplished internship in institution Santa Isabel, designated as a Home for Children and Youth, which according to Dec. Law no. 142/2015 of September 8, art. 7, these entities with competence in matters of childhood and youth must, within the scope of their attributions, to promote primary and secondary prevention actions, in particular through the definition of local action plans for children and youth, aimed at promoting, defending and realizing the rights of children and young people, it was created an intervention plan that had as main purpose, the development of personal and social skills of children and young people and the promotion of autonomy of them, in order to create group relations and positive intergroup.

At the stage of diagnosis outlined to the intervention project that allowed the development of activities that served for the preparation of social and personal skills and the autonomy process concerning a future after the reception.

The analysis of data collected during the evaluation phase was characterized by an evolution of the personal and social skills of children/young people, expressed through collaboration and team spirit.

**Keywords:** Children and Youngsters at Risk; Personal and Social Skills; Child; Autonomy; Diagnostic; Intervention Project.

## **Siglas**

**AFA** – Associação Fazer Avançar

**APAV** – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

**CDSS** – Centro Distrital de Segurança Social de Leiria

**CML** – Câmara Municipal de Leiria

**CNPDPCJ** – Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens

**CPCJ** – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

**CSPPVI** – Centro Social Paroquial Paulo VI

**FAJUDIS** – Federação das Associações Juvenis do Distrito de Santarém

**LIJ** – Lar Infância e Juventude

**LPCJP** – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

**LSI** – Lar de Santa Isabel

**PPVI** – Plano de Preparação para a Vida Independente

**PSEI** – Plano Sócio-Educativo Individual

## Índice Geral

Introdução .....	1
Capítulo I.....	3
2. Enquadramento Teórico .....	3
2.1. Regime Jurídico Aplicável às Situações dos Maus Tratos .....	3
2.2. O Sistema Jurídico Português .....	4
2.3. Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.....	6
2.3.1. Segunda Alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo .....	10
2.4. Acolhimento Institucional.....	12
2.4.1. Comissão de Proteção de Crianças e Jovens .....	13
2.4.2. Tribunais .....	15
2.4.3. Lares de Infância e Juventude .....	17
2.5. Maus Tratos .....	21
2.5.1. Tipos de Maus Tratos .....	22
2.5.2. Trabalho Infantil .....	26
2.5.3. Maus Tratos Pré-Natais .....	26
2.5.4. Maus Tratos Institucionais .....	26
2.6. Dinâmica dos Maus Tratos e Intervenção na Saúde .....	27
2.6.1. Fatores de Risco .....	27
2.6.2. Fatores de Proteção.....	31
2.6.3. Fatores de Agravamento/Crises de Vida .....	32
2.6.5. Grau de Severidade da Situação de Maus Tratos .....	33
2.6.6. Perigo.....	34
2.6.7. Conceito de Urgência na Proteção dos Maus Tratos.....	35
2.7. A Autonomização .....	35

2.8.	A Intervenção Socioeducativa .....	38
2.9.	O Educador Social nos Lares de Infância e Juventude .....	40
2.10.	Educação Não-formal na Pedagogia Social .....	42
Capítulo II.....		43
3.	Caracterização Institucional .....	43
3.1.	Enquadramento Histórico .....	43
3.2.	Caracterização Física .....	44
3.3.	Enquadramento Jurídico .....	44
3.4.	Funcionamento Interno .....	46
3.5.	Recursos Humanos .....	48
3.6.	Caracterização do Público-Alvo .....	48
Capítulo III .....		49
4.	Intervenção Socioeducativa.....	49
4.1.	Diagnóstico .....	50
4.2.	Fundamentação da Problemática .....	54
4.3.	Finalidade.....	54
4.4.	Objetivos da intervenção socioeducativa.....	54
4.5.	Competências .....	55
4.6.	Metodologia .....	55
4.7.	Estratégias .....	56
4.8.	Recursos .....	56
4.9.	Destinatários .....	57
4.10.	Cronograma .....	57
4.11.	Ações/ Atividades .....	58
4.11.1.	Atividades realizadas no âmbito do Projeto .....	59
4.11.2.	Atividades realizadas no âmbito do Estágio Curricular .....	60
4.11.3.	Atividades Complementares .....	64



1.12. Avaliação.....	64
5. Reflexões Finais .....	69
6. Referências Bibliográficas .....	71
Anexo A. Menos crianças mas mais adolescentes acolhidos em instituições .....	78
Anexo B. Escala de Inteligência para Crianças (WISC-III) .....	79
Apêndice A. Grelhas de Observação .....	82
Apêndice A. Grelhas de Observação .....	83
Apêndice B. Pré-Questionário da Parte I.....	89
Apêndice C. Pós-Questionário da Parte I .....	93
Apêndice D. Pré-Questionário da Parte II .....	97
Apêndice E. Pós-Questionário da Parte II .....	100
Apêndice F. Organograma do Lar Santa Isabel .....	102
Apêndice G. Atividades praticadas fora do Lar de Santa Isabel .....	103
Apêndice H. Atividades realizadas no âmbito do estágio curricular – Atividade 1 .....	105
Apêndice I. Atividades realizadas no âmbito do estágio curricular – Atividade 2.....	106
Apêndice J. Atividades realizadas no âmbito do estágio curricular – Atividade 3 .....	108
Apêndice K. Atividades realizadas no âmbito do estágio curricular – Atividade 4 .....	110
Apêndice L. Atividades realizadas no âmbito do estágio curricular – Atividade 5.....	112
Apêndice M. Atividades realizadas no âmbito do estágio curricular – Atividade 6.....	114
Apêndice N. Atividades realizadas no âmbito do estágio curricular – Atividade 7 .....	116
Apêndice O. Atividades realizadas no âmbito do estágio curricular – Atividade 8 .....	118
Apêndice P. Atividades realizadas no âmbito do estágio curricular – Atividade 9.....	120
Apêndice Q. Atividades realizadas no âmbito do estágio curricular – Atividade 10 ....	121
Apêndice R. Atividades realizadas no âmbito do estágio curricular – Atividade 11 ....	123
Apêndice S. Letra de uma Música .....	125

## Índice de Gráficos

Gráfico 1. Sabes o que é um Curriculum Vitae? .....	89
Gráfico 2. Sabes para que serve? .....	89
Gráfico 3. Consegues fazer o teu próprio CV? .....	90
Gráfico 4. Já alguma vez utilizaste algum? .....	90
Gráfico 5. Sabes que existem vários tipos de CV? .....	91
Gráfico 6. Sabes o que é um Curriculum Vitae? .....	93
Gráfico 7. Sabes para que serve? .....	93
Gráfico 8. Consegues fazer o teu próprio CV?.....	94
Gráfico 9. A formação foi útil para o teu percurso profissional? .....	94
Gráfico 10. Já consegues fazer um CV sozinha? .....	95
Gráfico 11. Já alguma vez foste a uma entrevista de emprego? .....	96
Gráfico 12. O que achas ser necessário para uma entrevista de emprego? .....	97
Gráfico 13. O que achas que pode correr mal? .....	97
Gráfico 14. O que esperas aprender? .....	98
Gráfico 15. O que aprendeste irá ser útil para o teu futuro? Porquê? .....	99
Gráfico 16. Achaste o conteúdo da aprendizagem interessante? .....	100
Gráfico 17. O que menos gostaste? .....	100

## Índice de Tabelas

Tabela 1. Sinais, sistemas e indicadores de abuso sexual .....	24
Tabela 2. Principais fatores de risco no desenvolvimento das crianças e adolescentes ....	31

Tabela 3. Situações de perigo para a criança/jovem .....	34
Tabela 4: Urgência na proteção dos maus tratos .....	35
Tabela 5: Funcionamento do sistema de acolhimento nacional .....	34

## **Índice de Figuras**

Figura 1. Sistema de proteção em Portugal .....	16
Figura 2. Percurso do acolhimento no Lar de Infância e Juventude .....	18
Figura 3. Acolhimento em Portugal entre 2006-2014 .....	19
Figura 4. Detecção de fatores de risco, de proteção e de agravamento/crises de vida .....	32
Figura 5. Pirâmide de necessidades de Maslow .....	37

## **1. Introdução**

O presente relatório insere-se no âmbito do Estágio Curricular do Mestrado em Educação Social: - Especialização em Intervenção com Crianças e Jovens em Risco, ministrado no Instituto Superior de Ciências Educativas de Odivelas.

O Centro Social Paroquial Paulo VI é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, ao serviço da Paróquia da Sé de Leiria e da qual faz parte. Tendo por princípio apoiar e educar, este Centro pretende corresponder às expectativas através das respostas sociais que integra, nomeadamente: a Creche, o Jardim de Infância, o Centro de Atividades de Tempos Livres o Lar Santa Isabel, o Serviço Social, a Secção da Rua Paulo VI e Serviço de Voluntariado “Barraca”. O lar de Santa Isabel consiste numa resposta social para a infância e a juventude do sexo feminino, destinado ao acolhimento de longa duração (período superior a 6 meses) de crianças e jovens em situação de perigo, isto é, destituídos de um meio familiar ou que apresentem problemáticas que tornem necessário o seu afastamento.

O estágio decorreu no Lar Santa Isabel – resposta social do Centro Social Paroquial Paulo VI – que se trata de acolhimento residencial para jovens do sexo feminino, no período de Abril a Julho de 2016.

As motivações que levaram à escolha do local de estágio foram a possibilidade de adquirir conhecimentos práticos, relacionados com a problemática dos maus-tratos infantis, compreender a intervenção realizada por vários profissionais do trabalho social, mas principalmente para desenvolver a temática numa perspetiva de uma intervenção socioeducativa. Também, por se tratar de um Lar de Infância e Juventude, proporcionaria novas experiências numa realidade que era totalmente desconhecida, suscitando um interesse profundo sobre as vivências das crianças em instituições de acolhimento, nomeadamente acerca do quotidiano destas.

No decorrer dos quatro meses de estágio no Lar Santa Isabel estavam acolhidas quarenta crianças e jovens do género feminino, com idades entre os 9 e os 20 anos. Primeiramente, após período de integração, foi traçado o diagnóstico através de uma reunião com a equipa multidisciplinar técnica do Lar Santa Isabel e decidiu-se que a mestranda iria trabalhar na promoção da autonomização junto das jovens institucionalizadas. As jovens que, não tendo possibilidade de regresso ao seu meio familiar, necessitam de se manter em situação de

acolhimento por um período de tempo mais prolongado, durante o qual deverão ser estimuladas e apoiadas as suas competências pessoais e sociais visando a preparação para a sua plena autonomia futura.

Após concluído o diagnóstico, a mestranda equacionou a seguinte questão de partida: De que forma a intervenção socioeducativa, promove a autonomização das crianças e jovens acolhidas no Lar Santa Isabel a partir do desenvolvimento das competências pessoais e sociais?

No projeto de intervenção foi utilizada a investigação-ação como metodologia, considerando como instrumentos de investigação: inquéritos por questionário e grelhas de observação. O desenvolvimento do projeto de intervenção teve como finalidade promover o desenvolvimento das competências pessoais e sociais e a autonomização das crianças e jovens do Lar Santa Isabel. Desenvolveram-se diversas atividades, que permitiram motivar as crianças e jovens a melhorar certos aspetos a nível físico e psicológico, de forma a capacitar a sua autonomização e a expandir as suas competências pessoais e sociais.

O relatório encontra-se dividido em três partes: o enquadramento teórico, a caracterização institucional e a intervenção socioeducativa. No primeiro capítulo foi descrito o enquadramento teórico onde são referidos diversos conceitos, como certos artigos da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo; maus tratos e a sua tipologia; o conceito de risco e perigo; o acolhimento institucional; a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco e Tribunais; a autonomização; o cruzamento entre pedagogia social, educação não-formal e a intervenção socioeducativa. No segundo capítulo foi abordado o local de estágio, ou seja, foi descrito todos os aspetos referentes ao Lar Santa Isabel, uma resposta social do Centro Social Paroquial Paulo VI para a infância e juventude do sexo feminino. No terceiro capítulo apresentou-se o diagnóstico efetuado, a fundamentação da problemática, finalidades e objetivos do projeto, metodologia adotada, estratégias, recursos, destinatários, cronograma, atividades e avaliação.

Por fim, foram apresentadas as reflexões finais, onde se integrou uma avaliação global do estágio tendo em conta as expectativas, os processos de trabalho e o desempenho, assim como as implicações práticas relacionadas com as atividades desenvolvidas.

## **Capítulo I**

### **2. Enquadramento Teórico**

O enquadramento teórico procura ser a recolha de todas as informações técnicas e científicas, relacionadas com o tema que se irá abordar. Inclui a fundamentação do projeto, ou seja, a escolha do tema, identificação dos critérios usados para essa seleção e respetiva justificação; a identificação e descrição dos principais conceitos relevantes para o estudo; a identificação dos vários estudos e investigações que existem no presente sobre o assunto que está a ser tratado e a síntese da metodologia e dos resultados a que chegaram os autores consultados (Baião, 2012).

No presente relatório, a mestranda aborda os seguintes temas: a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo; os maus tratos e a sua tipologia; o risco e o perigo; o acolhimento institucional e os lares de infância e juventude; a autonomização e a intervenção socioeducativa.

#### **2.1. Regime Jurídico Aplicável às Situações dos Maus Tratos**

O estatuto da criança enquanto sujeito de direito tem uma origem histórica recente, situando-se em meados do século XX, num período pós-guerra, integrado num movimento mais amplo de reconhecimento dos direitos humanos fundados na dignidade da pessoa humana. Neste contexto, em 1989, deu-se a Convenção sobre os Direitos das Crianças, elaborada pelas Nações Unidas, onde a criança ficou reconhecida, na sua qualidade de sujeito participativo interveniente no seu próprio processo de crescimento, mediante o reconhecimento do direito de audição e participação nos processos que lhe dizem respeito (Montano, 2017). A Convenção sobre os Direitos das Crianças representa um vínculo jurídico para os Estados que a ela aderem, os quais devem ajustar as normas de Direito Interno às da Convenção, para a promoção e proteção eficaz dos direitos e Liberdades nela consagrados. A Convenção dos Direitos da Criança foi assinada por 191 países e em Portugal, este diploma foi ratificado a 21 de Setembro de 1990, entrando em vigor em

Outubro do mesmo ano. A Convenção assenta em quatro pilares fundamentais que estão relacionados com todos os outros direitos das crianças:

- a) A não discriminação, que significa que todas as crianças têm o direito de desenvolver todo o seu potencial (todas as crianças, em todas as circunstâncias, em qualquer momento, em qualquer parte do mundo);
- b) O interesse superior da criança deve ser uma consideração prioritária em todas as ações e decisões que lhe digam respeito;
- c) A sobrevivência e desenvolvimento sublinha a importância vital da garantia de acesso a serviços básicos e à igualdade de oportunidades para que as crianças possam desenvolver-se plenamente;
- d) A opinião da criança, que designa a voz das crianças, em que esta, deve ser ouvida e tida em conta em todos os assuntos que se relacionem com os seus direitos (UNICEF, 2017).

A legislação em matéria de infância incentivou o compromisso dos Estados na promoção e proteção dos direitos da criança integrando no sistema jurídico vários princípios que satisfazem as necessidades das crianças a nível social, civil, económico, político e cultural.

Em Portugal, a proteção de menores gera grande importância com a publicação do Decreto de 1 de Janeiro de 1911, que criou as Comissões de Proteção, no entanto, foi a Lei de Proteção à Infância, de 27 de maio de 1911, que deu início à organização de um sistema judicial de proteção às crianças e jovens (Candeias & Henriques, 2012).

## **2.2. O Sistema Jurídico Português**

O sistema de proteção à infância e juventude, em Portugal, tem sofrido profundas alterações, deslocando-se de um modelo de intervenção “protecionista” no qual todas as crianças em perigo moral, desamparadas e delinquentes carecem de proteção, para um modelo “educativo”. Criam-se pela primeira vez em Portugal os Tribunais de Menores, designados como Tutorias de Infância, cuja definição se transcreve como sendo “um tribunal coletivo especial, essencialmente de equidade, que se destina a defender ou proteger as crianças em perigo moral, desamparadas ou delinquentes, sob a divisa:

educação e trabalho”. As Tutorias de Infância eram Tribunais coletivos, compostos por um juiz de carreira, que presidia e por dois “juizes adjuntos”, dos quais um deveria ser médico e outro professor. Exerciam um carácter “preventivo”, atuando sobre os jovens com percurso delinquente, mas também sobre aqueles que estavam em sério risco (moral) de enveredarem pela via da delinquência (Montano, 2017).

A intervenção do Tribunal passa a ser estruturada em nome da proteção dos menores, tendo sido acentuada a vertente relativa à delinquência. O direito de audição é exercido de forma elementar e é inibido o direito à constituição de advogado. No final da década de setenta, o modelo de intervenção, no qual o modelo de proteção assenta num poder quase ilimitado do estado, cuja intervenção feita em nome do interesse do menor, é colocada em crise. Redireciona-se a intervenção para uma nova conceção de interesse superior da criança, assente nos seus direitos e princípios Universais concentrados na Convenção Universal dos Direitos das Crianças - Decreto-Lei nº 44288, de 20 de Abril de 1962 alterado pelo Decreto-Lei 47727, de 23 de Maio de 1967 – Organização Tutelar de Menores e revisto Decreto-Lei 314/78, de 27 de Outubro (Montano, 2017).

O Decreto-Lei 189/91, de 17 de Maio, cria as designadas Comissões de Proteção de Menores, contudo foram reformuladas e criadas novas de acordo com a Lei de Promoção e Proteção aprovada pela Lei nº 147/99, de 1 de Setembro. As Comissões de Proteção de Menores são a expressão do direito da Criança à Comunidade, devidamente organizada e funcionando em articulação, com vista à sua proteção. É reconhecido o direito da criança a expressar a sua vontade, a ser ouvida e que as suas declarações relevem para efeitos de aplicação das medidas. As Comissões de Proteção de Menores começam a ter autonomia e independência para aplicar medidas de promoção e proteção, mediante a instauração de um processo de natureza administrativa e sem a aprovação de uma autoridade judicial, desde que os pais, representantes legais ou detentores da guarda de facto, prestem o seu consentimento para a intervenção e concordem com a aplicação da medida. (CNPDP CJ, 2016).



### **2.3. Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo**

A Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), aprovada pela Lei 147/99, de 1 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 31/2003, de 22 de Agosto, entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2001. A LPCJP insere-se num processo em que se privilegia a defesa da sociedade e o respeito dos direitos, liberdades e garantias das crianças e também onde se privilegia a intervenção do Estado na defesa do interesse da criança sem que formalmente lhe esteja reconhecido o direito ao contraditório. Ao abrigo da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, a intervenção para a promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem em perigo obedece aos seguintes princípios:

- a)** Interesse superior da criança e do jovem: a intervenção deve atender prioritariamente aos interesses e direitos da criança e do jovem, sem prejuízo da consideração que for devida a outros interesses legítimos no âmbito da pluralidade dos interesses presentes no caso concreto;
- b)** Privacidade: a promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem deve ser efetuada no respeito pela intimidade, direito à imagem e reserva da sua vida privada;
- c)** Intervenção precoce: a intervenção deve ser efetuada logo que a situação de perigo seja conhecida;
- d)** Intervenção mínima: a intervenção deve ser exercida exclusivamente pelas entidades e instituições cuja ação seja indispensável à efetiva promoção dos direitos e à proteção da criança e do jovem em perigo;
- e)** Proporcionalidade e atualidade: a intervenção deve ser a necessária e a adequada à situação de perigo em que a criança ou o jovem se encontram no momento em que a decisão é tomada e só pode interferir na sua vida e na da sua família na medida do que for estritamente necessário a essa finalidade;
- f)** Responsabilidade parental: a intervenção deve ser efetuada de modo que os pais assumam os seus deveres para com a criança e o jovem;
- g)** Prevalência da família: na promoção de direitos e na proteção da criança e do jovem deve ser dada prevalência às medidas que os integrem na sua família ou que promovam a sua adoção;

- h)** Obrigatoriedade da informação: a criança e o jovem, os pais, o representante legal ou a pessoa que tenha a sua guarda de facto têm direito a ser informados dos seus direitos, dos motivos que determinaram a intervenção e da forma como esta se processa;
- i)** Audição obrigatória e participação: a criança e o jovem, em separado ou na companhia dos pais ou de pessoa por si escolhida, bem como os pais, representante legal ou pessoa que tenha a sua guarda de facto, têm direito a ser ouvidos e a participar nos atos e na definição da medida de promoção dos direitos e de proteção;
- j)** Subsidiariedade: a intervenção deve ser efetuada sucessivamente pelas entidades com competência em matéria da infância e juventude, pelas comissões de proteção de crianças e jovens e, em última instância, pelos tribunais (Dec. Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro, art.º 4.º).

Em Portugal, a promoção dos direitos e a proteção da criança e do jovem em perigo compete:

**1)** Às entidades com competência em matéria de infância e juventude que é efetuada:

**a)** De modo consensual com os pais, representantes legais ou com quem tenha a guarda de facto da criança ou do jovem, consoante o caso, de acordo com os princípios e nos termos do presente diploma (Dec. Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro, art.º 7.º);

**2)** Às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, quando:

**a)** As entidades anteriores não conseguem intervir de forma adequada e suficiente para remover o perigo sinalizado (Dec. Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro, art.º 8.º, p. 6118). A CPCJ remete para uma Instituição oficial não judiciária com autonomia funcional que visa promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Porto de Mós, 2015);

**3)** Aos Tribunais quando:

**a)** Não esteja instalada comissão de proteção de crianças e jovens com competência no município ou na freguesia da respetiva área de residência;

**b)** Não seja prestado ou seja retirado o consentimento necessário à intervenção da comissão de proteção ou quando o acordo de promoção de direitos e de proteção seja reiteradamente não cumprido;

- c)** A criança ou o jovem se oponham à intervenção da comissão de proteção, nos termos do artigo 10.º;
- d)** A comissão de proteção não obtenha a disponibilidade dos meios necessários para aplicar ou executar a medida que considere adequada, nomeadamente por oposição de um serviço ou entidade;
- e)** Decorridos seis meses após o conhecimento da situação pela comissão de proteção não tenha sido proferida qualquer decisão;
- f)** O Ministério Público considere que a decisão da comissão de proteção é ilegal ou inadequada à promoção dos direitos ou à proteção da criança ou do jovem;
- g)** O tribunal decida a apensação do processo da comissão de proteção ao processo judicial, nos termos do n.º 2 do artigo 81.º (Dec. Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro, art.º 11.º).

Segundo Carvalho & Cruz (2015) o bem-estar pode ser definido como a realização dos direitos da criança e do cumprimento da oportunidade para cada criança ser tudo o pode ser, à luz das suas capacidades, potencial e habilidades. O grau em que isto é alcançado pode ser medido em termos de resultados positivos da criança, enquanto os resultados negativos e a privação apontam para a negligência dos direitos das crianças. No Dec. Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro, art.º 45.º, a medida de apoio para a autonomia de vida consiste:

- a)** Em proporcionar diretamente ao jovem com idade superior a 15 anos apoio económico e acompanhamento psicopedagógico e social, nomeadamente através do acesso a programas de formação, visando proporcionar-lhe condições que o habilitem e lhe permitam viver por si só e adquirir progressivamente autonomia de vida;
- b)** Na medida referida no número anterior, que pode ser aplicada, a mães com idade inferior a 15 anos, quando se verifique que a situação aconselha a aplicação desta medida (Dec. Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro, art.º 45.º - Contém as alterações introduzidas pela Lei n.º 31/2003, de 22 de Agosto).

Uma medida de promoção e proteção, concretizada em meio natural de vida ou em acolhimento familiar ou institucional, tem por objetivo primordial afastar o perigo em que as crianças e os jovens se encontram promovendo-se as condições que permitam proteger e garantir a sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral, bem como a recuperação física e psicológica relativamente às formas de

negligência, exploração ou abuso a que estiveram sujeitos. O acolhimento em instituição é a medida de último recurso, devendo ser aplicada só nos casos mais graves em que todas as outras medidas se revelam ineficazes. No entanto, esta medida não pode, de forma alguma, ficar restrita a uma ideia de mero colmatar de uma falha, omissão ou inadequação do contexto familiar, devendo ser executada e promovida na perspetiva de uma oportunidade que possa proporcionar ganhos efetivos para a criança ou jovem e para a família. Proteção, confiança, segurança, estabilidade, inclusão, solidariedade, autonomia e responsabilidade devem ser princípios básicos de funcionamento e de intervenção de uma instituição (Carvalho & Cruz, 2015). A medida de acolhimento em instituição insere-se:

**a)** Na colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações e equipamento de acolhimento permanente e de uma equipa técnica que lhes garantam os cuidados adequados às suas necessidades e lhes proporcionem condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral (Dec. Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro, art.º 49.º).

Em Portugal, a intervenção realizada no âmbito de sistema desta natureza é expressa, nos termos da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, sob a forma de acolhimento familiar ou de acolhimento em instituição (Carvalho, 2013). As modalidades de acolhimento em instituição distinguem-se entre:

- a)** O acolhimento em instituição que pode ser de curta duração ou prolongado;
- b)** O acolhimento de curta duração que tem lugar em casa de acolhimento temporário por prazo não superior a seis meses;
- c)** O prazo referido no número anterior que pode ser excedido quando, por razões justificadas, seja previsível o retorno à família ou enquanto se procede ao diagnóstico da respetiva situação e à definição do encaminhamento subsequente;
- d)** O acolhimento prolongado que tem lugar em lar de infância e juventude e destina-se à criança ou ao jovem quando as circunstâncias do caso aconselhem um acolhimento de duração superior a seis meses (Dec. Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro, art.º 50.º).

Segundo Carvalho (2013) uma das respostas sociais de acolhimento, são os lares de infância e juventude, que se encontra destinada ao acolhimento de crianças e jovens em situação de perigo, de duração superior a 6 meses, com base na aplicação de medida de promoção e proteção e têm a capacidade de:

- a) Ser especializados ou ter valências especializadas;
- b) Ser organizados segundo modelos educativos adequados às crianças e jovens neles acolhidos (Dec. Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro, art.º 51.º).

### **2.3.1. Segunda Alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo**

A Assembleia da República aprovou a segunda alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 142/2015, de 8 de Setembro) desde a sua entrada em vigor em 1 de setembro de 2001. A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte: artigo 1.º - Objeto: A presente Lei procede à segunda alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, alterada pela Lei n.º 31/2003, de 22 de Agosto”.

Sofreram alterações os seguintes artigos: 3.º, 4.º, 5.º, 7.º, 9.º, 11.º a 15.º, 17.º a 26.º, 29.º a 33.º, 35.º, 37.º, 38.º-A, 43.º, 46.º, 49.º a 51.º, 53.º, 54.º, 57.º a 63.º, 68.º a 70.º, 73.º, 75.º, 79.º, 81.º, 82.º, 84.º, 85.º, 87.º, 88.º, 91.º, 92.º, 94.º a 99.º, 101.º, 103.º, 105.º, 106.º, 108.º, 110.º, 111.º, 114.º, 118.º, 123.º, 124.º e 126.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, alterada pela Lei n.º 31/2003, de 22 de Agosto. Os artigos que sofreram alterações:

- a) Capítulo I: disposições gerais – no seu objeto; âmbito; legitimidade da intervenção; princípios orientadores da intervenção e definições;
- b) Capítulo II: na intervenção para a promoção dos direitos e de proteção da criança e do jovem em perigo: 1) Secção I: modalidades de intervenção: disposição geral; intervenção de entidades com competência em matéria de infância e juventude; intervenção das comissões de proteção de crianças e jovens; consentimento; não oposição da criança e do jovem; intervenção judicial; 2) Secção II: comissões de proteção de crianças e jovens: 2.1) Subsecção I: disposições gerais – natureza; colaboração; acesso a dados pessoais sensíveis; reclamações; apoio ao funcionamento; 2.2.) Subsecção II: competências, composição e funcionamento – competência territorial; modalidades de funcionamento da comissão de proteção; composição da comissão alargada; competência da comissão alargada; funcionamento da comissão alargada; composição da comissão restrita; apoio técnico;

competência da comissão restrita; funcionamento da comissão restrita; presidência da comissão de proteção; competências do presidente; estatuto dos membros da comissão de proteção; duração do mandato; deliberações; vinculação das deliberações; actas; **2.3)** Subsecção III: acompanhamento, apoio e avaliação – acompanhamento; apoio e avaliação; acompanhamento e apoio; avaliação; auditoria e inspeção;

**c)** Capítulo III: medidas de promoção dos direitos e de proteção: **1)** Secção I: das medidas – finalidade; medidas; acordo; medidas cautelares; competência para aplicação das medidas; confiança a pessoa selecionada para a adoção, a família de acolhimento ou a instituição com vista a futura adoção; **2)** Secção II: medidas no meio natural de vida – apoio junto dos pais; apoio junto de outro familiar; educação parental; apoio à família; confiança a pessoa idónea; colocação sob a guarda de pessoa idónea selecionada para adoção; apoio para autonomia de vida; **3)** Secção III: medidas de colocação: **3.1.)** Subsecção I: acolhimento familiar – definição e pressupostos; tipos de família de acolhimento; modalidades de acolhimento familiar; **3.2.)** Subsecção II: acolhimento residencial – definição e finalidade; acolhimento residencial; modalidades de integração; **4)** Secção IV: das instituições ao acolhimento – natureza das instituições de acolhimento; funcionamento das casas de acolhimento; recursos humanos; **5)** Secção V: acordo de promoção e proteção e execução das medidas – acordo de promoção e proteção; acordo de promoção e proteção relativo a medidas em meio natural de vida; acordo de promoção e proteção relativo a medidas de colocação; direitos da criança e do jovem em acolhimento; acompanhamento da execução das medidas; **6)** Secção VI: duração, revisão e cessação das medidas - duração das medidas no meio natural de vida; duração das medidas de colocação; revisão das medidas, medida de confiança a pessoa selecionada para a adoção, a família de acolhimento ou a instituição com vista a adoção; cessação das medidas;

**d)** Capítulo IV: comunicações - comunicação das situações de perigo pelas autoridades policiais e judiciárias; comunicação das situações de perigo conhecidas pelas entidades com competência em matéria de infância e juventude; comunicação das situações de perigo por qualquer pessoa; comunicações das comissões de proteção aos organismos de segurança social; comunicações das comissões de proteção ao Ministério Público; comunicações das comissões de proteção ao Ministério Público para efeitos de procedimento cível; participação dos crimes cometidos contra crianças e jovens; consequências das comunicações;

- e) Capítulo V: intervenção do Ministério Público – atribuições; iniciativa do processo judicial de promoção e proteção; arquivamento liminar; requerimento de providências tutelares cíveis; requerimento para apreciação judicial;
- f) Capítulo VI: disposições processuais gerais - disposições comuns; carácter individual e único do processo; competência territorial; apensação de processos; apensação de processos de natureza diversa; jovem arguido em processo penal, gestor de processo; aproveitamento dos atos anteriores; audição da criança e do jovem; audição dos titulares das responsabilidades parentais; informação e assistência; comunicação social;
- g) Capítulo VII: procedimentos de urgência – procedimentos urgentes na ausência do consentimento; procedimentos judiciais urgentes;
- h) Capítulo VIII: do processo nas comissões de proteção de crianças e jovens - iniciativa da intervenção das comissões de proteção; informação e audição dos interessados; falta do consentimento; diligências nas situações de guarda ocasional; processo; decisão relativa à medida; arquivamento do processo;
- i) Capítulo IX: do processo judicial de promoção e proteção – processo; tribunal competente; processos urgentes; advogado; contraditório; iniciativa processual; fases do processo; despacho inicial; informação ou relatório social; duração; encerramento da instrução; arquivamento; decisão negociada; acordo tutelar cível; acordo de promoção e proteção; debate judicial; composição do tribunal; organização do debate judicial; regime das provas; documentação; alegações; competência para a decisão; decisão; leitura da decisão; notificação da decisão; recursos; processamento e efeito dos recursos; a execução da medida; direito subsidiário (Lei n.º 142/2015, de 8 de Setembro).

#### **2.4. Acolhimento Institucional**

O acolhimento institucional caracteriza-se por ser um espaço de proteção provisório e excecional, destinado a crianças e adolescentes privados da convivência familiar e que se encontram em situação de risco pessoal ou social ou que tiveram seus direitos violados (Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude e Educação, 2009) e faz parte de um conjunto de medidas de Promoção e Proteção, legisladas pela Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (1999). Estas medidas, de execução em meio natural ou em regime de

colocação, podem ser aplicadas pelos Tribunais ou pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Risco através de um Processo de Promoção e Proteção. As medidas a executar encontram-se divididas entre o meio natural de vida e de colocação. No caso das medidas a executar no meio natural de vida são: apoio junto dos pais; apoio junto de outro familiar; confiança a pessoa idónea e o apoio para autonomia de vida. As medidas de colocação são as seguintes: acolhimento familiar e acolhimento em Instituição (Lei nº 147/99, artº.38). As medidas de promoção e de proteção são executadas no meio natural de vida ou em regime de colocação, consoante a sua natureza, e podem ser decididas a título provisório. A medida – confiança a pessoa selecionada para a adoção ou a Instituição com vista a futura adoção - é considerada a executar em meio natural de vida no primeiro caso e de colocação no segundo.

A aplicação das medidas de promoção e proteção é de competência exclusiva das comissões de proteção e dos tribunais. As medidas aplicadas pelas comissões de proteção ou em processo judicial, por decisão negociada, integram um acordo de promoção e proteção que: em meio natural de vida deve incluir: os cuidados de alimentação, higiene, saúde (incluindo consultas médicas e de orientação psicopedagógica) e conforto a prestar; a identificação do responsável pela criança ou jovem durante o período de impossibilidade dos pais ou das pessoas a quem esteja confiada; o plano de escolaridade, formação profissional, trabalho e ocupação de tempos livres; o apoio económico a prestar, sua modalidade, duração e entidade responsável pela atribuição. Em colocação, deve incluir: a modalidade de acolhimento e o tipo de família ou de lar; os direitos e deveres dos intervenientes, nomeadamente a periodicidade das visitas e os montantes da prestação correspondentes aos gastos necessários a ter com a criança ou jovem; a periodicidade e o conteúdo das informações a prestar às entidades administrativa e às autoridades judiciais, bem como identificação da pessoa ou entidade que a deve prestar (Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, 2016).

### **2.4.1. Comissão de Proteção de Crianças e Jovens**

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens é uma Instituição oficial não judiciária com autonomia funcional, que visa promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou



pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral. A intervenção da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens tem lugar quando não seja possível às entidades com competências em matéria de infância e juventude atuar de forma adequada e suficiente a remover o perigo em que se encontram. A Comissão funciona na modalidade alargada e restrita:

- a)** À Comissão Alargada compete desenvolver ações de promoção dos direitos e de prevenção das situações de perigo para a criança e o jovem, designadamente informar a comunidade sobre os direitos da criança e do jovem e sensibilizá-la para os apoiar sempre que estes conheçam especiais dificuldades; promover ações e colaborar com as entidades competentes tendo em vista a detenção dos fatores e situações que afetem os direitos e interesses da criança e do jovem; colaborar com as entidades competentes no estudo e colaboração de projetos inovadores no domínio da prevenção primária dos fatores de risco, bem como na constituição e funcionamento de uma rede de respostas sociais adequadas.
- b)** À Comissão Restrita compete intervir nas situações em que uma criança/jovem está em perigo, nomeadamente atender e informar as pessoas que se dirigem à CPCJ; apreciar liminarmente as situações de que a Comissão tenha conhecimento; proceder à instrução dos processos; aplicação, acompanhamento e revisão das medidas de promoção e proteção (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Porto de Mós, 2015).

Os princípios orientadores da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens são: **a)** interesse superior da criança: a intervenção deve atender prioritariamente aos interesses e direitos da criança/jovem; **b)** privacidade: a promoção dos direitos da criança/jovem deve ser efetuada no respeito pela intimidade, direito à imagem e reserva da sua vida privada; **c)** intervenção precoce: a intervenção deve ser efetuada logo que a situação de perigo seja conhecida; **d)** intervenção mínima: a intervenção deve ser desenvolvida exclusivamente pelas entidades e instituições cuja ação seja indispensável à efetiva promoção dos direitos e à proteção da criança/jovem em perigo; **e)** proporcionalidade e atualidade: a intervenção deve ser necessária e ajustada à situação de perigo e só pode interferir na sua vida e na vida da sua família, na medida em que, for estritamente necessária essa finalidade; **f)** responsabilidade parental: a intervenção deve ser efetuada de modo a que os pais assumam os seus deveres para com a criança/jovem; **g)** prevalência da família: na promoção dos direitos e na proteção da criança/jovem deve ser dada prevalência às medidas que os integrem na sua

família ou que promovam a adoção; **h)** obrigatoriedade de informação: a criança/jovem, os pais, o representante legal ou a pessoa que tenha a guarda de facto têm direito a serem informados dos seus direitos, dos motivos que determinaram a intervenção e da forma como esta se processa; **i)** Audição obrigatória e participação: a criança/jovem e os pais têm direito a ser ouvidos e a participar nos atos e na definição da medida de promoção dos direitos e proteção; **j)** Subsidiariedade: a intervenção deve ser efetuada sucessivamente pelas entidades com competência em matéria da infância e juventude, pelas comissões e em última instância, pelos tribunais (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Porto de Mós, 2015).

#### **2.4.2. Tribunais**

A intervenção judicial tem lugar quando: **a)** não esteja instalada comissão de proteção de crianças e jovens com competência no município ou na freguesia da respetiva área da residência ou a comissão não tenha competência, nos termos da lei, para aplicar a medida de promoção e proteção adequada; **b)** a pessoa que deva prestar consentimento haja sido indiciada pela prática de crime contra a liberdade ou a autodeterminação sexual que vitime a criança ou jovem, carecidos de proteção, ou quando, contra aquela tenha sido deduzida queixa pela prática de qualquer dos referidos tipos de crime; **c)** não seja prestado ou seja retirado o consentimento necessário à intervenção da comissão de proteção, quando o acordo de promoção e de proteção seja reiteradamente não cumprido ou quando ocorra incumprimento do referido acordo de que resulte situação de grave perigo para a criança; **d)** não seja obtido acordo de promoção e proteção, mantendo-se a situação que justifique a aplicação de medida; **e)** a criança ou o jovem se oponham à intervenção da comissão de proteção; **f)** a comissão de proteção não obtenha a disponibilidade dos meios necessários para aplicar ou executar a medida que considere adequada, nomeadamente por oposição de um serviço ou entidade; **g)** decorridos seis meses após o conhecimento da situação pela comissão de proteção não tenha sido proferida qualquer decisão e os pais, representante legal ou as pessoas que tenham a guarda de facto da criança ou jovem requeiram a intervenção judicial; **h)** o Ministério Público considere que a decisão da comissão de proteção é ilegal ou inadequada à promoção dos direitos ou à proteção da criança ou do jovem; **i)** o processo da comissão de proteção seja apensado a processo judicial, nos termos

da lei; **j**) na sequência da aplicação de procedimento urgente (Diário da República, 1.<sup>a</sup> série – N.º 175 – 8 de Setembro de 2015).

A **figura 1.** representa o Sistema de Proteção Português, em que qualquer pessoa que conheça situações de perigo pode comunicá-las às entidades competentes em matéria de infância e juventude, às entidades policiais, às CPCJ ou às autoridades judiciárias. As autoridades policiais e judiciárias comunicam às CPCJ as situações de crianças e jovens em perigo que conheçam no exercício das suas funções. As entidades com competência em matéria de infância e juventude (nomeadamente, as autarquias locais, segurança social, escolas, serviços de saúde, forças de segurança, associações desportivas culturais e recreativas) comunicam às CPCJ as situações de perigo que conheçam no exercício das suas funções sempre que não possam assegurar atempadamente a proteção que a circunstância possa exigir. A intervenção dos tribunais tem lugar quando: não está instalada CPCJ ou quando a comissão não tem competência nos termos da lei para aplicar a medida de promoção e proteção adequada; não seja prestado/retirado o consentimento necessário, ou haja oposição da criança/jovem; o acordo de promoção e proteção seja reiteradamente não cumprido; a CPCJ não obtenha a disponibilidade de meios necessários para aplicar/executar a medida; ausência de decisão da CPCJ nos 6 meses seguintes ao conhecimento da situação; o Ministério Público considera a decisão da CPCJ ilegal/inadequada; o Tribunal apensa processo da CPCJ ao processo judicial (Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, 2016).



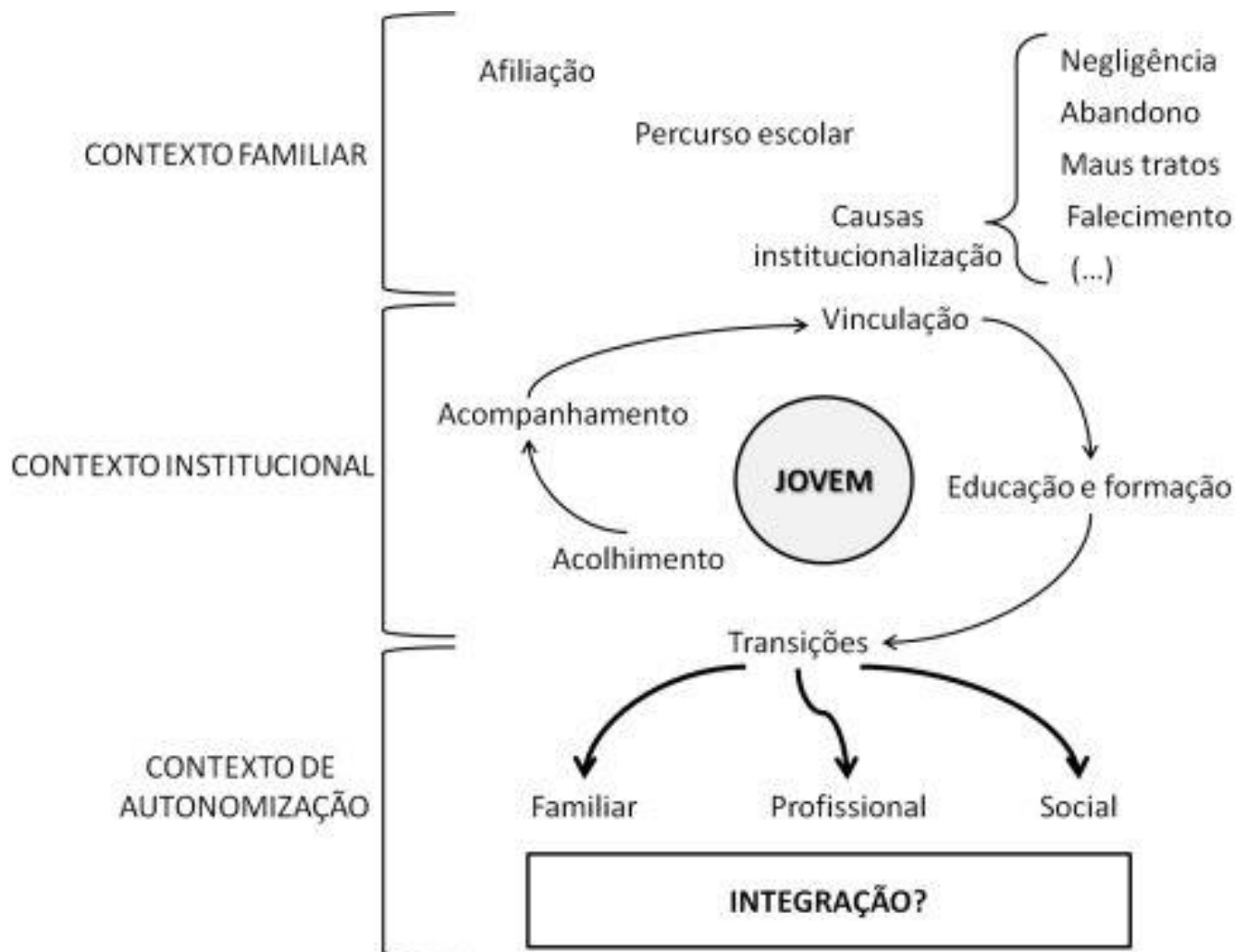
**Figura 1.** Sistema de Proteção Português, 2016

**Fonte:** Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, 2016

### **2.4.3. Lares de Infância e Juventude**

Os Lares de Infância e Juventude são o resultado de uma medida de promoção e proteção aplicada pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens ou pelo Tribunal. Refere-se ao acolhimento de crianças e jovens em situação de perigo, por mais de seis meses. Têm como objetivos: **a)** assegurar alojamento; satisfazer as necessidades básicas das crianças e jovens e promover o seu desenvolvimento num ambiente próximo às suas estruturas familiares; **b)** assegurar os meios necessários ao seu desenvolvimento pessoal e à formação escolar e profissional, em cooperação com a família, a escola, as estruturas de formação profissional e a comunidade, promovendo o acompanhamento terapêutico; **c)** promover, sempre que possível, a sua integração na família e na comunidade de origem, ou noutra medida em meio natural de vida, em articulação com as entidades competentes em matéria de infância e juventude, as comissões de proteção de crianças e jovens e os tribunais, com vista à sua gradual autonomização (Lares de Infância e Juventude - Recomendações Técnicas para Equipamentos Sociais pág. 27, 2010). Para que sejam assegurados e que se torne possível concretizar os objetivos definidos anteriormente, o LIJ deve garantir e proporcionar às crianças e jovens acolhidas: **a)** A prestação de todos os cuidados adequados à satisfação das suas necessidades, tendo em vista a promoção e manutenção da autonomia e independência; **b)** Uma alimentação adequada, seguindo hábitos alimentares e gostos pessoais e cumprindo as prescrições médicas; **c)** Uma qualidade de vida que compatibilize a vivência em comum com o respeito pela individualidade e privacidade de cada criança/jovem; **d)** A realização de atividades de animação sociocultural, recreativa e ocupacional que visem contribuir para um clima de relacionamento saudável entre as crianças/jovens e para a manutenção das suas capacidades físicas e psíquicas; **e)** Um ambiente calmo, confortável e humanizado; **f)** Os serviços domésticos necessários ao bem-estar das crianças/jovens destinados à higiene do ambiente, ao serviço de refeições e ao tratamento de roupas; **g)** Proporcionar uma dinâmica de intervenção multidisciplinar e institucional que garanta a definição de projetos de vida adequados a cada um (Lares de Infância e Juventude - Recomendações Técnicas para Equipamentos Sociais pág. 27, 2010). O acolhimento em instituição de crianças e jovens em perigo, conforme previsto na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, tem por fim afastá-los do perigo em que se encontram, determinando a sua colocação ao cuidado de uma entidade que disponha de instalações e de equipa técnica adequadas à satisfação das necessidades das crianças e

jovens em acolhimento, proporcionando-lhes condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral (Carvalho, 2013).



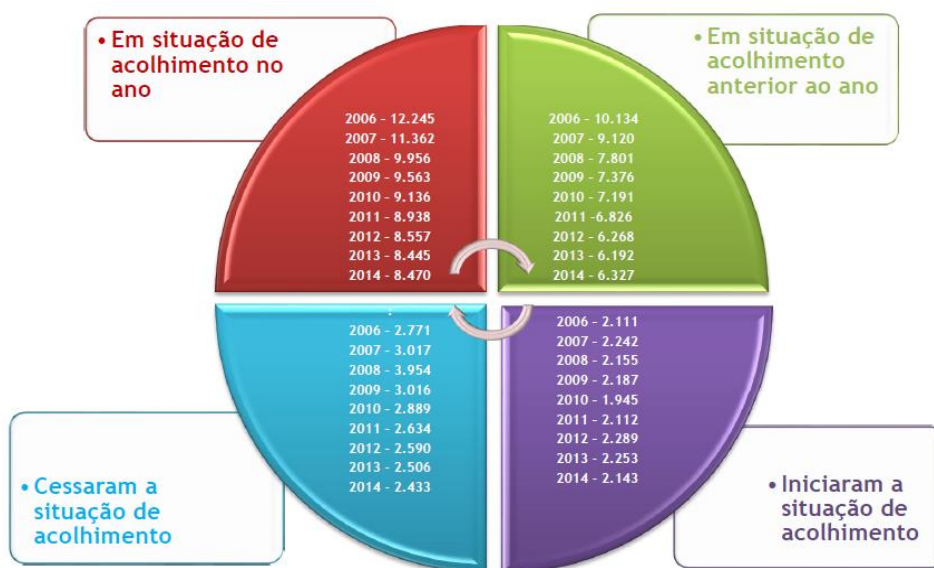
**Figura 2.** Percurso do acolhimento num Lar de Infância e Juventude

**Fonte:** Caraterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens (CASA), 2013

A **figura 2.** remete para o percurso do acolhimento num Lar de Infância e Juventude, focando os três contextos em que a criança/jovem se encontra antes, durante e após o acolhimento. Numa fase inicial, tem de ser caracterizado o contexto familiar em que a criança/jovem se encontra, onde é avaliado a sua afiliação, percurso escolar e quais as causas possíveis para a institucionalização. Numa segunda fase, a criança/jovem encontra-se no contexto institucional, de onde faz parte, o acompanhamento, a vinculação, a

educação e a formação que, levam aos principais tipos de transições na vida da criança/jovens: familiar, profissional e social. Esta última fase é caracterizada pela autonomização da criança/jovem, onde se espera que, a mesma se encontre integrada socialmente.

Todas as crianças e jovens, independentemente do tipo de problemática apresentada (seja ela manifestamente comportamental ou de saúde mental) têm o direito de serem protegidas por um tipo de acolhimento que vá ao encontro das suas necessidades, no âmbito das Instituições de acolhimento (Caraterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens, 2013).



**Figura 3.** Acolhimento em Portugal entre 2006-2014

**Fonte:** Caraterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens (CASA), 2013

A **figura 3.** caracteriza o acolhimento em Portugal entre 2006-2014. Foram analisados 10.903 casos de acolhimento. No ano de 2014, encontravam-se em situação de acolhimento 8.470 crianças e jovens. Em situação de acolhimento anterior a 2014, foram assinalados 6.327 crianças e jovens. Iniciaram a situação de acolhimento em 2014, 2.143 crianças e jovens. Cessaram situação de acolhimento em 2014, 2.433 crianças e jovens.

Podem-se distinguir três níveis no sistema nacional de acolhimento e acompanhamento de crianças e jovens em situação de risco/perigo. Segundo o Instituto para o Desenvolvimento

Social (2000) são definidos numa perspetiva temporal em relação às necessidades das crianças e jovens. Numa primeira categoria, existe o acolhimento de emergência, aquele que se destina acolher crianças e jovens em situação de perigo iminente, por um período de tempo que não ultrapasse as 48 horas. Neste caso específico, as instituições de acolhimento reservam vagas, designadas por Unidades de Emergência. Numa segunda categoria, há o acolhimento temporário, que visa o acolhimento de crianças e jovens em risco, por períodos que não excedam os seis meses e, para o qual foi diagnosticado a necessidade de afastamento temporário das famílias de origem. Este tipo de acolhimento é executado em Centros de Acolhimento Temporário ou em Famílias de Acolhimento. Por fim, a terceira categoria remete para o acolhimento de longa duração e destina-se a situações de crianças e jovens desprovidas de meio familiar ou cujas problemáticas justificam o afastamento prolongado ou definitivo em relação às famílias de origem. A resposta para este tipo de acolhimento são os Lares de Infância e Juventude e a adoção. O Lar de Infância e Juventude resulta de uma medida de promoção e proteção aplicada pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens ou pelo Tribunal.

Noom (1999) define a autonomia como a habilidade para dirigir a própria vida, para definir metas, desenvolvendo-se sentimentos de competência e habilidade para regular as próprias ações. Considerando que a aquisição da autonomia nos adolescentes corresponde a um conjunto de competências que lhe permitem controlar a sua vida, agindo enquanto mecanismo de regulação interna, estas competências compreendem a capacidade do adolescente: pensar por si próprio, escolher valores pessoais, tomar decisões e estabelecer objetivos; sentir confiança para assumir os seus valores, objetivos e decisões, sem depender excessivamente de validação social; e refletir no seu comportamento uma conduta confiante e autodeterminada. Noom (1999) propõe um modelo de aquisição de autonomia nos adolescentes, composto por três dimensões, referentes à capacidade de o jovem controlar a sua vida. O autor diferencia uma dimensão cognitiva, uma dimensão emocional e uma dimensão funcional: **a)** Dimensão cognitiva: consiste na habilidade de especificar várias opções, de tomar decisões e definir objetivos. Esta dimensão corresponde à perceção do adolescente sobre o que fazer com a sua vida. Mais do que uma competência cognitiva, é o processo cognitivo de avaliar possibilidades e desejos, desenvolver e definir valores e objetivos pessoais; **b)** Dimensão emocional: enuncia a perceção de independência emocional dos pais e pares, existindo o sentimento de confiança nas suas próprias escolhas e objetivos. Os adolescentes têm de manter um

sentimento de confiança nos seus próprios objetivos, ao mesmo tempo que demonstram consideração pelos objetivos dos outros; c) Dimensão funcional: define-se como as diferentes formas de atingir um objetivo. Incorpora processos reguladores, como a percepção de competência e de controlo resumindo-se à compreensão da posse de diferentes estratégias para alcançar um objetivo e sentir que se é competente para desenvolver uma estratégia e alcançar um objetivo.

### **2.5. Maus Tratos**

No século XIX, foi uma época que, que se distinguiu pela vida social que se polarizou em torno da família e da profissão. A mudança cultural, realiza-se em simultâneo com o reforço da família nuclear, e em torno da sublimação do amor maternal como elemento estruturante das relações familiares. A criança desempenha um novo papel no seio familiar com o aumento da sua valorização, atenção, preocupação e afeto. A Igreja e o Estado intervieram no processo de socialização e foi então que emergiu uma diversidade de instituições destinadas a preencher o papel dos pais, quando estes se revelavam incapazes. Foi durante os finais do século XIX e durante o século XX, que cresceram outras forças centradas em torno da profissão (pediatras, educadores, psicólogos, técnicos de serviço social) e instituições e leis, nas quais as crianças viram reconhecidos os seus direitos e os pais as suas responsabilidades (Lombo, 2000). A fundação dessas leis e instituições tinham como objetivo, combater os maus tratos físicos e psicológicos, infringidos aos menores.

Os maus tratos contra crianças e jovens podem ser definidos como qualquer ação ou omissão não accidental perpetrada pelos pais, cuidadores ou outrem (ex: instituições aos quais os cuidados das crianças ou jovens tenham sido entregues) que ameace a segurança, dignidade e desenvolvimento biopsicossocial e afetivo da vítima. Qualquer tipo de mau trato (cujas diferentes formas abordaremos com maior detalhe seguidamente) atenta, de forma direta, contra a satisfação adequada dos direitos e das necessidades fundamentais das crianças e jovens, não garantindo, por este meio, o crescimento e desenvolvimento pleno e integral de todas as suas competências físicas, cognitivas, psicológicas e sócio-emocionais (APAV, 2011). Relativamente aos maus tratos, devem ser tidos em conta os seguintes aspetos: **a)** Carácter não accidental das situações de maus tratos: na presença de



sinas físicos na criança, este critério é importante, sobretudo para se determinar se existem, ou não, maus tratos físicos; **b)** Carácter intencional das ações maltratantes: normalmente, os maus tratos consideram-se uma ação intencional por causar dano à criança. No entanto, existem situações em que esta intenção não é clara. Por exemplo, alguns pais/cuidadores negligentes, sem querer ou por não saberem, não respondem ou esquecem necessidades importantes da criança. Outros pais/cuidadores que maltratam os filhos utilizando, por exemplo, castigos físicos, legitimam o seu comportamento acreditando que o fazem para o bem da criança e/ou para ela aprender e também porque foi a única forma de disciplina que estes pais/cuidadores aprenderam; **c)** Repercussões físicas e emocionais dos maus tratos na criança: na maior parte dos maus tratos, as consequências para a criança são tanto físicas como emocionais, como por exemplo quando existe abuso físico; **d)** Formas de perpetrar os maus tratos: os maus tratos podem resultar de uma ação, quando se trata de algum tipo de abuso, ou de uma omissão, quando se está em presença de uma situação de negligência; **e)** Contexto onde ocorrem os maus tratos: pode ser familiar ou extrafamiliar. Embora a maioria das crianças sofra maus tratos no seio da sua própria família de origem, há que ter presente que os maus tratos também podem ser infligidos por pessoas alheias ao contexto familiar e até mesmo por instituições que têm a seu cargo a proteção e/ou cuidados às crianças; **f)** Consequências para o desenvolvimento da criança: dependem da idade, das características e da vulnerabilidade da criança. Alguns autores referem que um critério importante para se determinar se existem, ou não, maus tratos é avaliar – se a existência de potenciais danos para a criança (Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças, 2004).

### **2.5.1. Tipos de Maus Tratos**

Segundo Lourenço (2010) os maus tratos contra as crianças e jovens são classificados em dois tipos: os maus tratos ativos e os maus tratos passivos. Os maus tratos ativos são caracterizados pela adoção de determinados comportamentos contrários ou conflitantes com as necessidades fundamentais da criança ou jovem. Podem referir-se os seguintes exemplos: **a)** Maus tratos psicológicos e emocionais: adoção intencional de comportamentos por parte dos cuidadores que privam a criança ou jovem de um ambiente de segurança e de bem-estar afetivo, indispensável ao crescimento, desenvolvimento e

comportamentos equilibrados da criança ou jovem. Apesar de esta forma de mau trato se revelar subjacente a todas as outras formas de vitimização da criança ou jovem, alguns exemplos de comportamentos específicos concretizados pelos cuidadores contra a criança ou jovem podem ser citados: insultar e gritar (ex. chamar nomes à criança ou jovem); ameaçar e intimidar (ex. ameaças de abandono); humilhar (ex. apontar defeitos e falhas no comportamento e aparência física da criança ou jovem); rejeitar, ignorar e desprezar (ex. dizer à criança ou jovem que nunca deveria ter nascido); isolar (ex. impedir que a criança ou jovem se relacione com outras pessoas significativas, nomeadamente, junto da família alargada e dos pares); utilizar estratégias emocionalmente e psicologicamente abusivas para punir a criança ou jovem (ex. ameaçar o recurso à força física; fechar num quarto escuro ou num quarto à chave para provocar medo); **b) Maus tratos físicos:** qualquer ação não acidental, isolada ou repetida, infligida por pais, cuidadores ou outros com responsabilidades face à criança ou jovem, a qual provoque ou possa vir a provocar dano físico. São exemplos de maus tratos físicos: dar palmadas e bofetadas; esmurrar, pontapear e sovar; bater com cinto ou outros objetos duros; atirar objetos à criança ou jovem; arremessar a própria criança ou jovem; abanar ou sacudir; apertar, prender e amordaçar; morder e queimar; utilizar o castigo físico para repreender e punir o mau comportamento da criança ou jovem (ex. sovar; bater com cinto; prender/amarrar); **c) Síndrome de Munchausen por procuração:** forma específica de mau trato físico caracterizado pela atribuição à criança, por parte de um elemento da família ou cuidador, de sinais e sintomas vários, com o intuito de convencer os profissionais de saúde da existência de uma doença, gerando, por vezes, procedimentos de diagnóstico exaustivos, incluindo o recurso a técnicas invasivas e hospitalizações frequentes. Trata-se de uma forma rara de mau trato que, pelo carácter subtil com que é concretizado, dificulta o seu diagnóstico e identificação. São exemplos de Síndrome de Munchausen: administrar à criança uma droga ou medicamento para provocar uma determinada sintomatologia; adicionar sangue ou contaminantes bacterianos às amostras de urina/fezes da criança; provocar semi-sufocação de forma repetida antes da procura de um serviço de urgência anunciando crises de apneia.

**d) Violência sexual:** envolvimento e/ou sujeição da criança ou jovem a atos sexuais ou de natureza sexual com vista à satisfação e gratificação sexual de um adulto ou jovem mais velho. São exemplos de violência sexual (**tabela 1.**): importunar a criança ou jovem; acariciar a criança ou jovem ou forçar a que esta acaricie o adulto; forçar a criança ou jovem a assistir ou a participar em atividades de teor sexual (ex: conversa e/ou escritos

obscenos; espetáculos eróticos/pornográficos; filmes eróticos/pornográficos); penetração digital da criança ou jovem (no ânus e/ou nos órgãos genitais); penetração (oral, genital ou anal) através de objetos e/ou de pênis; uso da criança ou jovem para prostituição; tráfico de crianças ou jovens para fins de exploração sexual (Basto, 2015). Segundo a Direção-Geral da Saúde (2011), existem sinais, sintomas e indicadores de abuso sexual, como indica o quadro.

ABUSO SEXUAL
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Lesões externas nos órgãos genitais (eritema, edema, laceração, fissuras, erosão, infecção);</li> <li>▪ Presença de espermatozoides no corpo da criança/jovem;</li> <li>▪ Lassidão anormal do esfíncter anal ou do hímen, fissuras anais;</li> <li>▪ Leucorreia persistente ou recorrente;</li> <li>▪ Prurido, dor ou edema na região vaginal ou anal;</li> <li>▪ Lesões no pênis ou região escrotal;</li> <li>▪ Equimoses e/ou petéquias na mucosa oral e/ou laceração do freio dos lábios;</li> <li>▪ Laceração do hímen;</li> <li>▪ Infecções de transmissão sexual;</li> <li>▪ Gravidez.</li> </ul>

**Tabela 1.** Sinais, sintomas e indicadores de abuso sexual

**Fonte:** Direção-Geral de Saúde, 2011

e) Exposição à violência interparental: forma indireta de vitimização caracterizada pelo testemunho por parte da criança ou jovem da violência e/ou conflito interparental, muitas vezes, associado ao risco aumentado de vitimização direta por parte do cônjuge agressor perante eventual tentativa da criança ou jovem em colocar um fim na situação violenta instalada. Esta forma de vitimização indireta causa mal-estar físico, psicológico, emocional, comportamental e relacional equiparável ao impacto provocado pela experiência direta de mau trato.

Os maus tratos passivos caracterizam-se pela omissão ou alheamento por parte dos cuidadores perante a reposta às necessidades fundamentais da criança ou jovem. Segundo a Direção-Geral da Saúde (2011), a negligência entende-se por ser a incapacidade de proporcionar à criança ou ao jovem a satisfação de necessidades básicas de higiene, alimentação, afeto, educação e saúde, indispensáveis para o crescimento e

desenvolvimento adequados. Regra geral, é continuada no tempo, pode manifestar-se de forma ativa, em que existe intenção de causar dano à vítima, ou passiva, quando resulta de incompetência ou incapacidade dos pais, ou outros responsáveis, para assegurar tais necessidades. Podem referir-se os seguintes exemplos: **a)** negligência psicológica e emocional: omissão persistente por parte dos cuidadores de responsividade, interesse, afeto e amor pela criança ou jovem. Esta postura dos cuidadores pode causar na criança ou jovem intenso mal-estar emocional. São exemplos de negligência psicológica e emocional: ausência de manifestações de afeto e carinho por parte dos cuidadores em relação à criança ou jovem; desinteresse/ausência de resposta dos cuidadores perante expressões de afetividade da criança ou jovem; desatenção dos cuidadores face às dificuldades emocionais da criança ou jovem; desconhecimento perante características da criança ou jovem; desinteresse e desresponsabilização pelos gostos e atividades da criança ou jovem; **b)** negligência física: incapacidade dos cuidadores responderem às necessidades básicas da criança ou jovem ao nível da alimentação, sono, higiene, acesso aos cuidados de saúde, vestuário, segurança, proteção e educação, colocando em causa o seu crescimento e desenvolvimento saudáveis. São exemplos de negligência física: pouco cuidado ao nível da higiene pessoal e/ou ao nível do vestuário da criança ou jovem (ex. vestuário sujo; vestuário desadequado para a estação do ano; odores desagradáveis indicativos da ausência/escassez de cuidados de higiene); ausência de estimulação de hábitos alimentares na criança ou jovem (ex. horários das refeições) e alimentação desadequada/insuficiente (ex. proporcionar à criança ou jovem uma alimentação desajustada das suas necessidades de aporte calórico); desinvestimento nos cuidados de saúde da criança ou jovem (ex. atraso no Plano Nacional de Vacinação; não comparência a consultas no médico de família; atraso na procura de assistência médica); ausência de supervisão ou supervisão inadequada da criança ou jovem (ex. a criança ou jovem é exposta a situações, contextos, objetos e /ou substâncias perigosas para o seu bem-estar e sobrevivência); alheamento dos cuidadores relativamente à vida escolar da criança ou jovem (ex. ausência de supervisão em relação ao comportamento e aproveitamento escolar; permissividade perante absentismo escolar; não investimento face a dificuldades de aprendizagem e/ou necessidades educativas específicas; não comparência às reuniões de direção de turma); **c)** failure to thrive (incapacidade de prosperar): forma específica de negligência física caracterizada pela incapacidade de a criança ou jovem atingir os ganhos de estatura e peso expectáveis para a sua faixa etária provocada por uma ou ambas as situações que se seguem: descuido dos

prestadores de cuidados na supressão das necessidades alimentares básicas e o relacionamento problemático da criança ou jovem com a alimentação (normalmente visível pela delonga das refeições e recusa de ingestão de alimentos na altura das refeições) e incapacidade de os cuidadores responderem eficazmente ao desafio colocado. Para além dos maus tratos ativos e passivos, existem outros tipos de maus tratos que são importantes referir, como o trabalho infantil, os maus tratos pré-natais e os maus tratos institucionais.

### **2.5.2. Trabalho Infantil**

Quando se obriga a criança a realizar trabalhos, sejam ou não domésticos, que excedem os limites do habitual, que deviam ser executados por adultos e/ou que interferem claramente com as atividades e necessidades escolares da criança. Estes trabalhos ou tarefas são atribuídos à criança com o objetivo fundamental de obter um benefício económico (APAV, 2011). Exemplos de trabalho infantil: utilização da criança em tarefas domésticas; utilização da criança em tarefas de recolha de sucata, cartão, etc.; utilização da criança em tarefas agrícolas; utilização de crianças em atividades ilícitas; utilização da criança na prática da mendicância infantil.

### **2.5.3. Maus Tratos Pré-Natais**

O recém-nascido apresenta alterações, como crescimento anómalo, padrões neurológicos anómalos, síndromas de abstinência, etc., que são imputáveis ao consumo de drogas ou álcool ou à falta de cuidados durante a gravidez (APAV, 2011).

### **2.5.4. Maus Tratos Institucionais**

Qualquer legislação, procedimento, intervenção ou omissão procedente dos poderes públicos ou derivada da intervenção institucional e/ou individual dos profissionais que comporte abuso e/ou negligência, com consequências negativas para a saúde, segurança, estado emocional, bem-estar físico, desenvolvimento equilibrado da criança ou que viole

os seus direitos básicos. Os maus tratos institucionais podem ocorrer em qualquer instituição que tenha responsabilidade sobre as crianças, designadamente a escola, os serviços de saúde, os serviços sociais, a justiça e as forças de segurança. Os maus tratos institucionais podem ser perpetrados por pessoas relacionadas com a criança ou derivar dos procedimentos de intervenção, leis, políticas, etc. (Barbosa, 2016).

Os seguintes exemplos, referem-se a tipos de maus tratos institucionais no domínio da saúde: a arquitetura hospitalar - quando as crianças não dispõem de locais de recreio para brincar, de espaço para receber a família, quando são incluídas em espaços de adultos, etc.; multiplicidade desnecessária de testes e análises; limitação do horário de visitas dos pais/cuidadores; descoordenação entre os diferentes serviços, originando, por exemplo, absentismo escolar, etc.; estadia prolongada em estabelecimentos hospitalares por atrasos em exames de diagnóstico, falta de decisão relativamente aos recursos de proteção, etc.; inexistência de informação ou comunicação adequada através de palavras/ termos técnicos incompreensíveis e em locais inadequados; internamento inadequado por pressão familiar ou insegurança do profissional; ausência dos pais, fundamentalmente da mãe, em todos os períodos de desenvolvimento, em especial na fase neonatal; priorização de funcionamentos rígidos em detrimento das necessidades da criança; utilização reiterada de exames radiológicos sem justificação ou sem a proteção adequada (APAV, 2011).

## **2.6. Dinâmica dos Maus Tratos e Intervenção na Saúde**

Segundo a Direção-Geral da Saúde (2011) deve-se ter em conta a diferença entre risco e perigo: o risco que diz respeito à vulnerabilidade da criança/jovem vir a sofrer maus tratos; o perigo que adquire um sentido mais concreto e corresponde à objetivação do risco.

### **2.6.1. Fatores de Risco**

O risco significa a presença e confluência de fatores pessoais, familiares, sociais e culturais que se não forem devidamente acompanhados podem despoletar em perigo (Veiga, 2011).

Segundo Belsky (1993) na classificação do modelo ecológico, existem três tipos de fatores de risco: os fatores individuais, familiares e socioculturais.

**1. Fatores de risco individuais:** as características individuais das pessoas maltratantes não são, por si só, causadoras de maus tratos, no entanto, existe uma série de fatores de ordem individual que podem afetar negativamente algumas pessoas na sua qualidade de cuidadores ou educadores. As características individuais podem impedir que o cuidador responda ou perceba corretamente os sinais (de atenção, ajuda, interesse, etc.) emitidos pela criança. Outras vezes existem características individuais que dificultam uma interpretação correta das necessidades reais da criança ou a expressão de respostas adequadas à mesma. Seguem-se alguns exemplos de fatores de risco individuais dos pais/cuidadores: ter sido vítima de abuso ou negligência na infância e carecer de modelos de educação adequados; hiper-reatividade aos estímulos do ambiente, concretamente aos relacionados com o criança, como o choro ou a brincadeira, originando respostas desproporcionadas e impulsivas; baixa tolerância ao *stress*, descontrolando-se facilmente com o comportamento dos filhos; falta de capacidade para resolver conflitos, negação do problema, isolamento e/ou comportamentos agressivos; défice de estratégias para resolver os problemas que surgem na educação das crianças; perturbações emocionais (ansiedade, depressão, etc.), mentais ou físicas, que os impedem de reconhecer e responder adequadamente às necessidades da criança; baixa autoestima e grande dependência emocional de outras pessoas, dando prioridade às suas necessidades emocionais em detrimento das dos filhos; problemas de ludopatia (jogo compulsivo ou patológico, que leva uma pessoa a não poder resistir ao impulso de jogar mais e mais, provocando como consequência graves problemas económicos, psicológicos e familiares), toxicodependência ou alcoolismo que os impedem de perceber e responder às necessidades dos filhos; dificuldades em se colocarem no lugar dos filhos e falta de sensibilidade relativamente às suas necessidades; estilo comportamental e conceptual rígido, baixo nível intelectual, que lhes dificulta a adaptação às necessidades das diferentes etapas de desenvolvimento dos filhos. Seguem-se alguns exemplos de fatores de risco individuais da criança: nascimento prematuro, com baixo peso e temperamento difícil; défice físico e/ou psíquico; doenças neurológicas congénitas ou adquiridas; problemas de saúde crónicos e/ou atrasos de desenvolvimento; problemas de comportamento (agressividade, hiperatividade, oposição, mentiras, absentismo escolar, etc.); características físicas que não satisfazem as expectativas dos pais (sexo, saúde, atributos físicos, etc.);

**2. Fatores de risco familiares:** estão associados à própria estrutura e composição familiar e encontram-se diretamente ligados à interação familiar (relação mãe/pai-filho). Existem fatores de risco familiares associados ao funcionamento familiar, tais como: **a)** composição familiar: quando se evidencia desestruturação e falta de coesão e quando os papéis e funções dos seus membros não estão delimitados, nem definidos. Em geral, detetou-se maior número de fatores de risco associados a famílias monoparentais, a famílias com elevado número de filhos, a pais adolescentes ou excessivamente imaturos e a famílias reconstituídas; **b)** relação conjugal: quando existem conflitos conjugais que podem culminar com episódios de violência dirigida contra a criança. A violência interparental funciona como modelo para a resolução dos conflitos da criança com os outros e para a legitimação da violência como forma de resolver conflitos; **c)** estilo percetivo dos pais/cuidadores em relação à criança: quando está distorcido e tendem a entender o comportamento da criança de forma negativa, por exemplo, como sendo intencional e para os provocar. Por outro lado, esta distorção cognitiva implica frequentemente a existência de falta de expectativas realistas dos pais/cuidadores em relação ao comportamento e à capacidade da criança, atribuindo-lhe, por vezes, mais responsabilidades e capacidades do que as que consegue assumir, e outras vezes subestimando as suas capacidades; **d)** desconhecimento das necessidades da criança: gera frequentemente sentimentos de impotência ou incapacidade nos pais /cuidadores e gera conflitos com a criança; **e)** modo de disciplina utilizado pelos pais/cuidadores: quando é excessivamente permissivo ou punitivo e revela dificuldades em controlar o comportamento da criança; **f)** interação e Comunicação: quando existe, em geral, poucos/fracos comportamentos positivos dirigidos à criança, assim como uma fraca interação e comunicação com a mesma;

**3. Fatores de risco socioculturais:** o contexto extrafamiliar e comunitário tem um papel importante no funcionamento familiar e pode converter-se numa fonte de *stress* significativa. Sobretudo quando o nível de *stress* é elevado e a família carece de recursos para enfrentar a situação, a resposta mais comum é a violência. Outro tipo de respostas também podem ser a passividade, a resignação ou o desenvolvimento de perturbações psicológicas. Algumas situações geradoras de *stress* podem ser: **a)** o desemprego, a pobreza ou os problemas laborais, na medida em que causam, entre outros, sentimentos de insegurança, temor, irritabilidade e falta de esperança no futuro; **b)** o isolamento social, porque implica que a família careça de fontes de apoio e de informação, assim como de modelos ou pontos de referência na área afetiva e económica; **c)** a família viver num bairro



que carece de um sentimento de identidade e de responsabilidade coletiva e onde as condições de vida dominantes são a pobreza, a marginalização e a violência; **d)** aprovação social da violência como método de resolver os problemas de relacionamento; **e)** a defesa extrema do valor da privacidade da família; **f)** predominância de valores e atitudes negativos em relação à mulher, à infância e à paternidade.

O **quadro 1**. caracteriza os quatro tipos de riscos: individuais, familiares, sociais e digitais, que presentes no desenvolvimento das crianças e jovens, durante o percurso das suas vidas. Os riscos individuais representam os diversos comportamentos de risco agregados aos maus hábitos físicos, psicológicos e escolares adjacentes à criança/jovem. Os riscos familiares interpretam as más condutas por parte da família biológica ou de apoio para com a criança/jovem. Os riscos sociais caracterizam a carência da socialização da criança/jovem e as próprias lacunas do meio social para com o mesmo. Por fim, os riscos digitais remetem o risco a que a criança/jovem se encontra a nível das tecnologias, como no caso da pedofilia ou pornografia digital.

RISCOS INDIVIDUAIS	RISCOS FAMILIARES	RISCOS SOCIAIS	RISCOS DIGITAIS
Desnutrição e maus hábitos alimentares	Pobreza e analfabetismo e desemprego	Falta de vínculos ou envolvimento social ou comunitário	Mau uso do tempo livre e distorção de hábitos de sono e alimentação
Baixo rendimento escolar	Pais com alto nível de estresse e uso de drogas/álcool	Insegurança e falta de proteção social contra a violência	Tecnoestresse e riscos das multitarefas
Baixa autoestima	Falta de vínculos afetivos	Falta de perspectivas sócio-econômicas	Sexualidade virtual problemática
Conduta antissocial e agressividade	Maus tratos, violência ou abuso sexual	Falta de políticas públicas e de fiscalização	Riscos de pedofilia e pornografia digital
Deficiência física ou mental	Abandono, morte ou separação traumática da mãe ou do pai	Desvios dos recursos públicos nas áreas de Educação e Saúde	Cyberbullying e violência on-line
Uso de Drogas	Falta de valores e expectativas de futuro	Abuso do poder da mídia e dos canais de comunicação e de informação	Acesso facilitado à ilegalidade e a crimes cibernéticos
Transtornos mentais e comportamentais, depressão, ansiedade	Transtornos mentais ou suicídio ou morte por homicídio	Falta de fiscalização dos servidores, provedores e do sistema de tecnologia digital	Confusão entre os mundos real e virtual, com danos mentais

**Quadro 1.** Principais fatores de risco no desenvolvimento das crianças e adolescentes

**Fonte:** Revista Hospital Universitário Pedro Ernesto, 2011

Os fatores de risco, por si sós, não provam a existência de maus tratos, apenas indiciam a probabilidade do seu aparecimento. Os fatores de risco dizem respeito à criança/jovem, família e/ou cuidadores e aos contextos de vida (Direção-Geral da Saúde, 2011).

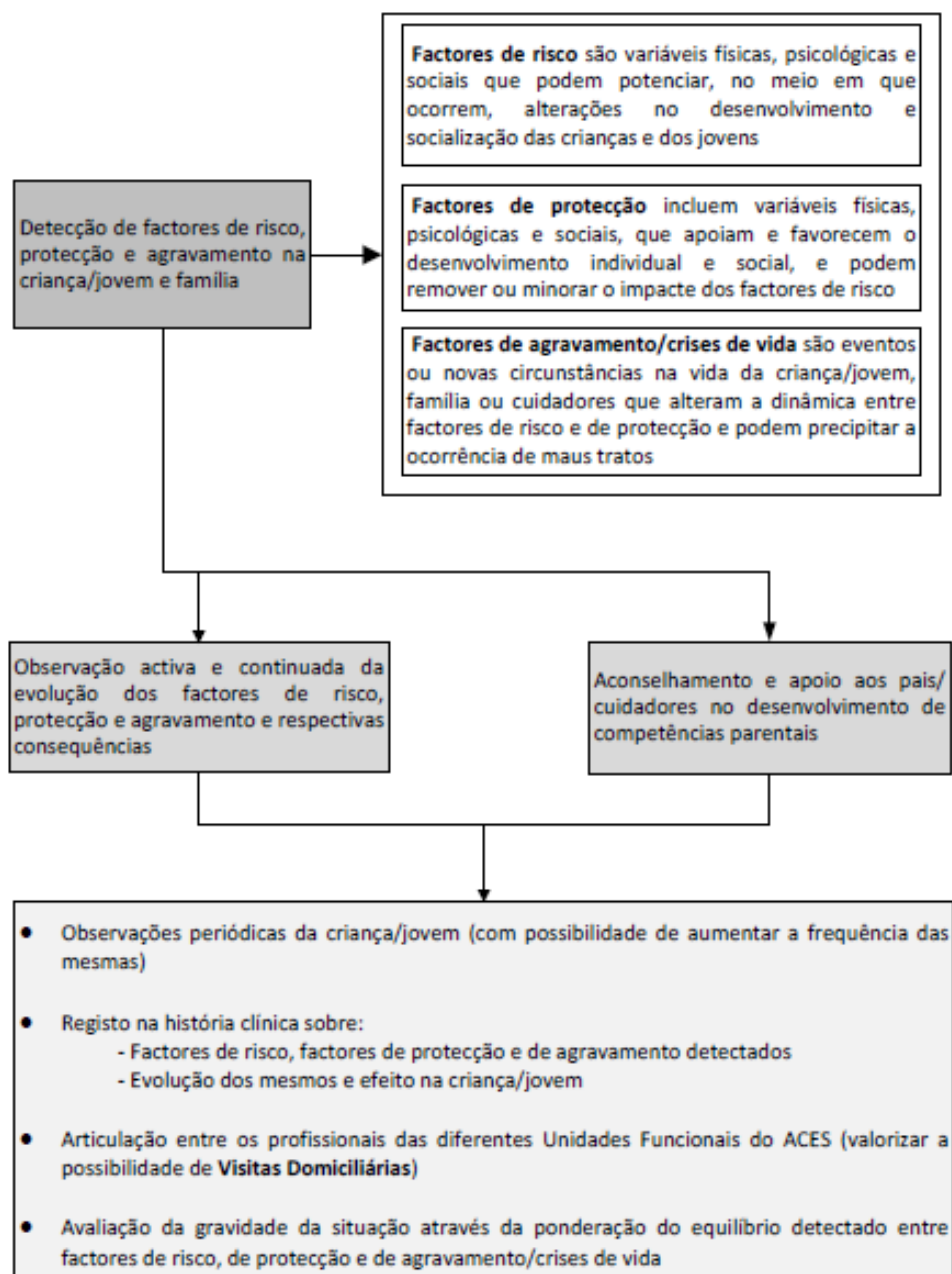
### 2.6.2. Fatores de Proteção

Os fatores de proteção incluem variáveis biopsicossociais que apoiam e favorecem o desenvolvimento individual e social, e podem remover ou minorar o impacto dos fatores de risco. Incluem-se neste conjunto, os fatores que dizem respeito à criança/jovem, à família e/ou cuidadores e aos contextos de vida. Por fatores de proteção entendem-se assim, as variáveis individuais, familiares, sociais e culturais, que uma vez encontradas advêm em

indicadores de possibilidade de recuperação do risco detetado e que irão ajudar e beneficiar o desenvolvimento individual e social da criança. Do mesmo modo são as “influências que modificam, melhoram ou alteram a resposta do indivíduo a certas dificuldades do meio que predis põem para uma evolução negativa” (Gonçalves, 2013).

### 2.6.3. Factores de Agravamento/Crises de Vida

Os factores de agravamento/crises de vida são eventos ou novas circunstâncias na vida da criança/jovem, família ou cuidadores que alteram a dinâmica entre factores de risco e protecção e podem precipitar a ocorrência de maus tratos. A figura seguinte constitui um algoritmo para a tomada de decisão dos técnicos face à necessidade de detecção dos factores de risco, de protecção e de agravamento/crises de vida. O algoritmo refere-se ao âmbito dos Cuidados de Saúde Primários e dos Cuidados Hospitalares.



**Figura 3.** Detecção de fatores de risco, de proteção e de agravamento/crises de vida

**Fonte:** Direção-Geral de Saúde, 2011

A **figura 3.** representa o algoritmo que deteta os fatores de risco, de proteção e de agravamento/crises de vida na criança/jovem e da sua família. Os fatores de risco remetem para as variáveis físicas, psicológicas e sociais que podem alterar o desenvolvimento de socialização da criança/jovem; os fatores de proteção remetem para as situações que suportam o desenvolvimento individual e social da criança/jovem e os fatores de agravamento/crises de vida remetem para os eventos na vida da criança/jovem e da sua família que podem permitir a alteração da dinâmica entre os fatores de risco e de proteção. Após a deteção dos diversos fatores, há uma observação ativa e contínua da evolução desses mesmos fatores e o aconselhamento/apoio à família no desenvolvimento das competências parentais. Este tipo de observação é periódico, onde são registados os desenvolvimentos referentes aos três tipos de fatores (referidos anteriormente), as visitas domiciliárias e a sua avaliação.

### **2.6.4. Sinais de Alerta**

Os sinais de alerta são indicadores de uma probabilidade acrescida de ocorrência de maus tratos e implicam a necessidade de uma investigação mais detalhada e consequente intervenção protetora. Os sinais de alerta, por si só, não permitem diagnosticar uma situação de maus tratos, já que podem surgir como sintomas e sinais de outras entidades clínicas. Porém, apontam para a necessidade de intervir.

### **2.6.5. Grau de Severidade da Situação de Maus Tratos**

A avaliação do grau de severidade da situação de mau trato deve ter em conta a análise de um conjunto de fatores: a) as circunstâncias do incidente que gerou o mau trato; b) os efeitos do mau trato na criança; c) o facto de se tratar de um ato isolado ou de uma situação repetida ou continuada; d) a existência de fatores que aumentam a vulnerabilidade (tratar-se de uma criança pequena - menor que 5 anos - e haver incapacidades físicas ou psíquicas); e) a inexistência de fatores de proteção externos (ausência de outro familiar ou

pessoa idónea que tenha capacidade para proteger a criança/jovem e a dificuldade de acesso ao apoio de estruturas sociais - por incapacidade devida à idade/grau de desenvolvimento ou à oposição por parte dos cuidadores).

#### 2.6.6. Perigo

O perigo significa a existência de uma situação de facto que ameace a segurança, a saúde, a formação, a educação ou desenvolvimento da criança ou do jovem, não se exigindo a verificação da efetiva lesão desses bens (Art. 3º, Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo).

As situações de perigo encontram-se consagradas no n.º 2 do art.º 3.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.

- a) Estar abandonada ou viver entregue a si própria;
- b) Sofrer maus tratos físicos ou psíquicos ou ser vítima de abusos sexuais;
- c) Não receber os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal;
- d) Ser obrigada a actividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;
- e) Estar sujeita, de forma directa ou indirecta, a comportamentos que afectem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;
- f) Assumir comportamentos ou entregar-se a actividades ou consumos que afectem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhe oponham de modo adequado a remover essa situação.

Contudo, e atendendo ao carácter meramente exemplificativo do referido preceito legal, outros casos não especificados no mesmo poderão caber igualmente no grupo das "situações de perigo".

**Tabela 2.** Situações de Perigo para a criança/jovem

**Fonte:** Direção-Geral de Saúde, 2011

### 2.6.7. Conceito de Urgência na Proteção dos Maus Tratos

De acordo com o disposto na alínea c) do art.º 5.º da Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro, entende-se por situação de urgência a que se reveste de perigo atual ou iminente para a vida ou integridade física da criança ou do jovem. Qualquer entidade ou profissional dum serviço de saúde pode, e deve, tomar as medidas adequadas para assegurar a proteção imediata da criança/jovem em situação de perigo, devendo solicitar a intervenção do Tribunal ou das entidades policiais, conforme estabelece o art.º 91º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.

<p>É de assinalar que:</p> <p>Uma situação considerada GRAVE <u>nem sempre obriga</u> a um procedimento de urgência.</p> <p>Para se recorrer, assim, a um procedimento de urgência, a lei exige a verificação cumulativa de dois requisitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A existência de perigo actual ou iminente para a vida ou integridade física da criança ou do jovem;</li> <li style="text-align: center;">E</li> <li>▪ A oposição à intervenção manifestada por quem exerça a responsabilidade parental ou quem tenha a guarda de facto da criança ou do jovem.</li> </ul>
---

**Tabela 3.** Urgência na Proteção dos Maus Tratos

**Fonte:** Direção-Geral de Saúde, 2011

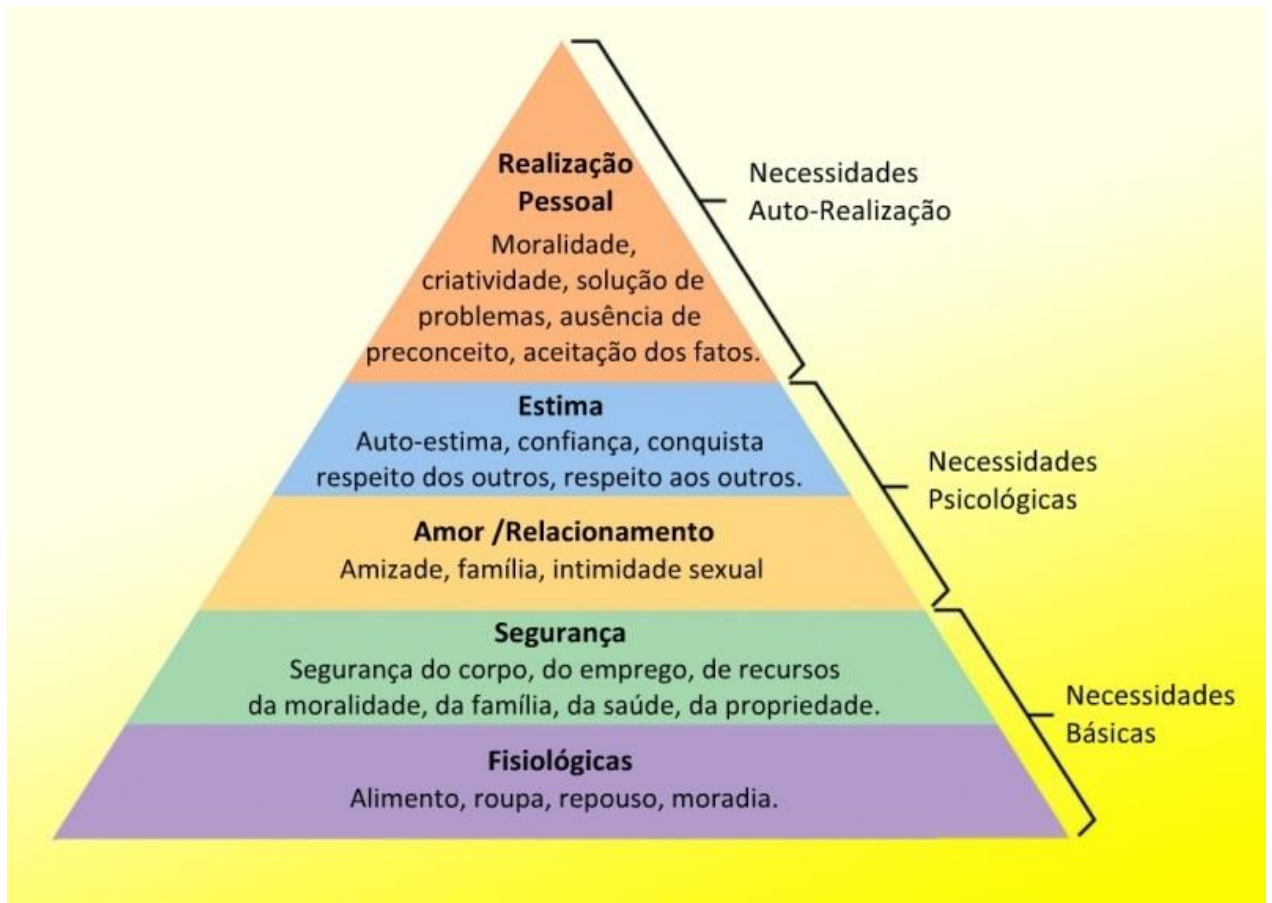
### 2.7. A Autonomização

A palavra autonomia provém da palavra grega autos (próprio) e da palavra nomos (norma, lei) e este conceito designa a autodeterminação do indivíduo assumir decisões sobre a sua própria vida. A autonomia é um processo em que um indivíduo alcança ou estabelece por si mesmo as suas próprias normas de conduta, surgindo da interiorização de regras e valores, consecutiva a um processo de negociação pessoal com os diversos sistemas normativos de independência e de constrangimentos sociais. Na perspectiva de Fleming

(2004) a autonomia, a individualidade e a construção da identidade são pontos-chave para o desenvolvimento humano. Quer isto dizer que à medida que o indivíduo desenvolve a sua identidade, constrói a sua autonomia. Se outrora a autonomia era vista como a separação e a desvinculação da família, hoje, é vista de outra forma. É encarada como uma interdependência, onde se chega à independência mantendo parte da vinculação (Spear & Kulbok, 2004). Desenvolve-se através das relações com familiares, pares e pessoas exteriores à família. Apesar de ser considerado parte integrante do processo de desenvolvimento psicológico, a autonomia do adolescente gera normalmente conflito familiar uma vez que obriga a uma transformação nas relações familiares (Silverberg & Steinberg, 1987). No entanto, Reichert e Wagner (2007) destacam que a independência e a autonomia não podem ser consideradas como sinónimos: a autonomia é mais que ter comportamentos independentes e a independência diz respeito à capacidade dos jovens decidirem por eles próprios. Para além disso, acrescentam que o desenvolvimento da autonomia é um processo que está relacionado com as relações familiares e vai sofrendo influência de variáveis externas como: a estrutura e comunicação familiar e o meio envolvente e tem influência de variáveis internas como a autoestima e o desejo da independência. O desenvolvimento da autonomia é um processo complexo que depende de várias variáveis (internas e externas). Nas variáveis internas insere-se a autoestima, perceção do ambiente, relações com a autoridade, desejo de independência e a vontade de fazer. As variáveis externas referem-se à estrutura familiar, comunicação familiar, presença ou ausência de controlo ou autoridade, ambiente psicossocial e emocional no contexto familiar ou institucional.

Segundo o Manual de Boas Práticas, para o acolhimento residencial pretender ser um guia para o acolhimento residencial das crianças e jovens, em que é dado especial relevo ao conceito de projeto de vida, o ponto de partida assenta na identificação das necessidades dos jovens, começando pelas necessidades mais básicas, nomeadamente fisiológicas, partindo depois para outras necessidades mais abstratas. A **figura 4.** apresenta a pirâmide das necessidades de Maslow que permite enquadrar as necessidades e distinguir a dependência entre elas.





**Figura 4.** Pirâmide de necessidades de Maslow

**Fonte:** Rigon, F. (2016)

Uma das necessidades assinaladas na pirâmide é o fato de que, todos nós precisamos de amor e de relacionamentos, daí a importância da socialização. A socialização é um processo contínuo, sustentado pela pertença de cada indivíduo a diferentes grupos sociais ao mesmo tempo, o que muitas vezes determina modos antagônicos de ação e promove a necessidade de indivíduos e grupos se ajustarem permanentemente às mudanças sociais em curso, não sendo por isso possível determinar a autonomia como uma condição rígida. Crianças e jovens socializam-se em contextos sociais múltiplos, capazes de incorporar, simultaneamente, uma diversidade de ações, competências e tipos de conhecimento. Se até recentemente a autonomia era definida na base da separação e desvinculação da família, esse entendimento é hoje colocado em causa pelos modos de vida juvenis. Revela-se cada vez mais a importância de perceber a autonomia num plano de interdependências em que interferem variáveis internas e externas. Os jovens ganham autonomia através de um processo de individualização em que a construção da identidade social é fundamental abrangendo três níveis: cognitivo, emocional e funcional: **a)** cognitivo: ao nível da



capacidade individual de, através de processos cognitivos, fazer as suas próprias escolhas, refletir e pensar sobre as suas ações e estabelecer objetivos para a sua vida; **b)** emocional: ao ser capaz de definir metas por sua livre vontade e em independência das intenções e desejos de outrem; **c)** funcional: ao conseguir tomar decisões e resolver situações por si mesmo, concretizando em ações os seus pensamentos, sentimentos e emoções.

Para desenvolver a autonomia responsável é necessário que o indivíduo tenha experimentado relações sociais e pessoais positivas com os outros. A autonomia não pode ser alcançada por meio de um método rigoroso igual, já que, tem significados diferentes com base em diversas necessidades individuais e sociais, incluindo a visão que se tem da realidade social, a capacidade de integrar mais informações e de estar disponível e ser flexível para a mudança.

### **2.8. A Intervenção Socioeducativa**

Segundo Veiga (2011) a intervenção dos profissionais deve ter como objetivo proteger a criança ou jovem intervindo no risco para prevenir a evolução para o perigo e evitar a recorrência. Existem três níveis preventivos:

- a)** Prevenção primária: está relacionada com a humanização e melhoria das condições sociais, de vida e do trabalho. Procura reduzir fatores de instabilidade socioeconómica, bem como, o isolamento social de algumas famílias. Este tipo de intervenção pode ser feito de diversas maneiras, como o apoio domiciliário e o apoio durante a gravidez ou na maternidade, de forma a ajudar a estabelecer laços afetivos. Esta forma, a prevenção encontra-se direcionada para a sociedade em geral, visando a promulgação dos direitos da criança/jovens;
- b)** Prevenção secundária: remete para a identificação das crianças/jovens em risco, tendo em conta os fatores resultantes do envolvimento familiar e das condições de vida. Deve atuar-se no sentido de promover ações que visem a sensibilização para que exista uma tomada de consciência deste problema social;
- c)** Prevenção terciária: realça a necessidade da criação e atuação de equipas interdisciplinares, com o intuito de detetar, diagnosticar, tratar e acompanhar cada caso individual. A prevenção deve ser encarada como um contributo para a construção de um projeto de vida de cada criança e jovem em situação de risco.

A intervenção socioeducativa envolve as dimensões técnicas, relacional e ética com pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade. Fazendo cruzar as áreas do trabalho social com as áreas da educação, a intervenção socioeducativa configura um campo de ação e de reflexão de natureza transdisciplinar que visa a promoção da autonomia da pessoa, potenciando a sua capacitação pessoal e cívica no sentido que esta redesenhe o seu projeto de vida. O objeto da intervenção é, então, a própria relação educativa que enfatiza processos e percursos e as suas repercussões sobre o contexto onde a pessoa se insere (Veiga, 2011). O educador social é um profissional multifacetado, com uma formação abrangente, cuja ação, direcionada a pessoas individuais, grupos ou comunidades, e levada a cabo em múltiplas realidades, se concretiza no desenho, desenvolvimento e avaliação de ações socioeducativas com finalidades socializadoras, de promoção, participação, desenvolvimento e transformação social. Segundo Serrano (2003) para o bom exercício das suas funções, o educador social deve ser detentor de uma formação científica e metodológica adequada que norteie o seu trabalho face a objetivos educativos concretos, designadamente a promoção do desenvolvimento da responsabilização, da autonomia e da participação crítica, construtiva e transformadora dos indivíduos, dos grupos e das comunidades, e o exercício da sua cidadania, com vista à edificação de uma sociedade inclusiva. Para alcançar estes objetivos, este profissional deve trabalhar com as pessoas, implicando-as continuamente no seu processo de mudança e, partindo desta lógica de co-autoria e de co-responsabilização, permitir o seu *empowerment*.

Carvalho e Baptista (2004) sistematizam os vários papéis passíveis de serem assumidos por este trabalhador social na sua prática profissional: ator, o qual vive a complexidade da vida social sendo sujeito a um processo de conscientização que o leva a assumir a plenitude da sua condição de pessoa e cidadão; educador, apoiando os indivíduos na idealização e viabilização de projetos de vida alternativos com sentido; facilitador de mudanças, animando e motivando os indivíduos a criarem e protagonizarem novos projetos de futuro; mediador, facilitando a inteligibilidade e fluidez da comunicação com vista à promoção de relação interpessoais positiva; mentor, estabelecendo relações interpessoais assente na confiança e compreensão a partir de uma postura de total abertura e disponibilidade; profissional da relação, capaz de analisar reflexivamente as suas atitudes e posturas pessoais para bem intervir, sem desinvestir ou desistir; profissional do terreno,

privilegiando a singularidade de cada contexto, a relação de horizontalidade e proximidade com o outro e o valor supremo de cada conquista. A exigência da sua profissão obriga a que o educador social seja um profissional capaz de: **a)** analisar, compreender e interpretar os problemas sociais; **b)** comunicar e estabelecer relações adequadas com os diferentes interlocutores; **c)** gerir as emoções, o *stress*; **d)** resistir à frustração e enfrentar as dificuldades com maturidade; **e)** questionar a sua prática e tentar continuamente melhorá-la; **f)** ser criativo, dinâmico, otimista e disponível para o trabalho colaborativo.

O educador social deve reger-se por um conjunto de princípios e valores, de entre os quais se destacam a crença na perfectibilidade dos indivíduos (todas as pessoas têm potencialidades que podem ser desenvolvidas no sentido da sua realização pessoal); a crença na educabilidade (convicção de que, a partir de uma ação educativa, a mudança é efetivamente possível); o respeito pela distância ótima (pelo equilíbrio entre a entrega ao outro e o necessário afastamento crítico); o espírito de renúncia (aceitando o pior sem desistir de procurar incessantemente o melhor); a humildade (para se auto-questionar e abrir ao desconhecido); a perseverança (na medida em que os processos de aprendizagem pessoal e de emancipação são naturalmente morosos, periclitantes e complexos); o respeito pelos direitos humanos; a sensibilidade ética (deixar-se tocar pelo outro, através da sua aceitação plena e incondicional); e a confidencialidade (guardando sigilo de toda a informação recebida daqueles com quem trabalha).

### **2.9. O Educador Social nos Lares de Infância e Juventude**

O educador social tem uma multiplicidade de desafios e oportunidades na realidade dos Lares de Infância e Juventude, atuando designadamente no desenvolvimento de cada uma das faces do triângulo relacional anteriormente referido (lar – família – comunidade), bem como na articulação das mesmas. De acordo com Santos (2003), a intervenção junto das famílias de origem, escutando-as, compreendendo-as, capacitando-as e envolvendo-as ativamente no processo de crescimento e desenvolvimento dos seus familiares, é fundamental, já que se pretende que a institucionalização seja preferencialmente uma situação transitória. Ressalve-se, no entanto, que, em alguns casos, o retorno à família de

origem pode não ser aconselhável ou possível, devendo, então, o educador social encontrar, juntamente com a criança/jovem e os outros profissionais, outras retaguardas afetivas. Segundo Santos (2003) quando a institucionalização surge como uma medida mais prolongada e definitiva, o educador social tem um papel fundamental junto dos menores mas também junto dos outros profissionais. No exercício das suas funções é essencial que compreenda a realidade destas crianças e jovens acolhidos. É importante que ajude os vários interlocutores a perceberem que os menores tiveram vidas marcadas, na maioria das vezes e desde muito cedo, por sucessivas separações, descontinuidades e ruturas que os levou a desenvolverem a sensação de não serem amados e compreendidos; e porque sofrem sentimentos de abandono, insegurança, insatisfação, exclusão e culpabilidade, tornam-se, frequentemente, pessoas tímidas, reservadas ou desafiadoras, tristes, com muitas dificuldades na expressão dos afetos, bem como com falta de confiança em si e nos que os rodeiam. Assim se percebe que o trabalho com estas crianças obriga por parte dos profissionais, a um cuidado, uma atenção e uma disponibilidade física e emocional de grande exigência.

Strecht (1997) afirma que as crianças e jovens institucionalizados tendem a aproximar-se, normalmente, de um adulto/profissional da instituição, com quem esperam desenvolver uma relação afetiva próxima podendo esta, ter um efeito reparador do eu. O educador social, como profissional de relação e de proximidade, deve escutar ativamente as opiniões, interesses e desejos das crianças e jovens, bem como estar atento aos sentimentos dos mesmos, de modo a que estes se sintam ouvidos, compreendidos e comprometidos no seu percurso de vida, particularmente no que respeita aos processos de tomada de decisão referentes às opções/soluções levantadas para as suas vidas (Santos, 2003). Neste sentido, o educador social poderá funcionar mesmo como um “mentor” das crianças e jovens institucionalizados, na medida em que, para além de os ouvir, pode orientá-los. Este trabalho de proximidade com as crianças e jovens permite-lhe identificar e valorizar as capacidades e competências dos mesmos, bem como perceber deceções, desequilíbrios e perturbações, evitando desânimos e desistências (Carvalho & Baptista, 2004). Para além dos aspetos acima referidos sobre o papel do educador social num lar de infância e juventude, existem também outras variantes importantes sobre o trabalho do mesmo, tais como: a promoção do respeito pela individualidade e criação de espaços de intimidade e de privacidade; construção da identidade coletiva (sentimento de pertença ao grupo e à instituição,

favorável ao desenvolvimento de um clima familiar, positivo, humanizado e de aceitação); construção de espaços de comunicação e afetividade, bem como de espaços de participação ativa nas dinâmicas institucionais; estimular a articulação da instituição de acolhimento com a comunidade envolvente e no desenvolvimento dos “projetos de vida”, designadamente no que diz respeito à formação escolar, à orientação vocacional e à inserção social e profissional das crianças e jovens institucionalizados (Santos, 2003).

## **2.10. Educação Não-formal na Pedagogia Social**

Segundo Gohn (2006) a educação não-formal designa um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida nos meios de comunicação e pelos meios de comunicação. Em suma, consideramos a educação não-formal como um dos núcleos básicos de uma Pedagogia Social. A educação não-formal tem como objetivos: capacitar os indivíduos a tornarem-se cidadãos do mundo. Os seus objetivos não são dados *a priori*, eles constroem-se no processo interativo, gerando um processo educativo. Uma forma de educar surge como resultado do processo voltado para os interesses e as necessidades que dele participa. A construção de relações sociais baseadas em princípios de igualdade e justiça social, quando presentes num dado grupo social, fortalece o exercício da cidadania. A transmissão de informação e formação política e sócio cultural é uma meta na educação não-formal. Prepara os cidadãos para uma vertente inserida no civismo, em oposição ao egoísmo e individualismo.

A educação não-formal não é organizada por séries, idade, conteúdos; atua sobre aspetos subjetivos do grupo; trabalha e forma a cultura política de um grupo. Ajuda na construção da identidade coletiva do grupo; colabora para o desenvolvimento da autoestima e do empowerment do grupo, desenvolvendo o capital social de um grupo. Fundamenta-se no

critério da solidariedade e identificação de interesses comuns e é parte do processo de construção da cidadania coletiva e pública do grupo.

## **Capítulo II**

### **3. Caracterização Institucional**

#### **3.1. Enquadramento Histórico**

O Centro Social Paroquial Paulo VI é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, ao serviço da Paróquia da Sé de Leiria e da qual faz parte. É objetivo fundamental do Centro o desempenho da ação social, no âmbito da Paróquia de Leiria. O Centro exerce a referida ação social através das respostas sociais que o integram e de outras que, entretanto, possa vir a criar. Ao longo dos tempos o Centro Social Paroquial Paulo VI foi-se adaptando aos contextos sociais e às necessidades da comunidade criando respostas sociais ativas, credíveis e com grande potencial. Tendo por princípio apoiar e educar, este Centro pretende corresponder às expectativas através das respostas sociais que integra, nomeadamente: a Creche, o Jardim de Infância, o Centro de Atividades de Tempos Livres o Lar Santa Isabel, o Serviço Social, a Secção da Rua Paulo VI e Serviço de Voluntariado “Barraca”. O lar de Santa Isabel consiste numa resposta social para a infância e a juventude do sexo feminino, destinado ao acolhimento de longa duração (período superior a 6 meses) de crianças e jovens em situação de perigo, isto é, destituídos de um meio familiar ou que apresentem problemáticas que tornem necessário o seu afastamento. A creche D. Nuno Álvares Pereira foi fundada em 1921 e tinha como finalidade apoiar as crianças mais necessitadas e do sexo feminino. Em 1973 a creche integrou-se no Centro Social Paroquial Paulo VI devido a dificuldades diretivas e económicas e após uma proposta de unificação das obras de assistência em Leiria. Após a integração a creche mudou de nome para Lar Santa Isabel. Ao longo dos tempos foram-se dando algumas transformações do Lar Santa Isabel e as instalações tornaram-se pequenas face às

necessidades de acolhimento das crianças e jovens por isso, o Centro Social Paroquial Paulo VI investiu em novas instalações para o Lar Santa Isabel, onde ainda hoje permanece (Centro Social Paulo VI, 2012).

### **3.2. Caracterização Física**

O Lar Santa Isabel encontra-se no centro da cidade de Leiria e tem ao seu redor diversos serviços, como escolas, a segurança social, centro de saúde e hospital, entre outros. Existe também uma outra vertente, que é o fato de vários familiares serem naturais da cidade de Leiria, estando estes mais próximos das jovens acolhidas pelo Lar Santa Isabel. O edifício é constituído por quatro pisos, sendo o rés-do-chão a zona onde existe maior atividade, composta pelo *hall* de entrada, gabinete técnico, sala de visitas, casa de banho, sala de convívio, refeitório, copa, cozinha, dispensa e pátio exterior. No primeiro piso encontram-se quartos (com uma, duas e quarto camas), casas de banho, sala de estar, gabinete de psicologia, rouparia (do andar), lavandaria, sala de estudo, sala do professor e sala de arrumos. O segundo piso é composto por quartos (com uma, duas, três e quatro camas), casas de banho, sala de estar, sala de informática, rouparia (do andar e geral), sala polivalente e sala de colaboradores. No terceiro piso, estão quartos (com uma, duas e quatro camas), casas de banho, sala de estar, biblioteca, rouparia e sótão (Fialho, 2013)

### **3.3. Enquadramento Jurídico**

O Lar de Santa Isabel possui o estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), cuja entidade jurídica se gere sem fins lucrativos. O Lar Santa Isabel tem o apoio financeiro do Centro Distrital de Segurança Social de Leiria, mediante a celebração do acordo de cooperação com a Direção do Centro Social Paroquial Paulo VI. (Regulamento Interno – Lar de Infância e Juventude). O Lar de Santa Isabel também recebe apoios vindos da comunidade. Do Estado Português recebe menos de 50% das suas receitas com os custos normais da Instituição, como o vencimento de 16 funcionários, alimentação, vestuário, mesadas obrigatórias por lei a cada criança e jovem, transporte, custos de energia, conservação do edifício, despesas escolares, entre outros. A Instituição também

recebe apoio por parte do Banco Alimentar, dois supermercados, uma pastelaria, uma ótica e uma farmácia.

No lar existem critérios de admissão para crianças e/ou jovens que tenham irmãos ou outro grau de parentesco no lar, que provenham de zonas próximas para que se possa facilitar o trabalho junto das famílias e manter a rede de relações já existentes e estabelecidas, desde que estas sejam benéficas. No entanto, o Lar de Santa Isabel também admite crianças e jovens provenientes de outros distritos. O lar de Santa Isabel promove diversos objetivos:

- a)** Assegurar a proteção das crianças e jovens que estejam em perigo;
- b)** Promover o bem-estar, desenvolvimento integral, cidadania ativa e reintegração social das crianças e jovens através de estratégias, procedimentos e programas terapêuticos e/ou educativos;
- c)** Avaliar as necessidades e desenvolver as potencialidades de cada criança e jovem com base nas suas histórias de vida e situação familiar;
- d)** Proporcionar um ambiente normativo de vida, que lhes permita ter experiências diversificadas e adequadas às suas necessidades e potencialidades;
- e)** Proporcionar um contexto semelhante a um ambiente familiar com harmonia e afetividade;
- f)** Assegurar o cumprimento e respeito dos direitos das crianças e jovens que se encontram acolhidas;
- g)** Promover a participação ativa das crianças e jovens nas decisões que lhes digam respeito, nomeadamente na determinação dos seus projetos de vida;
- h)** Conhecer as condições da família nuclear e alargada para que se possa desenvolver as suas capacidades e competências para uma possível reintegração, sempre centrada no superior interesse da criança e jovem;
- i)** Preparar as crianças e jovens para a sua autonomia e integração social.

Para além dos objetivos acima referidos, o lar respeita a individualidade das crianças e jovens, pretende acompanhar e estimular o desenvolvimento físico e intelectual, bem como a aquisição de normas e valores. Pretende também garantir os cuidados necessários a nível de saúde, proporcionando uma alimentação saudável adequada às respetivas idades. Assegura os meios necessários ao desenvolvimento pessoal e à formação escolar e profissional, num trabalho de cooperação com a família, a escola e as estruturas locais de formação profissional. Auxilia na criação de condições para a ocupação dos tempos livres, de acordo com os interesses e potencialidades das crianças e jovens. Existe também a promoção (sempre que possível) da integração na família e na comunidade de origem ou numa outra medida em meio natural de vida, em articulação com as entidades competentes em matéria de infância e juventude e a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.com vista a uma autonomização gradual. O lar está associado a diferentes instituições com o



intuito de promover atividades, como o Clube Basquetebol de Leiria, CPPVI – Atletismo, Grupo de Danças e Cantares de São Romão, Associação Fazer Avançar (Projeto EU Desportivo - AFA) e Grupo de Escoteiros de Santo Agostinho (Fialho, 2013).

### **3.4. Funcionamento Interno**

O Lar de Santa Isabel acolhe crianças e jovens do sexo feminino, dos seis aos dezoito anos (havendo casos excepcionais que se prolongam até aos vinte e um anos). Neste momento encontram-se acolhidas quarenta crianças/jovens, geridas pelo Centro Distrital da Segurança Social de Leiria, num sistema de gestão centralizada de vagas.

Existe uma articulação entre o lar e várias entidades: Segurança Social, Câmara Municipal de Leiria, Centro de Emprego de Leiria, Tribunais, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, Centro de Saúde, Dr. Gorjão Henriques, Consulta de Adolescentes e Jovens, Cruz Vermelha Portuguesa (Delegação de Leiria), Escolas, Junta de Freguesia de Leiria, Orfeão de Leiria e o Instituto Português da Juventude. Até 2013, O lar de Santa Isabel encontrava-se ao abrigo do Plano DOM (Desafios, Oportunidades e Mudanças) que consistia em incentivar e melhorar a promoção de direitos e a proteção das crianças e jovens acolhidas em Lares de Infância e Juventude, realizando um projeto que promova a desinstitucionalização após um acolhimento que prolongado deverá garantir a aquisição de uma educação para a cidadania e um sentido de identidade, de autonomia e segurança, promovendo o seu desenvolvimento. O Plano DOM foi substituído pelo Plano SERE+ (Sensibilizar, Envolver, Renovar, Esperança, MAIS) – que tem como objetivo, implementar medidas de especialização da rede de Lares de Infância e Juventude, impulsionadoras de uma melhoria contínua na promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens acolhidas para que se defina e concretize um projeto que promova o seu desenvolvimento integral e a sua integração segura em meio familiar ou na impossibilidade dessa integração e a sua autonomia. O Plano SERE+ é de âmbito nacional e assegurado pelo Instituto da Segurança Social dos respetivos centros distritais. Divide-se em cinco fases metodológicas; insere-se no levantamento da manifestação de interesse das Instituições; avaliação; diagnóstico; contratualização; execução e avaliação. Segundo o Plano SERE+, cabe à Instituição definir o modo de intervenção e os objetivos

socioeducativos e relacionais que respondam às necessidades individuais das crianças e jovens, elaborar e desenvolver o Plano de Atividades que especifique o conjunto de ações a desenvolver no âmbito de Plano, constituir e instituir o processo individual de cada criança/jovem em acolhimento, elaborar o plano socioeducativo individual e o plano cooperado de intervenção em articulação com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens ou a Equipa Multidisciplinar de Assessoria ao Tribunal, fornecer ao Centro Distrital informações e outros dados de natureza estatística as alterações mensais das crianças e jovens referenciando as vagas que ocorrerem, colaborar com o Centro Distrital na avaliação qualitativa do Plano SERE+, decorrente do relatório de avaliação diagnóstica de cada Instituição, documentar a realização das ações a desenvolver no âmbito do plano e também do seu funcionamento, adotar um sistema contabilístico que permita identificar as despesas efetuadas e pagas por conta das ações desenvolvidas e colocar à disposição do Centro Distrital (e outros organismos nacionais) todos os elementos relativos às componentes materiais, financeiras e contabilísticas das ações necessárias ao acompanhamento, controlo e avaliação.

O funcionamento do LSI garante-se através de várias pessoas que pertencem a uma equipa multidisciplinar, ou seja, uma equipa educativa a tempo inteiro, que trabalha por turnos, durante a semana e aos fins-de-semana, com supervisão da equipa técnica. O acolhimento no LSI dá-se durante 24 horas, sete dias por semana, garantido o alojamento, a alimentação das crianças e jovens, os cuidados pessoais e o acompanhamento/promoção do desenvolvimento integral das crianças e jovens. O procedimento que a equipa técnica adota quando há um acolhimento é o de consultar o Regulamento Interno do Lar Santa Isabel, seguindo certos procedimentos essenciais, tendo sempre em mente, que o acolhimento deve assumir um carácter temporário e que a medida de promoção e proteção (que levou à institucionalização) deve ser revista de seis em seis meses. Quando é aberto um processo individual da criança/jovem, procede-se à avaliação diagnóstica da situação e planeia-se o projeto de vida da criança/jovem, em que o mesmo é submetido a uma avaliação interna. Após este processo, a equipa técnica informa a CPCJ ou o Tribunal, dependentemente de quem determinou a medida de promoção e proteção sobre o projeto de vida daquela criança/jovem.

As famílias biológicas das crianças e jovens acolhidas são incentivadas a apoiarem os seus filhos e a participarem nos seus projetos de vida, sempre que haja uma situação legal

permitida. A reintegração familiar é preparada e acompanhada pela equipa técnica e educativa do LSI e este deverá continuar a estar disponível para apoiar as crianças/jovens que regressam às suas famílias, de modo a minimizar as perdas afetivas estabelecidas no lar. As visitas dos familiares decorrem na sala de visitas, tendo em conta os horários das atividades escolares e extra curriculares. São supervisionadas por um técnico e podem ocorrer fora do lar, em locais que a entidade que aplicou a medida designou. Algumas crianças e jovem podem ir ao domicílio dos progenitores, família alargada ou família de apoio aos fins-de-semana e período de férias.

### **3.5. Recursos Humanos**

O Lar Santa Isabel é constituído por três equipas multidisciplinares – uma equipa técnica, educativa e de apoio, que assegura o seu funcionamento contínuo e permanente. Atualmente a equipa técnica é constituída por duas assistentes sociais (em que uma ocupa o lugar de diretora), duas educadoras sociais, uma psicóloga e um professor destacado pelo Ministério da Educação. A equipa educativa inclui três educadoras sociais e seis auxiliares de ação educativa. A equipa de apoio está representada por uma cozinheira, três funcionárias auxiliares e uma costureira.

### **3.6. Caracterização do Público-Alvo**

Para facilitar a divisão e integração das crianças e jovens nas atividades, estas encontram-se inseridas em diferentes grupos, consoante as idades das mesmas: infantil (9-11 anos), infanto-juvenil (12-14 anos), juvenil I (14-15 anos), juvenil II (16-17 anos), juvenil III (16-18 anos) e autonomia (16-21 anos). Cada criança e jovem do Lar Santa Isabel possui um Processo Individual que contém os seguintes tópicos:

**3.6.1. Identificação:** 1) ficha de Identificação: identificação; agregado familiar; entidade que aplicou a medida de acolhimento institucional; entidade responsável pelo acompanhamento da execução da medida; caracterização da situação de perigo da criança/jovem; suporte familiar; 2) lista de Contactos da Criança/Jovem: contactos de

familiares ou pessoas significativas; **3)** ficha de Admissão: instituições, entidades ou profissionais; documentos recebidos; ficha de Pedido de Admissão: identificação do processo de Promoção e Proteção; pedido de admissão; processo de decisão.

**3.6.2. Plano Sócio-Educativo Individual:** áreas de intervenção: saúde, educação, desenvolvimento emocional e comportamental, relacionamento familiar e social, autonomia; ações a desenvolver; objetivos; recursos (internos e externos); e duração e responsável.

**3.6.3. Situação Jurídica:** relatórios e decisões/acordos.

**3.6.4. Informação Escolar:** registo de avaliação e programa Educativo Individual.

**3.6.5. Informação Psicológica:** WISC-III (Escala de Inteligência de Wechsler para crianças, terceira edição); WISC-III (Perfil de Resultados Padronizados).

**3.6.6. Registos:** diligências/contactos, ocorrências e visitas.

**3.6.7. Saúde:** registo de consultas médicas.

**3.6.8. Assuntos Vários:** desenhos, atividades realizadas, etc..

## Capítulo III

### 4. Intervenção Socioeducativa

A intervenção socioeducativa envolve as dimensões técnica, relacional e ética com pessoas e grupos humanos em situação de vulnerabilidade e/ou em risco de exclusão social com a finalidade de facilitar a emergência de uma pessoa (ou grupo) que seja capaz de se recriar a si mesma enquanto, simultaneamente, cria os laços sociais. O objeto da intervenção é,

então, a própria relação educativa que enfatiza processos e percursos - na ambivalência instável entre fatores de risco e de proteção implicados na mudança pessoal em curso - e as suas repercussões sobre o contexto onde a pessoa se insere.

### **4.1. Diagnóstico**

Para que a intervenção socioeducativa se consiga na sua plenitude, deve ser feito o diagnóstico para que, se possa proceder ao delineamento do projeto de intervenção. O diagnóstico identifica as necessidades; aborda os problemas considerados prioritários; as suas causas; qual o contexto que condiciona a problemática e o público-alvo; os recursos utilizados; os meios disponíveis, tal como as potencialidades e oportunidades de desenvolvimento, dando-nos uma visão ampla da realidade. Para dar seguimento ao diagnóstico foram utilizados vários instrumentos: observação direta e participante, conversas formais e informais e diários de bordo, para que, se pudesse delinear a intervenção que iria ser realizada no contexto de institucionalização.

**4.1.1. Observação direta e participante:** a primeira fase do estágio correspondeu à fase de integração/adaptação ao Lar Santa Isabel e ao quotidiano/rotinas diárias das crianças/jovens, onde foi permitido observar as dinâmicas entre a equipa multidisciplinar técnica e as crianças/jovens e qual a relação existente entre as mesmas. A observação engloba um conjunto de operações através das quais, o modelo de análise, que é constituído por hipóteses e conceitos, se confronta com os dados observáveis. Na observação direta, o investigador procede diretamente à recolha de informações, sem que haja intervenção dos sujeitos observados.

**4.1.2. Conversas formais e informais:** que se realizaram, por um lado, junto da equipa multidisciplinar técnica, de forma a perceber quais eram as maiores dificuldades das crianças/jovens, e, por outro lado, com as crianças/jovens, de modo a proporcionar uma relação de proximidade com estas. No primeiro contacto com as crianças/jovens, foi explicado, pela diretora do Lar Santa Isabel, o porquê da presença da mestranda, assim como o trabalho que iria desenvolver durante o estágio. Após a apresentação ser feita, a mestranda começou a assistir às rotinas diárias exigidas pelo Lar Santa Isabel às crianças e

jovens, como o caso, da sala de estudo, em que, todos os dias (exceto os fins-de-semana) quando as crianças e jovens chegam ao LSI após as aulas, têm que se dirigir à sala de estudo para estudar ou fazer os trabalhos escolares. Para o uso da sala de estudo existe uma grelha, que facilita a organização e o uso do espaço entre as crianças e jovens. Foi constatado que, ao começar a participar ativamente nas rotinas diárias das crianças e jovens, como por exemplo, jantar com elas três vezes por semana, permitiu que os sentimentos entre a mestranda e as crianças/jovens crescessem e se desenvolvesse empatia e confiança, que beneficiou a presença da mestranda no LSI.

**4.1.3. Diários de bordo:** ao longo do período de estágio foi registado o quotidiano da mestranda no Lar Santa Isabel, que permitiu perceber, o crescimento como profissional e pessoa da mesma. No início do estágio, a interação com as crianças e jovens era menos autónoma e um pouco receosa, com medo de falhar ou aplicar métodos de intervenção menos corretos. Ao longo do estágio, a mestranda percebeu que, errar fazia parte do mesmo, visto que, é uma forma de aprendizagem, permitindo que a intervenção se tornasse mais autónoma e espontânea.

Como referido anteriormente, com a intenção de facilitar a divisão e integração das crianças e jovens nas atividades, estas encontram-se inseridas em diferentes grupos, consoante as idades das mesmas: infantil, infanto-juvenil, juvenil I, juvenil II, juvenil III e autonomia. O Lar Santa Isabel acolhe 40 crianças e jovens, do sexo feminino, com idades entre os 9 e os 19 anos. A maior parte das jovens opta por continuar a residir no Lar Santa Isabel até completar os 21 anos de idade. O Lar Santa Isabel é constituído por um espaço que permite um certo tipo de observação, onde se consegue obter uma variedade de fatores contextualizados. Foram então observados alguns momentos do quotidiano das crianças/jovens, permitindo assim a realização do diagnóstico. Foi concebida uma abordagem geral onde se identificaram os problemas mas também os recursos e potencialidades existentes. Num primeiro contato com as jovens, a mestranda conseguiu observar a existência de uma certa competitividade e pouca cooperação entre as crianças/jovens que não manifestavam muito interesse em trabalhar em grupo, aliás, pelo que foi transmitido pela equipa técnica e pelas próprias jovens, existia a falta de consenso em relação à constituição dos grupos (referidos anteriormente). A maior parte das jovens não reconhecia a importância de ouvir a opinião de outrem, de cooperarem, de ajudarem-se

mutuamente, de valorizarem e integrarem a opinião do outro. Por vezes, o grupo constituído pelas jovens mais velhas, não gostava e opunha-se a realizar atividades com as crianças e jovens mais novas, pois consideravam as atividades infantis, o que levava a momentos de grande tensão. Existiam momentos em que, algumas das crianças ou jovens mostravam ter dificuldades em fazer ou perceber alguma coisa que lhes era dita e acontecia haver a troca de comentários negativos, onde gozando umas com as outras, o que levava a discussões e castigos. No entanto, verificou-se que, algumas jovens ajudavam as crianças e as jovens mais novas quando apresentavam dificuldades escolares e problemas cognitivos. Por fim, a mestranda conseguiu perceber que, as jovens que se encontravam no ensino regular (9º ao 12º ano) e no ensino especial (cursos vocacionais) mostravam interesse em construir o seu próprio currículo, para mais tarde conseguirem entrevistas de emprego, para que desta forma, conseguissem algum tipo de rendimento permitindo a sua autonomia dentro e fora do Lar. Estes momentos foram observados em vários momentos do dia-a-dia, fosse em tentativas por parte dos técnicos em fazer atividades de grupo com as crianças/jovens, fosse nas tarefas diárias, como o trabalho da copa (lavar a loiça, a cozinha e sala de refeições, após o jantar) e fazer trabalhos de casa. Após a recolha de informação necessária através dos instrumentos, a mestranda achou necessário trabalhar a um nível geral com todo o grupo de intervenção, onde se enquadraram trinta crianças e jovens através de atividades que permitissem desenvolver as suas competências pessoais e sociais e também a questão da autonomização: **a)** Infantil: através dos ensaios para a Gala (9-11 anos); **b)** Infanto-juvenil: através da caminhada e dos ensaios para a Gala (12-14 anos); **c)** Juvenil I: através da caminhada e dos ensaios para a Gala (14-15 anos); **d)** Juvenil II: através das Técnicas de Procura de Emprego e dos ensaios para a Gala (16-17 anos); **e)** Juvenil III: através das Técnicas de Procura de Emprego e dos ensaios para a Gala (16-18 anos); **f)** Autonomia: através das Técnicas de Procura de Emprego e dos ensaios para a Gala (16-21 anos).

Com o intuito de sistematizar o que se ia observando, a mestranda elaborou seis grelhas de observação (tabelas de diagnóstico – apêndice A) com os grupos, compostos pelas jovens com as quais trabalhou nas atividades referentes ao projeto de estágio (atividade das técnicas de procura de emprego, a caminhada e os ensaios para a Gala) e as várias competências pessoais e sociais, de forma a tornar o diagnóstico mais claro. Foram avaliadas 30 crianças e jovens. Através das grelhas de observação, conclui-se que:

**a) A nível das competências pessoais:**

**1)** Na questão “é autónomo” foram avaliados: quinze crianças/jovens como sendo várias vezes, doze são poucas vezes e três são muitas vezes; **2)** Na questão “é empenhado” foram avaliados: dezasseis crianças/jovens como sendo várias vezes, doze são poucas vezes e duas são muitas vezes; **3)** Na questão “aplica o que aprendeu em trabalhos ou projetos” foram avaliados: dezoito crianças/jovens como sendo poucas vezes, dez são várias vezes e duas são muitas vezes; **4)** Na questão “apresenta dúvidas com clareza” foram avaliados: quinze crianças/jovens como sendo poucas vezes, treze são várias vezes e duas são muitas vezes; **5)** Na questão “identifica as suas dificuldades” foram avaliados: dezasseis crianças/jovens como sendo várias vezes, treze são poucas vezes e uma é muita vez; **6)** Na questão “procura realizar tarefas para melhorar” foram avaliados: dezasseis crianças/jovens como sendo várias vezes, treze são poucas vezes e uma é muita vez.

**b) A nível das competências sociais:**

**1)** Na questão “respeita o outro” foram avaliados: quinze crianças/jovens como sendo várias vezes, dez são poucas vezes e cinco são muitas vezes; **2)** Na questão “mostra interesse em participar” foram avaliados: dezoito crianças/jovens como sendo várias vezes, nove são poucas vezes e três são muitas vezes; **3)** Na questão “trabalha bem em grupo” foram avaliados: dezoito crianças/jovens como sendo várias vezes, dez são poucas vezes e duas são muitas vezes; **4)** Na questão “interessa-se pelo que o outro faz” foram avaliados: dezoito crianças/jovens como sendo várias vezes e doze são poucas vezes; **5)** Na questão “pede ajuda ao outro” foram avaliados: vinte e uma crianças/jovens como sendo várias vezes e nove são poucas vezes; **6)** Na questão “ajuda o outro” foram avaliados: quinze crianças/jovens como sendo várias vezes, onze são poucas vezes e quatro são muitas vezes.

Com base na observação direta e participante, nas conversas formais e informais e nos diários de bordo referentes ao quotidiano no LSI, retificou-se que, seria necessário desenvolver um conjunto de atividades que permitisse desenvolver as competências pessoais e sociais das crianças e jovens e promover a autonomização das jovens do Lar Santa Isabel. Desta forma, surge a seguinte questão de partida:



“De que forma a intervenção socioeducativa, promove a autonomização das crianças e jovens acolhidas no Lar Santa Isabel a partir do desenvolvimento das competências pessoais e sociais?”

#### **4.2. Fundamentação da Problemática**

Após o diagnóstico ter sido concluído, a mestranda definiu que a finalidade a ser trabalhada no projeto de estágio seria a promoção da autonomia e das competências pessoais e sociais das crianças e jovens acolhidas no Lar Santa Isabel. As competências pessoais remetem para a identidade social e pessoal: os papéis que representamos; os grupos a que pertencemos; as características que gostamos ou desgostamos nos outros; dos nossos acontecimentos internos (sensações corporais, humores, pensamentos, valores, atitudes, crenças e emoções); do conhecimento acerca de acontecimentos externos (o que dizemos, como nos comportamos, onde vamos); e a dimensão do alcance até ao qual temos alguma intervenção ou controlo sobre as coisas que nos acontecem. As competências sociais permitem as jovens analisar os seus comportamentos e os contextos em que estes são manifestados. O comportamento social incorpora dos tipos de comportamento: o comportamento verbal (acerca do que é dito) e o comportamento não-verbal (acerca da linguagem corporal e de como as coisas são ditas). Nem sempre estas duas linguagens são coerentes (Canha & Neves, 2016).

#### **4.3. Finalidade**

O projeto de intervenção teve como finalidade promover a autonomização a partir do desenvolvimento das competências pessoais e sociais das crianças e jovens do Lar Santa Isabel.

#### **4.4. Objetivos da intervenção socioeducativa**

##### **4.4.1. Objetivos Gerais**

1) Compreender a importância do desenvolvimento das competências pessoais no processo de autonomização; 2) compreender a importância do desenvolvimento das competências sociais no processo de autonomização; 3) compreender a importância de ser autónomo na organização e gestão do tempo em período de férias escolares.

#### **4.4.2. Objetivos Específicos**

1) Identificar as componentes que devem estar presentes num *curriculum vitae*; 2) Reconhecer a importância da elaboração de um *curriculum vitae* adequado; 3) Identificar que comportamento a adotar numa entrevista; 4) Reconhecer que são responsáveis pela ocupação dos seus tempos livres; 5) Manifestar interesse em planear e organizar o seu quotidiano; 6) Reconhecer a importância de interajuda e cooperação no processo de autonomização.

#### **4.5. Competências**

O projeto pretende que as crianças/jovens alcancem competências onde sejam capazes de:

1) construir o seu *curriculum vitae*; valorizar as suas competências pessoais para a procura ativa de emprego; 2) adotar comportamentos adequados numa entrevista de emprego; 3) apresentar-se e comunicar numa entrevista de emprego; 4) organizar o seu tempo livre; 5) respeitar os tempos livres individuais e coletivos; 6) cooperar e participar nas atividades planeadas; 7) respeitar os seus interesses.

#### **4.6. Metodologia**

Num processo de investigação deve explicar-se, detalhadamente, os princípios metodológicos e métodos a utilizar. Constitui-se uma abordagem metodológica de investigação especialmente adequada quando procuramos compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contextos complexos. A metodologia representa um conjunto de abordagens, técnicas e processos utilizados pela ciência para formular e resolver problemas de aquisição objetiva do conhecimento, de uma forma sistemática. Com o

intuito de alcançar os objetivos definidos anteriormente, a mestranda optou por uma abordagem através da investigação-ação.

**4.6.1. Investigação-ação:** segundo McKernan (1998) é um processo reflexivo que caracteriza uma investigação numa determinada área problemática cuja prática se deseja aperfeiçoar ou aumentar a sua compreensão pessoal. Essa investigação é conduzida pelo prático: primeiro, para definir claramente o problema; segundo, para especificar um plano de ação, incluindo a testagem de hipóteses pela aplicação da ação ao problema. A avaliação é efetuada para verificar e demonstrar a eficácia da ação realizada. Finalmente, os participantes refletem, esclarecem novos acontecimentos e comunicam esses resultados à comunidade de investigadores-ação. A investigação-ação é uma investigação científica, sistemática e autorreflexiva levada a cabo para melhorar a prática. Para Elliot (1991) a investigação-ação como o estudo de uma situação social no sentido de melhorar a qualidade da ação que nela decorre. Trata-se de uma abordagem científica específica, na qual o investigador gera um novo conhecimento acerca de um sistema social, intervindo para o modificar. É uma metodologia de pesquisa, aplicada, prática, orientada para a resolução de problemas reais. O resultado da investigação produz uma ação com o objetivo de transformar a realidade, e, conseqüentemente, produzir conhecimentos.

### **4.7. Estratégias**

As estratégias de um projeto de estágio suportam os meios disponíveis para explorar as condições favoráveis com vista a objetivos específicos. O desenvolvimento da estratégia do projeto significa reconhecer os meios e recursos que possibilitam ao projeto atingir os objetivos desejados. As estratégias aplicadas ao longo do projeto são: visionamento de um vídeo e a sua discussão; reforço dos comportamentos; negociação; planejar; comunicação verbal; otimismo; adaptar face à mudança; autonomia.

### **4.8. Recursos**

Para desenvolver as atividades foram necessários recursos humanos e recursos materiais.

a) Recursos humanos: mestranda, a equipa multidisciplinar técnica, a estagiária de serviço social e a estagiária de nutrição.

b) Recursos materiais: computador, cadernos, canetas, cartolinas.

#### 4.9. Destinatários

Crianças e jovens acolhidas no Lar Santa Isabel num total de trinta crianças e jovens, do género feminino, com idades compreendidas entre os 9 e os 21 anos.

#### 4.10. Cronograma

O estágio decorreu entre o mês de Abril e Julho, tal como mostra o cronograma abaixo.

Atividades/Meses	Abril	Maio	Junho	Julho
Período de Integração e Diagnóstico				
Projeto de Intervenção				
Apoio ao Estudo				
Dia da Mãe				
Caminhada				
Dia Mundial do Brincar				
Técnicas de Procura de Emprego				
Dia Europeu da Música				
Dia das				

Bibliotecas				
Ensaio (Gala)				
Sessão de Cinema				
Pintura de Bandeiras				
Gala				
Avaliação				

#### 4.11. Ações/ Atividades

Durante o período de estágio foram realizadas diversas atividades, algumas delas enquadradas no tema de estágio “Autonomização em Lares de Infância e Juventude” e as restantes no âmbito do estágio curricular. As atividades são as seguintes:

<b>Atividades no âmbito do Projeto</b>	<b>Atividades no âmbito do Estágio Curricular</b>
Caminhada	Apoio ao Estudo
Técnicas de Procura de Emprego	Dia da Mãe
Ensaio (Gala)	Dia Mundial do Brincar
	Dia Europeu da Música
	Dia das Bibliotecas
	Sessão de Cinema
	Pintura de Bandeiras
	Gala

Como se observou que existiam interesses em comum entre as crianças/jovens optou-se por propor atividades que respondessem a esses mesmos interesses, para que a participação de todos resultasse num trabalho produtivo e gratificante.

**4.11.1. Atividades realizadas no âmbito do Projeto**

<b>Atividade</b>	<b>Objetivos da Atividade</b>	<b>Competências a adquirir</b>
1. Caminhada	- Facilitar a inserção e adaptação em grupo	- Cooperar e participar na caminhada
2. Técnicas de Procura de Emprego: Parte I (Curriculum Vitae)	- Identificar as componentes que devem estar presentes num CV; - Reconhecer a importância da elaboração de um CV; - Conseguir elaborar o seu próprio CV	- Construir o seu CV; - Valorizar as suas competências pessoais para a procura ativa de emprego
3. Técnicas de Procura de Emprego: Parte II (Entrevista)	- Identificar que comportamentos a adotar numa entrevista de emprego	- Adotar comportamentos adequados numa entrevista de emprego
4. Ensaios (Gala)	- Promover a interajuda e cooperação em grupo	- Respeitar a opinião dos outros

**Caminhada**

A caminhada é uma atividade que a estagiária de nutrição tem vindo a realizar com as jovens do Lar, no âmbito do seu estágio. Em conversa com a mesma, a mestranda solicitou participar na atividade, ao que a estagiária respondeu que sim. No dia 11 de Maio a mestranda participou na primeira caminhada com as jovens, em conjunto com a estagiária e a psicóloga do LSI. A maior parte das jovens preferiram correr, fazendo com que a mestranda ficasse com o restante grupo que preferiu caminhar.

**Técnicas de Procura de Emprego**

A atividade Técnicas de Procura de Emprego foi dividida em duas partes: a parte I (Curriculum Vitae) e a parte II (a entrevista). Na primeira parte da atividade a mestranda trabalhou com três grupos: grupo das jovens de autonomia (duas jovens com idades entre os 19-20 anos), juvenil III (seis jovens com idades entre os 15-16 anos) e juvenil II (duas

jovens com idades entre os 15-19 anos). Antes e após cada sessão da atividade, foi entregue a cada jovem, um questionário (Apêndice B) sobre a matéria que iria ser lecionada e sobre as questões/dúvidas que poderiam surgir. Os resultados dos questionários encontram-se no apêndice X. No fim da atividade foram distribuídos às jovens, o pós-questionário que serviu para avaliar o nível de conhecimento e informação adquirida na primeira parte da atividade (apêndice C). Os resultados dos questionários encontram-se no apêndice B e C. Na segunda parte da atividade a mestranda trabalhou com três grupos: grupo das jovens de autonomia (três jovens com idades entre os 18-20 anos), juvenil III (cinco jovens com idades entre os 15-16 anos) e juvenil II (quatro jovens com idades entre os 15-19 anos). Tal como na primeira parte, antes e após cada sessão da atividade, foi entregue a cada jovem, um questionário (Apêndice D) sobre a matéria que iria ser lecionada e sobre as questões/dúvidas que poderiam surgir. Os resultados dos questionários encontram-se no apêndice D. No fim da atividade foram distribuídos às jovens, o pós-questionário que serviu para avaliar o nível de conhecimento e informação adquirida na primeira parte da atividade (apêndice E). Os resultados dos questionários encontram-se no apêndice E.

### **Ensaaios (Gala)**

A mestranda começou a estar presente nos ensaios para a Gala “Achas que sabes dançar/cantar?” porque algumas das crianças e jovens abordaram-na para que a mesma assistisse e para que desse uma segunda opinião sobre as coreografias das danças. Começou a tornar-se habitual e por isso, a mestranda também ajudou no ensaio geral, no dia da Gala.

### **1.11.2. Atividades realizadas no âmbito do Estágio Curricular**

#### **Apoio ao Estudo**

Todos os dias a mestranda esteve presente na sala de estudo prestando auxílio às crianças e jovens que tinham estudo na sua hora marcada. A escala horária da sala de estudo divide-se em três períodos: período da manhã (10.30h), período da tarde (15h, 16.30h, 17h, 17.30h e 18h) e o período da noite (20.30h).

### **Dia da Mãe**

A mestranda pensou em desenvolver a atividade para o Dia da Mãe, pela importância das crianças/jovens terem a capacidade de saber lidar com um dia como este, ou seja, conseguirem celebrar/festejar o dia da mãe, sem terem as suas mães por perto. Para as crianças/jovens que não têm qualquer contato com as suas mães, houve uma conversa com as mesmas, referindo que o caça-sonhos, não seria propriamente para entregar às suas progenitoras, mas sim, a alguém que lhes seria importante e especial. Algumas jovens quiseram ficar com os caça-sonhos, outras decidiram entregar às suas mães e houve quem quisesse entregar às suas avós.

No total participaram sete raparigas, sendo quatro as mais novas do Lar e as restantes, sendo adolescentes. A atividade consistiu na elaboração de um caça-sonhos através de materiais diversos, como tecidos, linhas, lã, arame, acessórios, entre outros. Foi realizada na sala do pavilhão, ou seja, na divisão onde se encontram os brinquedos do Lar. A atividade correu bem, com um grande envolvimento das participantes. A um nível geral, todas ficaram contente com o resultado final, tirando uma das mais jovens que ficou triste com o resultado do seu trabalho. A atividade foi realizada pela mestranda e pela estagiária de Serviço Social.

### **Dia Mundial do Brincar**

Para festejar o Dia Mundial do Brincar, a atividade “Garrafa Mágica” participaram 13 crianças e jovens, em que, duas das jovens não se mostraram cooperantes, tendo ficando apenas a observar o jogo. Quando iniciaram o jogo, observou-se que as jovens mostravam cansaço e pouca atenção ao que estava a ser dito, mas a meio da atividade começaram a mostrar interesse e também quando lhes foi dito que a tarefa a fazer no meio do círculo seria de escolha livre. Todas elas preferiram fazer as representações aos pares, onde se mostravam mais dinâmicas. Algumas delas sentiram-se um pouco envergonhadas quando estavam sozinhas no meio do círculo, pedindo a maior parte das vezes, ajuda para a realização da tarefa. No geral, houve criatividade por parte das participantes, no entanto, houve também quem quisesse apenas realizar as tarefas mais fáceis.



Foram verificados pouco conflitos no grupo, apenas quando alguém fazia barulho ou quando não estavam a respeitar a pessoas que estava no meio do círculo. No geral, a atividade correu bem e foi positiva para as crianças e jovens que nela participaram.

### **Dia Europeu da Música**

Na atividade do Dia Europeu da Música participaram quase todas as crianças e jovens do Lar Santa Isabel. Para celebrar o dia Europeu da Música a mestranda pensou que seria interessante fazer uma playlist com diversos géneros musicais, para dar a conhecer às crianças e jovens do lar. As músicas foram passando aleatoriamente e a atividade consistia na dança respetiva ao género musical. A mestranda ficou satisfeita com o número de participantes a aderir à atividade e no geral correu tudo muito bem. No final da noite, as jovens foram fazendo os pedidos das músicas para as mesmas dançarem.

### **Dia das Bibliotecas**

Na atividade do Dia das Bibliotecas participaram dez crianças e jovens dos grupos do infantil e pré-juvenil. A atividade foi realizada em conjunto com a estagiária de serviço social. As participantes fizeram marcadores para livros. A maioria gostou de participar na atividade, principalmente as crianças. Algumas das jovens não mostraram grande vontade em fazer o que lhes foi pedido porque não queriam que a hora da atividade interferisse com a hora permitida de uso do telemóvel. No geral a atividade correu bem, tendo havido algum conflito entre o grupo infantil e o grupo pré-juvenil, pela diferença de idades. ~

### **Sessão de Cinema**

A sessão de cinema com o filme “Trust – Perigo Online” surgiu como o intuito de mostrar às jovens a importância do conhecimento sobre os perigos da internet. No primeiro ano de Mestrado, na disciplina “Abuso Sexual” a mestranda apresentou um trabalho sobre a pornografia infantil, onde deu a conhecer aos seus colegas este mesmo filme. Assume uma temática que deve ser discutida entre jovens que usam frequentemente as redes sociais e que nem sempre estão conscientes dos perigos que a internet pode trazer. A estagiária de Serviço Social também participou na atividade. A mestranda ficou bastante satisfeita com

o resultado da sessão de cinema, onde a maior parte das jovens se mostrou muito interessada com o filme tendo feito diversas questões sobre o mesmo. Aliás, uma grande parte do grupo nem se lembrou da hora permitida ao uso do telemóvel por estarem tão interessadas no desfecho do filme. No fim do filme, com as jovens que permaneceram, foi feito um pequeno debate sobre o tema do filme, onde a maior parte achou que “nunca se deve falar com estranhos”; “devemos ter cuidado e não falar com quem não conhecemos”; “aquele homem era nojento por se meter com a rapariga”.

### **Pintura das Bandeiras**

A atividade foi realizada com os grupos de autonomia, juvenil I, infanto-juvenil e infantil. A mesma surgiu com o intuito de agradecimento a um grupo de pessoas, de nacionalidade inglesa, que ofereceram às crianças, jovens e equipa multidisciplinar, uma ida às grutas da moeda, com tudo pago (transporte e refeição). As crianças e jovens decidiram pintar duas bandeiras (portuguesa e inglesa) onde juntaram as suas fotografias com uma frase de agradecimento.

### **Gala “Achas que sabes dançar/cantar?”**

A gala festejou-se no Centro Social Paroquial Paulo VI. Foram convidadas as jovens restantes do Lar Santa Isabel (que não participaram na gala), toda a equipa multidisciplinar técnica, a equipa educativa e de apoio. Também foram convidados alguns familiares das crianças e jovens que participaram na gala. Atuaram cinco grupos de dança e três jovens cantaram. No fim das atuações, as crianças e jovens prepararam duas surpresas, uma delas para a mestrandia, em que a chamaram ao palco para entregar uma lembrança como agradecimento pelo meu trabalho feito durante o estágio e uma montagem de fotografias das atividades que ocorreram no verão. Houve também comida e bebida para os convidados e para as participantes.

### **1.11.3. Atividades Complementares**

#### **Revisão da Literatura**

Ao longo do estágio a mestranda foi pesquisando sobre o tema do meu estágio. De início foi-me recomendado a leitura de documentos sobre os lares de infância e juventude que retrata a dinâmica existente nos mesmos. Foi também recomendado à mestranda, a leitura do regulamento do Lar de Santa Isabel, para compreender melhor o funcionamento do mesmo. Ao longo do estágio, foi lido os processos individuais de cada criança/jovem para que fosse mais fácil o enquadramento em contexto do Lar e para que se conseguisse conhecer cada criança/jovem a um nível mais pessoal. A cada processo pertence a identificação, o Plano Sócio-Educativo Individual, a situação jurídica, a informação escolar, a informação psicológica, os registos, a saúde e assuntos vários.

### **1.12. Avaliação**

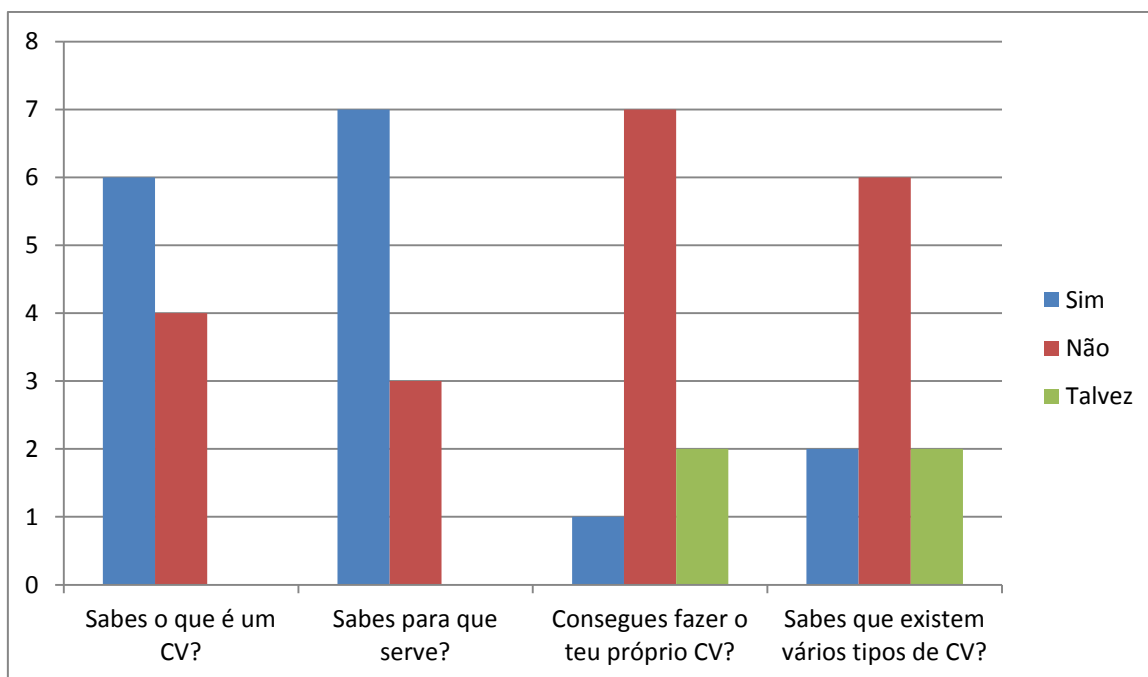
A avaliação é uma atitude indispensável na recolha de informações a serem exploradas (tratadas), com vista a serem tomadas as mais diversas decisões. Estas decisões não se cingem apenas a controlar os resultados obtidos na aprendizagem, mas devem ter um carácter mais abrangente e incluir também todos os agentes e órgãos intervenientes no sistema, pois a eficácia de qualquer processo de estágio se subordina ao controlo do seu desenvolvimento e à avaliação dos seus resultados

**4.12.1. Avaliação Inicial:** consiste na análise das condições iniciais, visto que, é necessário conhecer as condições de admissão, o meio onde irá decorrer o projeto e os resultados que se esperam obter. Desta forma, recorreu-se a diversos instrumentos, entre os quais, grelhas de observação, que serviram de suporte para a identificação do diagnóstico. Os destinatários foram trinta crianças e jovens do Lar Santa Isabel.

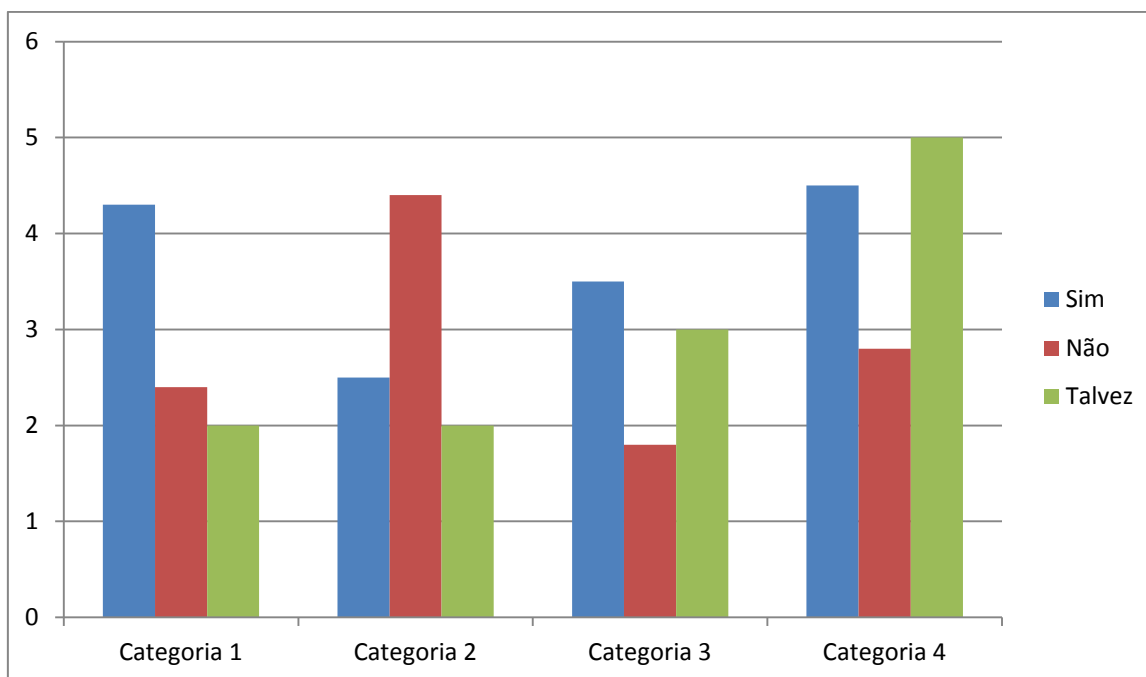
**4.12.2. Avaliação Intermédia:** esta fase decorreu através da observação, participação direta e de questionários. Na atividade da caminhada notou-se alguma revolta por parte de algumas jovens, com a presença de outras, na atividade. A mesma se deu por haver uma discrepância na relação entre elas. A estagiária de nutrição explicou que, por norma, o

número de participantes nas caminhadas tende a ser menor, para que se evite discussões nas mesmas. Na atividade das Técnicas e Procura de Emprego, a mestrandu testou os conhecimentos das jovens antes e após a atividade, tanto na primeira parte como na segunda parte, como se pode verificar na tabela:

<b>Parte I – Curriculum Vitae</b>		
<b>Questão</b>	<b>Antes</b>	<b>Depois</b>
Sabes o que é um CV?	- 6 responderam: Sim - 4 responderam: Não	- 9 responderam: Sim - 1 respondeu: Talvez
Sabes para que serve?	- 7 responderam: Sim - 3 responderam: Não	- 10 responderam: Sim
Consegues fazer o teu próprio CV?	- 1 respondeu: Sim - 7 responderam: Não - 2 responderam: Talvez	- 7 responderam: Sim - 1 respondeu: Não - 2 responderam: Talvez
Já alguma vez utilizaste algum?	- 2 responderam: Sim - 8 responderam: Não	
Sabes que existem vários tipos de CV?	- 2 responderam: Sim - 6 responderam: Não - 2 responderam: Talvez	- 9 responderam: Sim - 1 respondeu: Talvez
A formação foi útil para o teu percurso profissional?		- 9 responderam: Sim - 1 respondeu: Talvez
Já consegues fazer uma CV sozinha?		- 7 responderam: Sim - 2 responderam: Não. - 1 respondeu: Talvez



**Gráfico 1.** Respostas aos questionários antes da formação.



**Gráfico 2.** Respostas aos questionários depois da formação.

Parte II - Entrevista		
Questão	Antes	Depois
Já alguma vez foste a uma entrevista de emprego?	- 1 respondeu: Sim - 11 responderam: Não	
O que achas ser necessário para uma entrevista de emprego?	- 6 responderam: “apresentação/postura da pessoa entrevistada” - 1 respondeu: “ser bem-educado” - 1 respondeu: “explicar o que fazemos de bem” - 1 respondeu: “estar calmo” - 2 responderam: “estar confiante” - 1 respondeu: “ter CV”	
O que achas que pode correr mal?	- 7 responderam: “nervos e aparência” - 1 respondeu: “estar envergonhado e não responder às questões” - 2 responderam: “não sei” - 2 responderam: “não ser aceite”	
	- 4 responderam: “não sei” - 1 respondeu: “comportamento do	

O que esperas aprender?	entrevistador” - 2 responderam: “coisas novas” - 1 respondeu: “perguntas que podem fazer na entrevista e que comportamentos ter” - 1 respondeu: “aprender mais do que aprendo na escola” - 3 responderam: “ir a uma entrevista”	
O que aprendeste irá ser útil para o teu futuro? Porquê?		- 12 responderam: Sim, porque “assim já sei que comportamentos ter na entrevista”
Achaste o conteúdo da aprendizagem interessante?		- 12 responderam: sim
O que menos gostaste?		- 7 responderam: “gostei de tudo” - 1 respondeu: “vídeo” - 1 respondeu: “ruído exterior” - 1 respondeu: “ler” - 1 respondeu: “não sei” - 2 responderam: “estar sentada”

Na atividade dos ensaios para a Gala “Achas que sabes dançar/cantar?” a mestrandia foi filmando e tirando fotografias ao longo dos mesmos para que as crianças e jovens que iriam participar, conseguissem ver o que poderiam melhorar nas suas coreografias e canto.

**4.12.3. Avaliação Final:** através do objetivo geral do projeto, sendo este compreender a importância do desenvolvimento das competências pessoais no processo de autonomização; compreender a importância do desenvolvimento das competências sociais no processo de autonomização e compreender a importância de ser autónomo na organização e gestão do tempo em período de férias escolares, pode-se dizer que, através da análise de dados recolhidos, que a mestrandia notou uma crescente evolução das competências pessoais e sociais, bem como no processo de autonomização. A nível das competências, a um nível geral, o grupo das crianças e jovens com os quais a mestrandia trabalho, demonstrou ter atingido as competências delineadas no projeto de intervenção,

como, construir o seu *curriculum vitae*; valorizar as suas competências pessoais para a procura ativa de emprego; adotar comportamentos adequados numa entrevista de emprego; apresentar-se e comunicar numa entrevista de emprego; organizar o seu tempo livre; respeitar os tempos livres individuais e coletivos; cooperar e participar nas atividades planeadas e respeitar os seus interesses.

## **5. Reflexões Finais**

O presente relatório foi realizado a partir do estágio efetuado no Lar Santa Isabel com uma população alvo de 40 crianças/jovens do género feminino.

Após o diagnóstico efetuado, durante a fase de integração, foi elaborado um projeto de intervenção que visasse desenvolver a autonomização e as competências pessoais e sociais das crianças e jovens do Lar Santa Isabel.

Privilegiou-se desde o início as vozes e os quereres das diversas crianças/jovens no sentido da sua participação. Considera-se que o projeto foi bem-sucedido porque foram dadas às crianças as informações necessárias acerca do mesmo, assim como do que se tratavam as atividades. Foi permitido às crianças/jovens estarem envolvidas em todas as atividades. Foi dada segurança para que as crianças/jovens pudessem explorar e expressar os seus pontos de vista sem medo de críticas ou retaliação. Foi dada a possibilidade das crianças/jovens, juntamente com a mestrandia, decidirem as regras e as funções de cada um, de forma cooperativa, transferindo-lhes autonomia e responsabilidade. As crianças/jovens foram respeitadas, nos seus pontos de vista, independentemente da sua idade, situação, competências e dificuldades. Foi dada a opção de participação, ou não, nas atividades, visto que a participação é um direito e não uma obrigação.

Respondendo à questão de partida:

De que forma a intervenção socioeducativa, promove a autonomização das crianças e jovens acolhidas no Lar Santa Isabel a partir do desenvolvimento das competências pessoais e sociais?

Em alguns aspetos notou-se uma melhoria em termos de autonomia das jovens, visto que, o grupo com o qual a mestrandia trabalhou nas técnicas de procura de emprego, vinte jovens num grupo de vinte e duas jovens, todas conseguiram fazer sozinhas o que lhes foi proposto. Os quatro meses em que decorreu o estágio foi uma pequena incursão no que tem que ser feito, visto que é um tempo insuficiente para mudar comportamentos. Apesar de se ter observado um desenvolvimento das competências pessoais e sociais das crianças e jovens nem todas participaram com a mesma intensidade nas atividades realizadas pela mestrandia. A família deve cuidar da criança, do seu bem-estar, satisfazendo as suas necessidades, entre as quais estão as necessidades de afeto e de segurança. É na família que



as crianças se transformam em pessoas com uma vida mental organizada, que aprendem a amar porque têm a experiência de terem sido, um dia, sonhadas e amadas. A família tem, assim, diversas funções, constituindo-se enquanto elemento estruturador, pelo cuidado e satisfação das necessidades básicas e pela capacidade em proporcionar o ambiente no qual torna possível o desenvolvimento das capacidades físicas, mentais e sociais.

Cada ser humano tem um potencial inato para amadurecer e integrar-se, desde que incluído num ambiente facilitador que forneça cuidados suficientemente bons (alimento físico e psíquico), sendo, no início, esse ambiente representado pela mãe. A associação prolongada da ausência da mãe (ou outro cuidador) com a não satisfação da necessidade, desconforto ou aflição contribui para o desenvolvimento do medo em relação à perda da figura de apego e deixa marcas de insegurança e desconfiança na personalidade.

As crianças e os jovens colocados em famílias de acolhimento devem manter o contacto com a sua família de origem de modo a permitir a manutenção das relações positivas, quando existentes. Independentemente dos fatores que desencadeiam o acolhimento, as crianças e jovens continuam a partilhar um sentimento de pertença e de identificação único com a sua família biológica, que não termina com a quebra do equilíbrio familiar.

A influência de múltiplos fatores no resultado do acolhimento pode garantir, de modo provisório ou contínuo, o bem-estar, os cuidados de saúde, a habitação, a educação, ou seja, a proteção e o desenvolvimento integral destas crianças e jovens.

## 6. Referências Bibliográficas

- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. (2011). *Manual Crianças e Jovens Vítimas de Violência: compreender, intervir e prevenir*.
- Baião. (2012). *Como Elaborar um Trabalho Escrito, Académico e Científico: Normas para a sua Estruturação e Escrita*. Agrupamento de Escolas do Vale de Ovil.
- Basto, S. (2015). *Maus Tratos a Crianças e Jovens: Definição e Tipos*. Aprender sem Limites. Centro de Estudos e Apoio Pedagógico.
- Belsky, J. (1993). *Etiology of child maltreatment, a developmental-ecological analysis*. Psychological Bulletin.
- Bertão, A. (2016). *O Contacto no Acolhimento Familiar de Crianças e Jovens – uma avaliação atual*. Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente. Lisboa.
- Candeias, M. & Henriques, H. (2012). *Um Século de Proteção de Crianças e Jovens*. III Seminário de IDT.
- Canha, L. & Neves, S. (2016). *Promoção de Competências Pessoais e Sociais*. Associação de Paralisia Cerebral de Odemira. Manual Prático. Pág. 25-26.
- Caraterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens. (2014). Art.º 10.º do Capítulo V da Lei n.º 31/2003, de 22 de agosto.
- Carvalho, A., & Baptista, I. (2004). *Educação social. Fundamentos e estratégias*. Porto: Porto Editora.
- Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude e Educação. (2009). *Acolhimento Institucional. Orientações sobre Acolhimento*.
- Centro Paroquial Paulo VI: Lar de Infância e Juventude. (2012). *Regulamento Interno de Funcionamento*. Leiria.
- CINEL (Centro de Formação Profissional da Indústria Eletrónica). (2016). *Manual de Estágio Profissional*.
- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Porto de Mós (2012). *Ação Social e Juventude*.

Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens. (2016). *Sistema de Proteção Português*.

Cruz Vermelha Portuguesa. (2014). *Intervenção Socioeducativa em contextos de risco*. Cruz Vermelha Portuguesa: Delegação da Póvoa de Varzim. Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti.

Direção-Geral da Saúde. (2011). *Maus Tratos em Crianças e Jovens*. Ação de Saúde para Crianças e Jovens em Risco. Guia Prático de Abordagem, Diagnóstico e Intervenção.

Elliot, J. (1991). *Action Research for Educational Change*. Buckingham: Open University Press.

Elói, F. (2014). *Relatório de Estágio*. Escola Superior de Educação e Ciências Sociais de Leiria – Instituto Politécnico de Leiria. Educação Social: 3º Ano.

Fialho, R. (2013). Um Desafio à Realidade. Relatório de Estágio. Escola Superior de Educação e Ciências Sociais. Instituto Politécnico de Leiria.

Fleming, M. (2005a). *Adolescent Autonomy: Desire, Achievement and Disobeying Parents between Early and Late Adolescence*. Australian Journal of Education and Development Psychology, 5, 1-16.

Gohn, M. (2006). *Educação não-formal na pedagogia social*. Congresso Internacional de Pedagogia Social. Março.

Gonçalves, A. (2013). Menores em Risco: Um Estudo dos Processos de Intervenção. Dissertação apresentada à Escola Superior de Educação de Bragança para a obtenção do Grau de Mestre em Educação Social.

Graça, J., Calheiros, M. & Martins, A., (2010). *Adaptação do Questionário de Autonomia nos Adolescentes para a língua portuguesa*. Laboratório de Psicologia, 2 (8), 237- 250.

Instituto da Segurança Social. (2007). *Gestão da qualidade das respostas sociais – Lar de Infância e Juventude*. Lisboa: Instituto da Segurança Social;

Instituto da Segurança Social. (2015). *Manual de Boas Práticas*. CEM – Artes Gráficas.

Lares de Infância e Juventude. (2010). *Recomendações Técnicas para Equipamentos Sociais*, pág. 27.

Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. (2014). *Lei n.º 147/99, de 01 de Setembro* (versão atualizada).

Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro. Segunda alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro.

Lombo, M. (2000). *Maus Tratos às Crianças: abusos e negligência*. Estudo das representações de pediatras, psicólogos, professores, educadores de infância e técnicos de serviço social. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Universidade do Porto.

Lourenço, A. (2010). *O Invisível da Sociedade: Crianças e Jovens em Risco*. Tese de Mestrado em Ciências da Educação. Educação Especial: Domínio Cognitivo e Motor. Instituto De ciências da Educação. Lisboa.

Mckernan, J. (1998). *Curriculum Action Research: A handbook of methods and resources for the reflective practitioner*. Londres: Kogan Page.

Montano, T. (2017). *Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças*. Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco. Publical.

Neves, J.L. (1996). *Pesquisa Qualitativa – Características, Usos e Possibilidades*. Mestrado de Administração de Empresas, FEA – USP. Caderno de Pesquisas em Administração. São Paulo: volume 1, n.º 3, 2º semestre.

Noom, M., Dekovic, M. & Meeus, W. (1999). *Autonomy, attachment and psychosocial adjustment during adolescence: a double-edged sword?*. Journal of Adolescence, 22, 771-783.

Noom, M., Dekovic, M. & Meeus, W. (2001). *Conceptual Analysis and Measurement of Adolescent Autonomy*. Journal of Youth and Adolescence, 30(5), 577-595.

Pires, S. (2011). *A Promoção da Autonomia em Jovens Institucionalizadas*. Relatório de Estágio. Instituto Politécnico de Bragança – Escola Superior de Educação

Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças. (2004). *Guia de Orientações para os Profissionais da Saúde na Abordagem de Situações de Maus Tratos ou outras Situações de Perigo*. GENERALITAT VALENCIANA.

Revista Hospital Universitário Pedro Ernesto. (2011). *Principais Fatores de Risco no Desenvolvimento das Crianças e Adolescentes*.

Reichert, C. & Wagner, A. (2007). *Autonomia na adolescência e sua relação com os estilos parentais*. Revista Psico, v. 38, n. 3, set./dez., pp: 292-299. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/1496/2173>, acessado a 22 de abril de 2014.

Santos, M. (2003). Paredes de pele, muros de pedra. In M. Sottomayor & A. Silva (Eds.). *Cuidar da justiça de crianças e jovens*.

Serrano, G. (2003). *Pedagogia social – Educación social. Construcción científica e intervención Práctica*. Madrid: Narcea.

Silverberg, S. B. & Steinberg, L. (1987). *Adolescent Autonomy, Parent-Adolescent Conflict, and Parental Well-Being*. Journal of Youth and Adolescence, 16(3), 293-312.

Spear, H. J. & Kulbok, P. (2004). Autonomy and Adolescence: A Concept Analysis. *Public Health Nursing*, 21(2), 144-152.

Strecht, P. (1997). *Crescer vazio. Repercussões psíquicas do abandono, negligência e maus tratos em crianças e adolescentes*. Lisboa: Assírio & Alvim.

Veiga, S. (2011). *O Profissional de Educação Social num Lar de Infância e Juventude*. Revista Galego-Portuguesa de Psicología e Educación. Vol. 19, (2)., página 25.

## Webgrafia

Notícia do Público. (2014). *Menos crianças mas mais adolescentes acolhidos em instituições*. Acedido em [http://rr.sapo.pt/informacao\\_detalhe.aspx?did=184350](http://rr.sapo.pt/informacao_detalhe.aspx?did=184350).

Blogue Livres de Todo Mal. (2016). *A Teia dos Sonhos e o Esoterismo*. Acedido em [https://www.google.pt/search?q=ca%C3%A7a+sonhos&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=0ahUKEwja2Myog7vMAhVDqxoKHc37AagQ\\_AUIBygB&biw=1366&bih=667&dpr=1#imgsrc=l7OZz3YXxLS93M%3A](https://www.google.pt/search?q=ca%C3%A7a+sonhos&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=0ahUKEwja2Myog7vMAhVDqxoKHc37AagQ_AUIBygB&biw=1366&bih=667&dpr=1#imgsrc=l7OZz3YXxLS93M%3A).

Associação Fazer Avançar. (2008). *Eu Desportivo*. Acedido em <http://www.fazeravancar.org/eu-desportivo/>.

Barbosa, J. (2016). *Maus Tratos em Crianças: Maus Tratos Institucionais*. Blogue: Prezi.

Grupo de Danças e Cantares de São Romão. (2016). Acedido em [https://www.facebook.com/Grupo-Dan%C3%A7as-e-Cantares-S%C3%A3o-Rom%C3%A3o-Leiria-425079007576967/info/?tab=page\\_info](https://www.facebook.com/Grupo-Dan%C3%A7as-e-Cantares-S%C3%A3o-Rom%C3%A3o-Leiria-425079007576967/info/?tab=page_info).

Blogue Companhia Athletica. (2015). *Correr corretamente: o gesto técnico da corrida*. Acedido em [https://www.google.pt/search?q=correr&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwiW0fm3ldTMAhWHOB0KHdxCDf0Q\\_AUIBygB&biw=1366&bih=667#imgrc=CR746tyv2G\\_0NM%3A](https://www.google.pt/search?q=correr&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwiW0fm3ldTMAhWHOB0KHdxCDf0Q_AUIBygB&biw=1366&bih=667#imgrc=CR746tyv2G_0NM%3A).

Clube Basquetebol de Leiria. (2010). Acedido em <http://cbl-basquetebol.blogspot.pt/p/mini-12.html>.

Blogue Educação Física Uma missão (2013). Acedido em <http://missaoeducafisica.blogspot.pt/2013/08/53-atividades-jogos-e-brincadeiras-para.html>.

EDIPSICO – Edições e Investigação em Psicologia, LDA. (2010). *WISC-III - Escala de Inteligência de Wechsler para Crianças - 3ª edição*. Acedido em <http://www.edipsico.pt/WISC-III.htm>.

Infopédia – Dicionários Porto Editora. (2016). *Artigos de Apoio: David Wechsler*. Acedido em [http://www.infopedia.pt/\\$david-wechsler](http://www.infopedia.pt/$david-wechsler).

WISC-III – *Como obter o resultado padronizado de cada subteste?* (2016). Acedido em <http://www.testes-psicologicos.pt/2016/02/03/wisc-iii-resultado-padronizado-subteste/>.

Lameiras, A. (2015). *Diagnóstico Social*. Acedido em (<http://servicosocial.pt/diagnostico-social/>).

Grupo de Escoteiros de Santo Agostinho. (2016). Acedido em <http://1198.escutismo.pt/agrupamento>.

Associação Distrital de Atletismo de Leiria. (2016). Acedido em [http://www.adal.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=52&Itemid=97](http://www.adal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=52&Itemid=97).

Mattos, C. (2016). *Desenvolvendo a estratégia do projeto*. Acedido em [http://www.techoje.com.br/site/techoje/categoria/detalhe\\_artigo/72](http://www.techoje.com.br/site/techoje/categoria/detalhe_artigo/72).

Rigon, F. (2016). *Pirâmide de Necessidades de Maslow*. Acedido em <http://cubomagicobrasil.com/forum/topic/16285-pir%C3%A2mide-de-necessidades-de-maslow/>.

Colégio Web. (2013). *Como estudar matemática para o ENEM*. Acedido em <http://www.colegioweb.com.br/matematica/estudar-matematica-enem.html>.

Governo dos Açores. (2016). *Rede Prestige. Azores*. Acedido em <http://prestige.azores.gov.pt/pt-pt/news/10-dicas-para-arrasar-na-sua-pr%C3%B3xima-entrevista-de-emprego>.

Blogue Divãlosofando (2009). Acedido em [http://divalosoofando.blogspot.pt/2009\\_09\\_01\\_archive.html](http://divalosoofando.blogspot.pt/2009_09_01_archive.html).

Blogue Cliquetando. (2014). *Desenho para Colorir Bandeiras das Seleções Copa do Mundo 2014*. Acedido em <http://cliquetando.xpg.uol.com.br/2014/05/desenho-para-colorir-bandeiras-das-selecoes-copa-do-mundo-2014.html>.

Unicef: para todas as crianças. (2016). Acedido em <https://www.unicef.pt/>.

## **Anexos**



**Anexo A. Menos crianças mas mais adolescentes acolhidos em instituições  
(Notícia do Público, 2014)**

Em 2013, mais de oito mil crianças e jovens estavam à guarda do Estado. Há mais miúdos com problemas de comportamento e menos crianças em vias de adoção.

Em 2013 havia 8445 crianças e jovens em situação de acolhimento, menos 112 do que no ano anterior.

O número de crianças em situação de acolhimento tem vindo a descer: entre 2006 e 2013, a diminuição foi de 31%. Segundo dados do relatório *Casa*, entregue nesta quarta-feira à presidente da Assembleia da República, em 2013 havia 8445 crianças e jovens em situação de acolhimento, menos 112 do que no ano anterior. No entanto, há mais jovens entre os 15 e os 17 anos em instituições.



**Imagem 1.** Menos crianças mas mais adolescentes acolhidos em Instituições

**Fonte:** Público Online, 2014

### **Anexo B. Escala de Inteligência para Crianças (WISC-III)**

**Autor:** David Wechsler (Psicólogo norte-americano de origem romena, nasceu em 1896 e faleceu em 1981, ocupou o lugar de psicólogo-chefe no hospital psiquiátrico de Bellevue e depois foi professor de Psicologia clínica na Universidade de Nova Iorque. Nos finais da década de 30 apresentou três escalas de inteligência para diferentes níveis etários: a **Escala de Inteligência para Adultos (WAIS)**, a **Escala de Inteligência para Crianças (WISC)** e a **Escala de Inteligência para o nível pré-escolar e 1.º ciclo (WPPSI)**).

**População-alvo:** Crianças e jovens

**Descrição:** A WISC-III é a terceira edição da Escala de Inteligência para crianças onde apresenta algumas novidades relativamente às edições anteriores, designadamente ao nível dos materiais (estímulos visuais impressos a cores), dos procedimentos de administração e da análise dos resultados. O teste inclui doze subtestes da WISC-R e um novo subteste (pesquisa de símbolos). Os subtestes dividem-se em dois grupos: os verbais e os de realização. Tem o tempo médio de realização de 90 minutos e aplica-se nas idades entre os 6 e 16 anos.

Os **subtestes verbais** são: informação, semelhanças, aritmética, vocabulário, compreensão e memória de dígitos.

Os **subtestes de realização** são: completamento de gravuras, código, disposição de gravuras, cubos, composição de objetos, pesquisa de símbolos e labirintos.

O desempenho das crianças e dos adolescentes poderá ser analisado em termos de subtestes e de seis resultados compostos: QI Verbal, QI de Realização, QI de Escala Completa, Índice de Compreensão Verbal, Índice de Organização Percetiva e Índice de Velocidade de Processamento.

O WISC-III é constituído por: manual técnico, folhas de registo, caderno para pesquisa de símbolos, caderno para labirintos, kit de materiais (caderno de estímulos, caixa com 15 conjuntos de cartões, cartões com problemas de aritmética, caixa com 9 cubos, 6 puzzles para a composição de objetos, cartão de apresentação para a composição de objetos e grelhas de correção – código e pesquisa de símbolos).

### **WISC-III – Como obter o resultado padronizado de cada subteste?**

Para a conversão dos resultados obtidos nos subteste em resultados padronizados deve-se ter em consideração: a escolha da tabela de normas baseia-se na idade cronológica da criança/jovem. Existem 22 tabelas de conversão, cada uma delas referente a um grupo normativo que abrange um intervalo de 6 meses de idade. O examinador deve ter em conta que os resultados padronizados variam entre 1 e 19, que o valor médio corresponde a 10 e o desvio-padrão é 3. O afastamento relativamente à média dita a qualidade do desempenho da criança – resultados padronizados superiores à média correspondem a bons desempenhos e o inverso verifica-se também para os resultados padronizados inferiores à média. O examinador poderá ainda converter os resultados brutos em **idade-teste**, ou seja, a partir do resultado bruto obtido em cada um dos subtestes conseguimos saber a que idade corresponde, em média, esse desempenho.

Nombre \_\_\_\_\_ Sexo \_\_\_\_\_

Escuela o Centro \_\_\_\_\_ Curso \_\_\_\_\_

Examinador \_\_\_\_\_ Lateralidad \_\_\_\_\_

**WISC-III**

Versión Chilena

**TEST DE INTELIGENCIA PARA  
NIÑOS DE WECHSLER  
TERCERA VERSIÓN**

Subprueba	Puntaje Bruto	Puntaje equivalente					
Completación de Figuras							
Información							
Claves							
Analogías							
Ordenamiento de Historias							
Aritmética							
Construcción con Cubos							
Vocabulario							
Ensamblaje de Objetos							
Comprensión							
(Búsqueda de Símbolos)		( )					
(Retención de Dígitos)	( )						
(Laberintos)		( )					
Suma de puntajes equivalentes							
		Verbal	Ejec.	CV	OP	VP	AD
		Puntaje de la escala completa					
		OPCIONAL					

	Año	Mes	Día
Fecha del Test			
Fecha de nac.			
Edad			

	Puntaje	CI/ Índice	Per- centil	Intervalo de confianza %
Verbal				—
Ejecución				—
Escala completa				—
CV				—
OP				—
VP				—
AD				—

Puntajes de los subtests

Verbales							De ejecución						
Inf	Ana	Ari	Voc	Com	RD		CF	Cla	OH	CC	EO	BS	Lab
19	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
18	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
17	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
16	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
15	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
14	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
13	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
12	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
11	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
10	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
9	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
8	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
7	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
6	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
5	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
4	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
3	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
2	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
1	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.

	Puntajes de CI			Puntajes índice (opcional)			
	CIV	CIE	CIT	ICV	IOP	IVP	IAD
160							
150							
140							
130							
120							
110							
100							
90							
80							
70							
60							
50							
40							

The Psychological Corporation, U.S.A.

Copyright © 1991, 1974, 1971 by The Psychological Corporation USA. Edición de la estandarización Copyright © 1989 by The Psychological Corporation USA. Copyright © 1949 by The Psychological Corporation USA. Copyright © renovado en 1976 by The Psychological Corporation, USA. Datos normativos Copyright © 1991 by The Psychological Corporation USA. Traducción castellana, copyright © 1993 by The Psychological Corporation, USA. Todos los derechos reservados. Versión chilena adaptada financiada por proyecto FONDECYT N° 000951.

No está permitida la reproducción total o parcial de este material, ni su transmisión de ninguna forma o por cualquier medio, ya sea



## **Apêndices**

**Apêndice A. Grelhas de Observação**

Grelhas de Observação (escala: 1-Nenhuma vez; 2-Poucas vezes; 3-Várias vezes; 4-Muitas vezes; 5-Sempre):

<b>Competências Pessoais e Sociais / Jovens</b>		<b>Autonomia</b>					
		<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>
<b>Competências Pessoais</b>	É autónomo	4	4	2	3	3	3
	É empenhado	3	4	2	3	3	3
	Aplica o que aprendeu em trabalhos ou projetos	3	4	2	3	3	3
	Apresenta dúvidas com clareza	4	3	3	3	3	3
	Identifica as suas dificuldades	3	2	3	4	3	3
	Procura realizar tarefas para melhorar	3	3	2	3	3	3
<b>Competências Sociais</b>	Respeita o outro	3	3	3	4	4	3
	Mostra interesse em participar	2	2	4	4	4	3
	Trabalha bem em grupo	2	2	3	3	3	3
	Interessa-se pelo que o outro faz	2	2	2	3	3	3
	Pede ajuda ao outro	3	2	3	3	3	2
	Ajuda o outro	3	3	3	3	3	3

Competências Pessoais e Sociais / Jovens		Juvenil III					
		7	8	9	10	11	12
Competências Pessoais	É autônomo	3	3	4	3	3	3
	É empenhado	3	3	4	3	3	3
	Aplica o que aprendeu em trabalhos ou projetos	4	3	3	3	3	3
	Apresenta dúvidas com clareza	4	3	3	3	3	3
	Identifica as suas dificuldades	3	3	3	3	3	3
	Procura realizar tarefas para melhorar	4	3	3	3	3	3
Competências Sociais	Respeita o outro	4	3	3	3	4	4
	Mostra interesse em participar	3	3	3	3	3	3
	Trabalha bem em grupo	3	3	3	3	4	4
	Interessa-se pelo que o outro faz	3	3	3	3	3	3
	Pede ajuda ao outro	3	3	3	3	3	3
	Ajuda o outro	4	3	4	3	4	4

Competências Pessoais e Sociais / Jovens		Juvenil II				
		13	14	15	16	17
Competências Pessoais	É autônomo	2	2	3	2	2
	É empenhado	2	2	2	2	2
	Aplica o que aprendeu em trabalhos ou projetos	2	2	2	2	2
	Apresenta dúvidas com clareza	2	2	3	2	2
	Identifica as suas dificuldades	3	2	3	2	2
	Procura realizar tarefas para melhorar	3	2	3	2	2
Competências Sociais	Respeita o outro	2	2	3	2	2
	Mostra interesse em participar	3	2	2	2	2
	Trabalha bem em grupo	2	2	2	2	2
	Interessa-se pelo que o outro faz	2	2	2	2	2
	Pede ajuda ao outro	2	2	2	2	2
	Ajuda o outro	2	2	2	2	2



Competências Pessoais e Sociais / Jovens		Juvenil I				
		18	19	20	21	22
Competências Pessoais	É autônomo	3	3	3	2	2
	É empenhado	3	3	3	2	2
	Aplica o que aprendeu em trabalhos ou projetos	2	2	2	2	2
	Apresenta dúvidas com clareza	2	2	3	2	2
	Identifica as suas dificuldades	3	3	3	2	2
	Procura realizar tarefas para melhorar	3	3	3	2	2
Competências Sociais	Respeita o outro	2	3	2	2	2
	Mostra interesse em participar	3	3	3	2	2
	Trabalha bem em grupo	3	3	3	2	2
	Interessa-se pelo que o outro faz	3	2	3	2	2
	Pede ajuda ao outro	3	3	3	2	3
	Ajuda o outro	3	2	3	2	2

Competências Pessoais e Sociais / Jovens		Infanto-Juvenil			
		23	24	25	26
<b>Competências Pessoais</b>	É autônomo	3	2	2	2
	É empenhado	2	2	3	2
	Aplica o que aprendeu em trabalhos ou projetos	2	2	3	2
	Apresenta dúvidas com clareza	2	2	3	2
	Identifica as suas dificuldades	2	2	3	2
	Procura realizar tarefas para melhorar	2	2	3	2
<b>Competências Sociais</b>	Respeita o outro	3	2	3	3
	Mostra interesse em participar	3	2	3	3
	Trabalha bem em grupo	3	2	3	3
	Interessa-se pelo que o outro faz	3	2	3	3
	Pede ajuda ao outro	3	2	3	3
	Ajuda o outro	3	2	3	3

Competências Pessoais e Sociais / Jovens		Infantil			
		27	28	29	30
Competências Pessoais	É autônomo	3	2	2	3
	É empenhado	3	2	3	3
	Aplica o que aprendeu em trabalhos ou projetos	2	2	2	2
	Apresenta dúvidas com clareza	2	2	2	2
	Identifica as suas dificuldades	2	2	2	2
	Procura realizar tarefas para melhorar	2	2	2	2
Competências Sociais	Respeita o outro	2	3	3	3
	Mostra interesse em participar	3	3	3	3
	Trabalha bem em grupo	3	3	3	3
	Interessa-se pelo que o outro faz	3	3	3	3
	Pede ajuda ao outro	2	3	3	2
	Ajuda o outro	2	3	3	3

## Apêndice B. Pré-Questionário da Parte I

Questionário Pré-Formação (Curriculum Vitae)			
	Sim	Não	Talvez
Sabes o que é um <i>Curriculum Vitae</i> (CV)?			
Sabes para que serve?			
Consegues fazer o teu próprio CV?			
Já alguma vez utilizaste algum?			
Sabes que existem vários tipos de CV?			

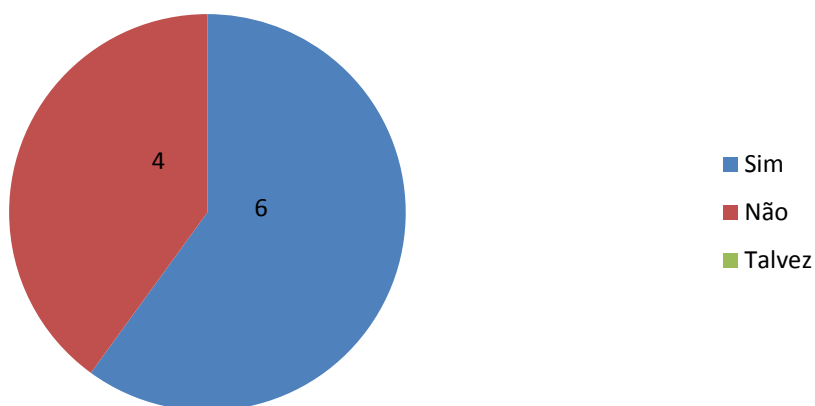
O que esperas aprender?

---

**Resultados das respostas ao pré-questionário da Parte I**

**Gráfico 1.**

**Sabes o que é um Curriculum Vitae (CV)?**



**Gráfico 2.**

**Sabes para que serve?**

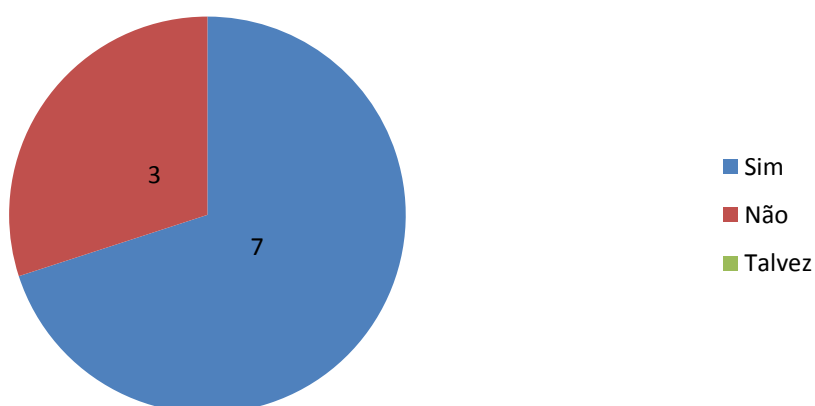


Gráfico 3.

**Consegues fazer o teu próprio CV?**

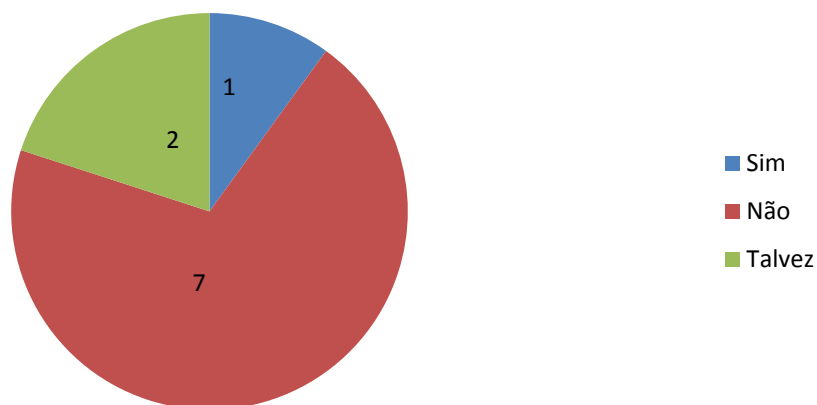


Gráfico 4.

**Já alguma vez utilizaste algum?**

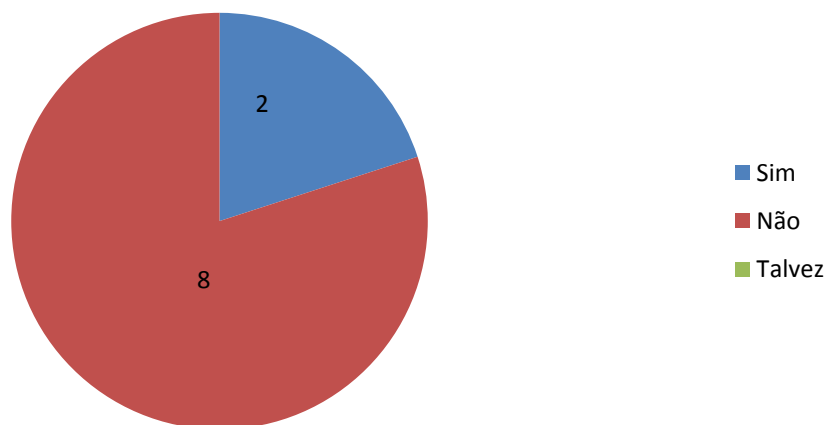
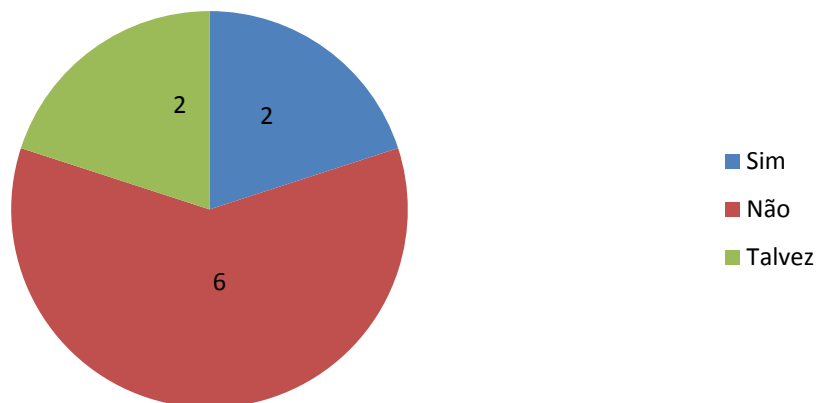


Gráfico 5.

### Sabes que existem vários tipos de CV?



À pergunta “o que esperas aprender?” as respostas foram as seguintes:

- 1) “Espero aprender como fazer um CV”;
- 2) “Fazer um CV”;
- 3) “Talvez o fazer um CV e aprender algumas técnicas para o futuro”;
- 4) “Coisas novas”;
- 5) “Aprender a fazer um CV”;
- 6) “A fazer um CV *online*. Saber atualizá-lo”;
- 7) “Espero aprender o que é um CV”;
- 8) “Como utilizar o CV e como o devemos organizar/fazer”;
- 9) “Conseguir fazer o meu próprio CV e quais os outros tipos de CV”;
- 10) “Como fazer e organizar o meu CV”.

## Apêndice C. Pós-Questionário da Parte I

Questionário Pós-Formação (Curriculum Vitae)			
	Sim	Não	Talvez
Sabes o que é um Curriculum Vitae?			
Sabes para que serve?			
Consegues fazer o teu próprio CV?			
Sabes que existem vários tipos de CV? Quais?			
A formação foi útil para o teu percurso profissional?			
Já consegues fazer um CV sozinha?			

O que mais gostaste?

---

O que menos gostaste?

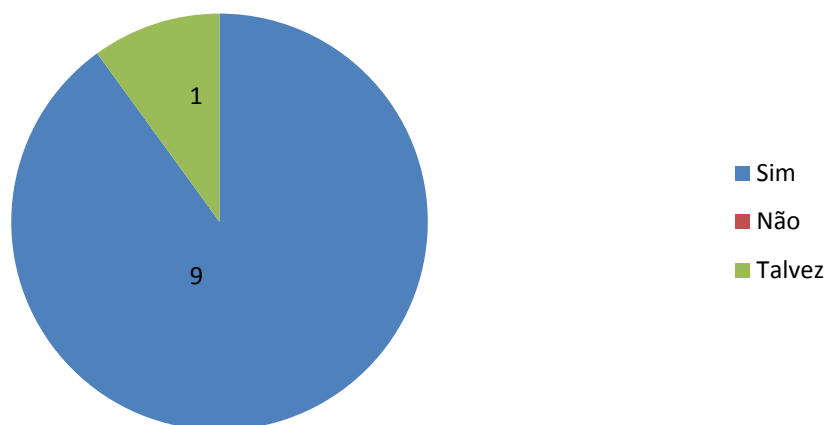
---



**Resultados das respostas ao pós-questionário da Parte I**

**Gráfico 6.**

**Sabes o que é um Curriculum Vitae (CV?**



**Gráfico 7.**

**Sabes para que serve?**

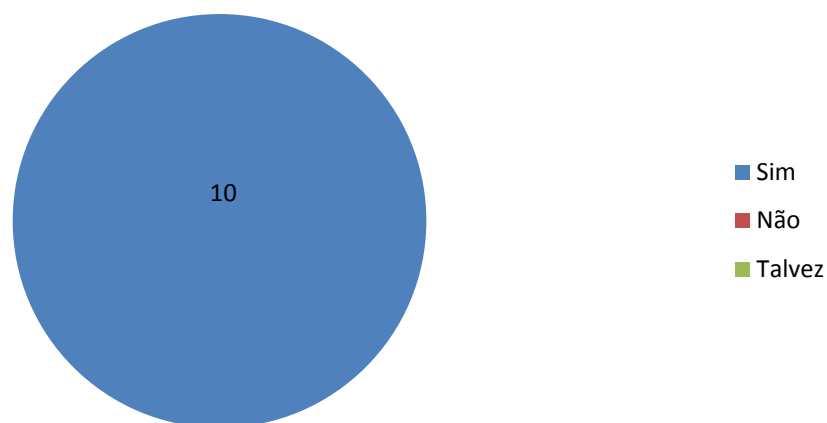


Gráfico 8.

**Consegues fazer o teu próprio CV?**

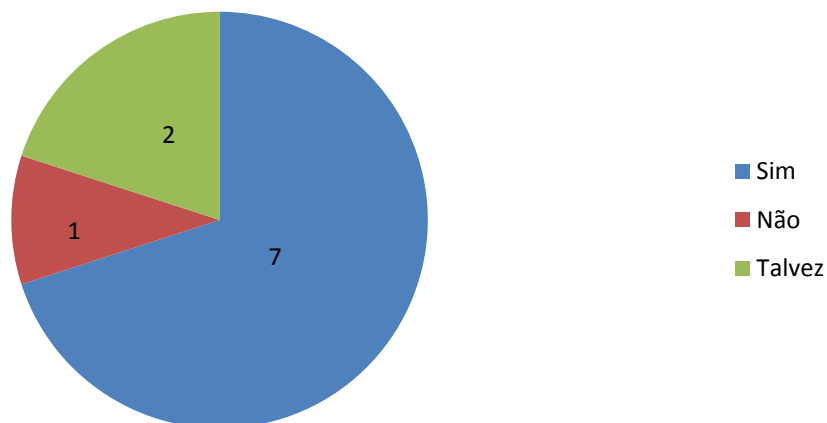
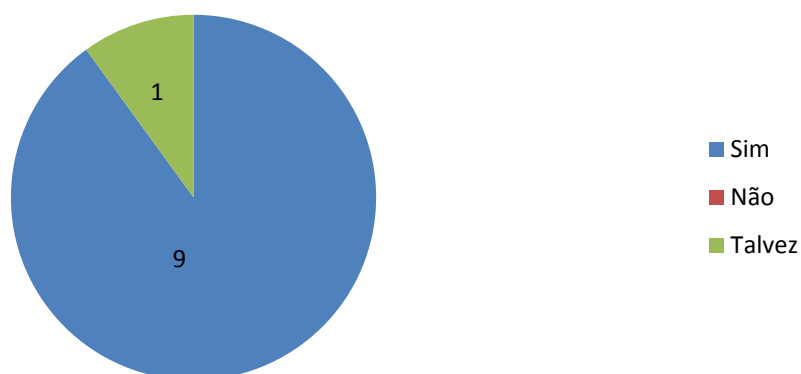
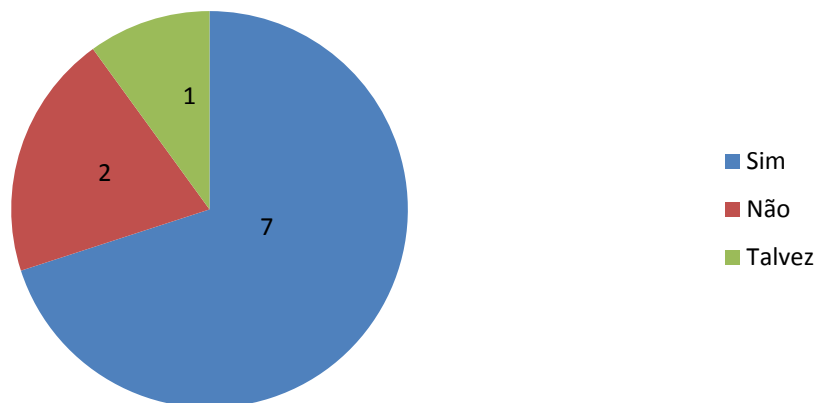


Gráfico 9.

**A formação foi útil para o teu percurso profissional?**



**Gráfico 10.**  
**Já consegues fazer um CV sozinha?**



**À pergunta “o que mais gostaste?” as respostas foram as seguintes:**

- 1) “Gostei de tudo”;
- 2) “De fazer o meu CV com ajuda”;
- 3) “Da simpatia e disponibilidade da estagiária Elodie”;
- 4) “Tudo”;
- 5) “De aprender a fazê-lo”;
- 6) “Fazer o CV”;
- 7) “De tudo”;
- 8) “Parte prática”;
- 9) “Gostei muito e aprendi muito, obrigada”;
- 10) “Tudo, pois acho que foi bem estruturado e muito informativo”.

**À pergunta “o que menos gostaste?” as respostas foram as seguintes:**

- 1) “Nada”;
- 2) “Ter de ler aquela informação toda”;
- 3) “O tempo demorado”;
- 4) “De preencher”

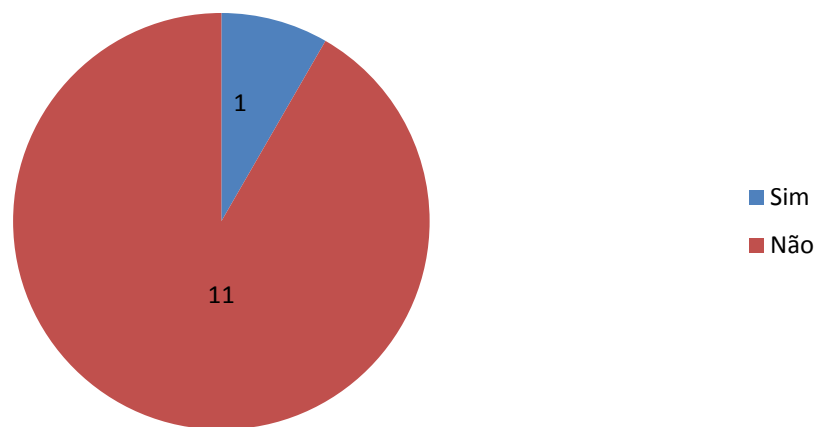
#### Apêndice D. Pré-Questionário da Parte II

- 1) Já alguma vez foste a uma entrevista de emprego?
- 2) O que achas ser necessário para uma entrevista de emprego?
- 3) O que achas que pode correr mal?
- 4) O que esperas aprender?

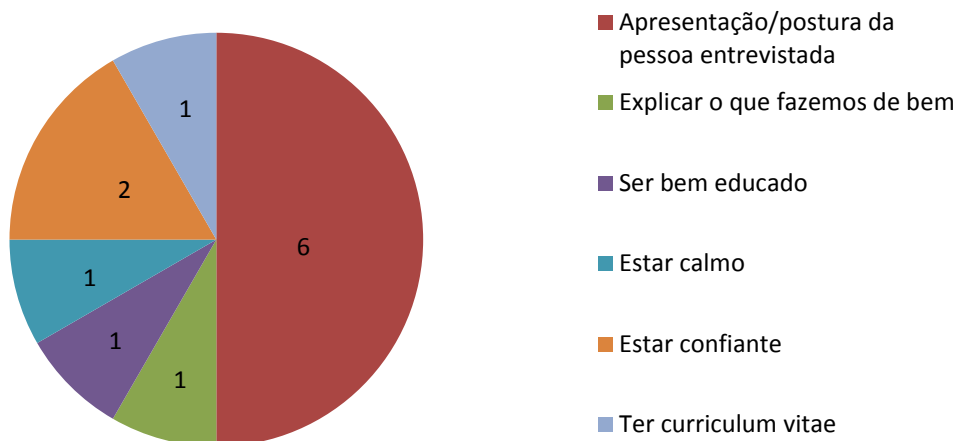
#### Resultados das respostas ao pré-questionário da Parte II

Gráfico 11.

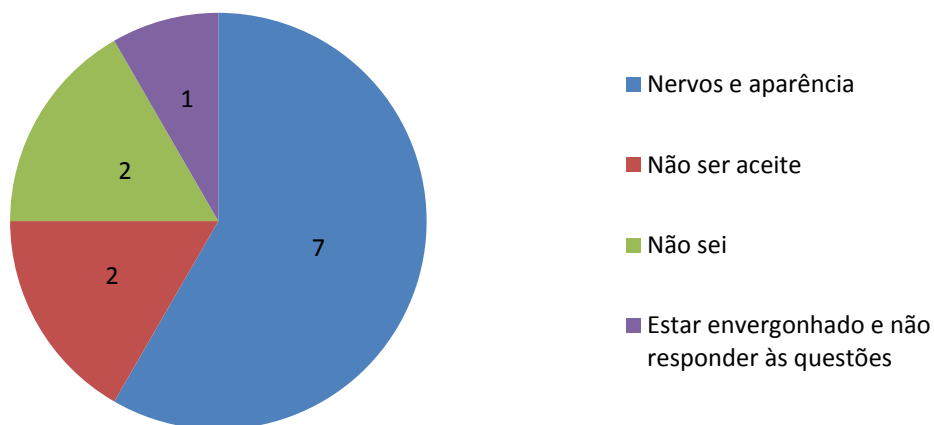
#### Pergunta 1



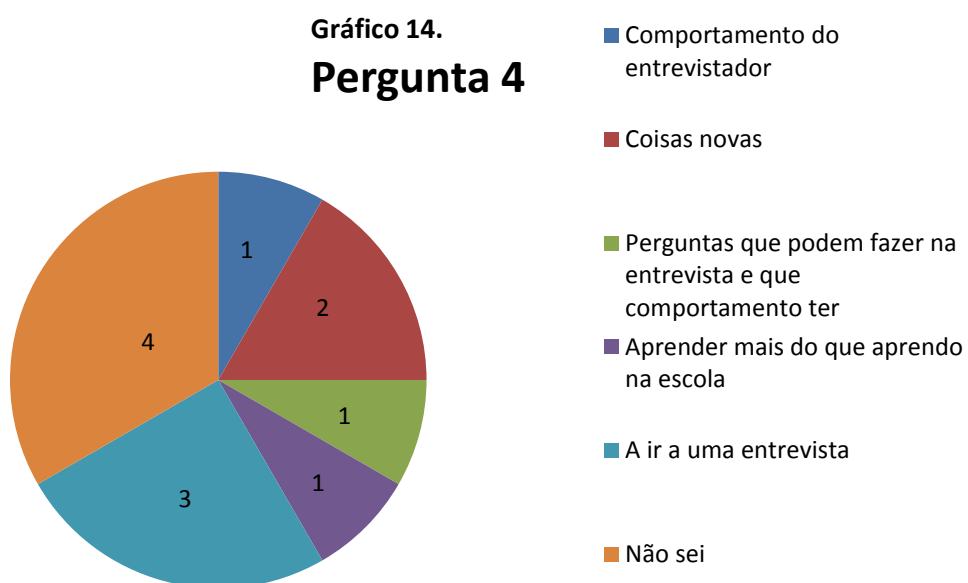
**Gráfico 12.**  
**Pergunta 2**



**Gráfico 13.**  
**Pergunta 3**



**Gráfico 14.**  
**Pergunta 4**



~

### Apêndice E. Pós-Questionário da Parte II

- 1) O que aprendeste irá ser útil para o teu futuro? Porquê?
- 2) Achaste o conteúdo da aprendizagem interessante?
- 3) O que menos gostaste?

#### Resultados das respostas ao pós-questionário da Parte II

Gráfico 15.

#### Pergunta 1

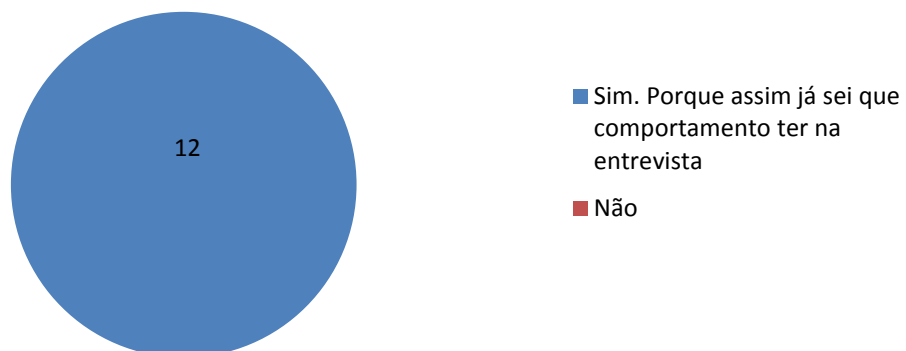


Gráfico 16.  
**Pergunta 2**

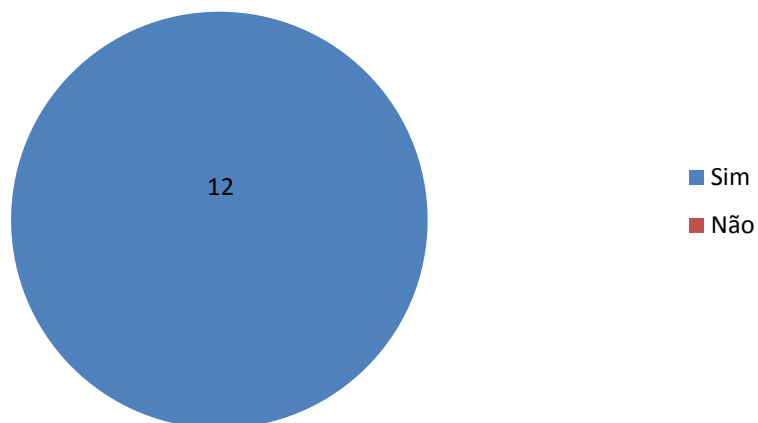
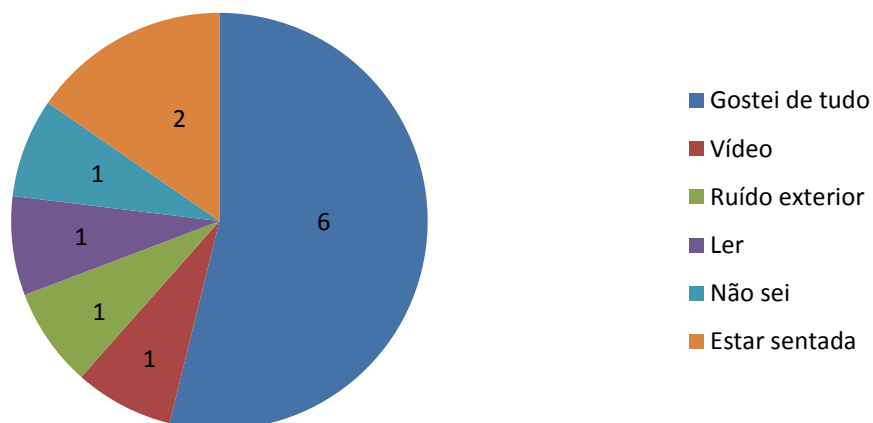
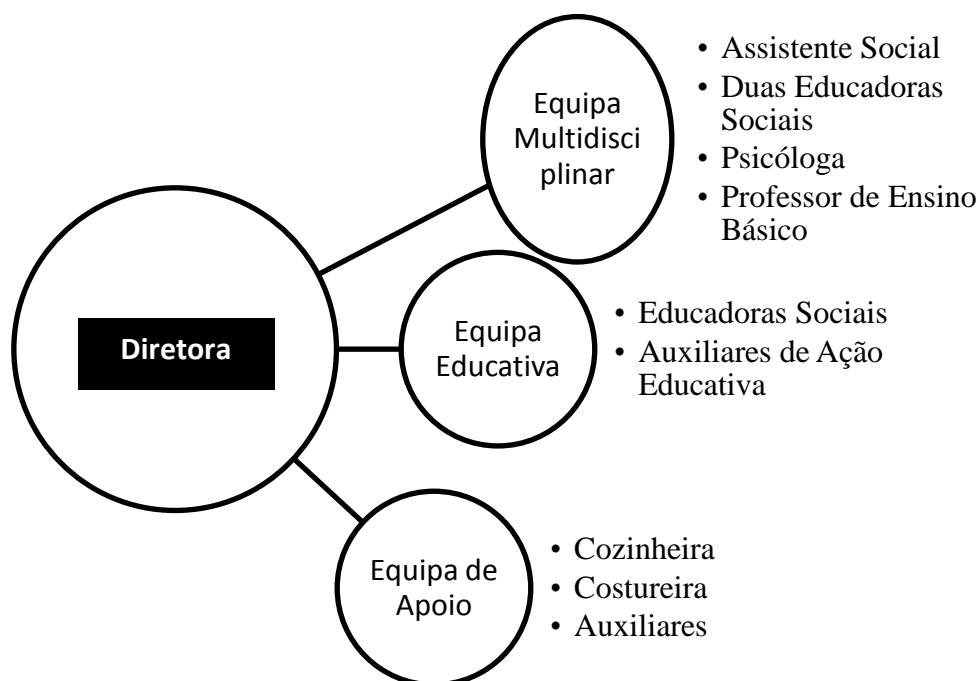


Gráfico 17.  
**Pergunta 3**





**Apêndice F. Organograma do Lar Santa Isabel**



## **Apêndice G. Atividades praticadas fora do Lar de Santa Isabel**

### **Grupo de Danças e Cantares de S. Romão**

O Grupo de Danças e Cantares de S. Romão (GDCSR) iniciou a sua atividade em maio de 1993, por iniciativa de um grupo de amigos do Bairro de S. Romão Pousos- Leiria, com o intuito de apresentar algumas coreografias no arraial das festas anuais desse Bairro. Desde então, os ensaios continuaram e o GDCSR foi passando por várias fases. Iniciou-se com músicas e trajes de revista e músicas populares. Foi sofrendo alterações nos seus trajes, acrescentando músicas e trajes de diversas regiões do país (Minho, Beira Alta, Beira Baixa, Aveiro, Estremadura, Ribatejo, Nazaré, Algarve, entre outros) mas sempre mantendo os temas originais. É composto por cerca de 35 elementos.

### **Associação Fazer Avançar**

#### Projeto EU Desportivo – AFA

No projeto todas as crianças têm direito a praticar desporto independentemente da sua condição financeira, social ou cultural. Promove a igualdade de direitos no acesso ao desporto, combate o sedentarismo, proporciona experiências na área do desporto, apela o gosto pelo desporto nos jovens e permite a integração social dos jovens que participam no projeto.

### **Clube de Basquetebol de Leiria**

O Clube Basquetebol de Leiria dedica-se à modalidade de basquetebol desde 1985 e é representante da cidade de Leiria. Dele fazem parte jovens atletas desde os sub-8 aos sub-20, sendo que, da equipa feminina apenas existe nos sub 14-16 anos.

### **Atletismo de Leiria**

A Associação Distrital de Atletismo de Leiria, fundada em 1987, tem a sua sede na cidade de Leiria. Funcionou no pavilhão gimnodesportivo, com a designação de Associação dos Desportos de Leiria (departamento de atletismo). Em 1996, a sede da Associação Distrital de Atletismo de Leiria transitou para o Estádio Municipal de Leiria, onde foi criado um espaço para a implantação da sede da Associação Distrital de Atletismo de Leiria. Em 2004, por motivos de obras no Estádio Municipal de Leiria, a Associação teve de mudar a sua localização, instalando-se num apartamento em Leiria.

### **Grupo de Escoteiros de Santo Agostinho**

Em Fevereiro de 1960 era oficializado, na cidade de Leiria, o Agrupamento 127, com sede na Sé. Em 1995, era reativado o Agrupamento 776, que já existira anteriormente, com sede na Cruz d'Areia. Como o número de candidatos a escuteiros não parava de crescer, a chefe Rosa Pedrosa, com a ajuda de antigos escuteiros e alguns escuteiros de outros agrupamentos, iniciaram a formação de um novo Agrupamento junto à comunidade de Santo Agostinho. No ano 1999/2000 iniciaram-se as atividades com todas as secções. A 13 de Novembro de 2001, data de aniversário do nascimento do seu patrono, o Agrupamento era oficializado, passando a denominar-se Agrupamento 1198 de Santo Agostinho - Leiria. O Assistente era o Padre José Henrique Pedrosa.

**Apêndice H. Atividades realizadas no âmbito do estágio curricular – Atividade 1**

**Atividade:** Apoio ao Estudo

**Local da Atividade:** Lar Santa Isabel

**Data:** Abril a Julho

**Duração:** Período da tarde e período da noite

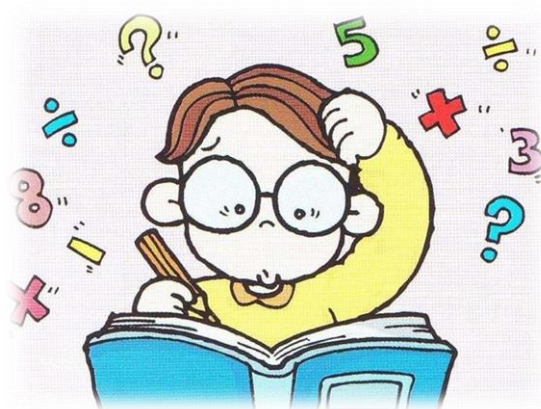
**Número de Participantes:** crianças e jovens

**Objetivo Geral:** Apoio nas atividades relacionadas com a escola e no desenvolvimento pelo interesse escolar

**Descrição:** Apoio ao estudo e nos trabalhos de casa

**Recursos:** Cadernos, lápis, borracha, caneta

**Dinamização:** Estagiária de Educação Social



**Figura 1.** Colégio Web, 2013

Apêndice I. Atividades realizadas no âmbito do estágio curricular – Atividade 2



## Atividade 2

**Atividade:** Dia da Mãe

**Local da Atividade:** Lar Santa Isabel

**Data:** 29 de Abril de 2016

**Duração:** Período da Noite (após o jantar)

**Número de Participantes:** 7 crianças/jovens

**Objetivo Geral:** Desenvolver relações afetivas entre as crianças/jovens e as mães/alguém especial e estimular a criatividade

**Descrição:** Elaboração de um caça sonhos

**Recursos:** Material diverso (arame, tecidos, linha, cola, lã, entre outros)

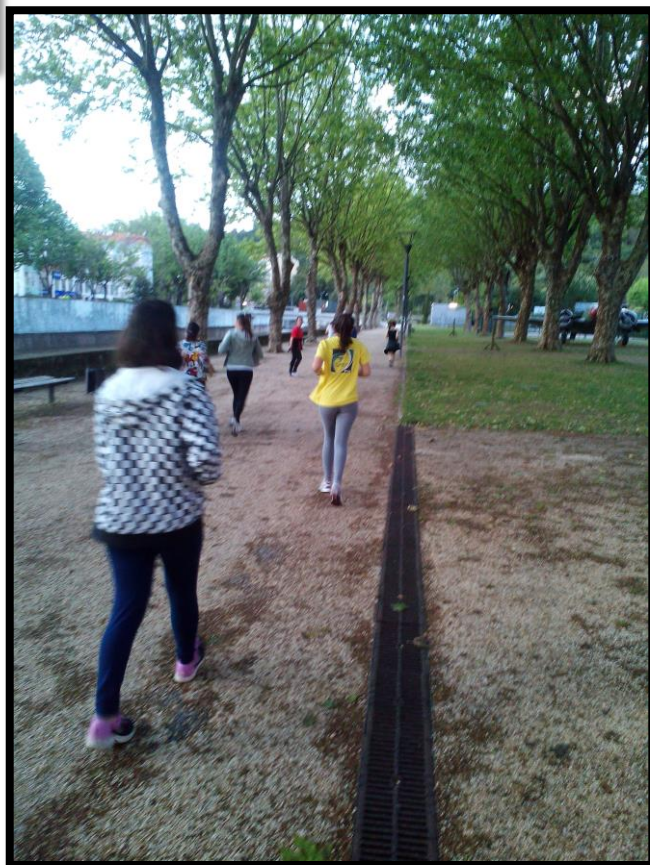
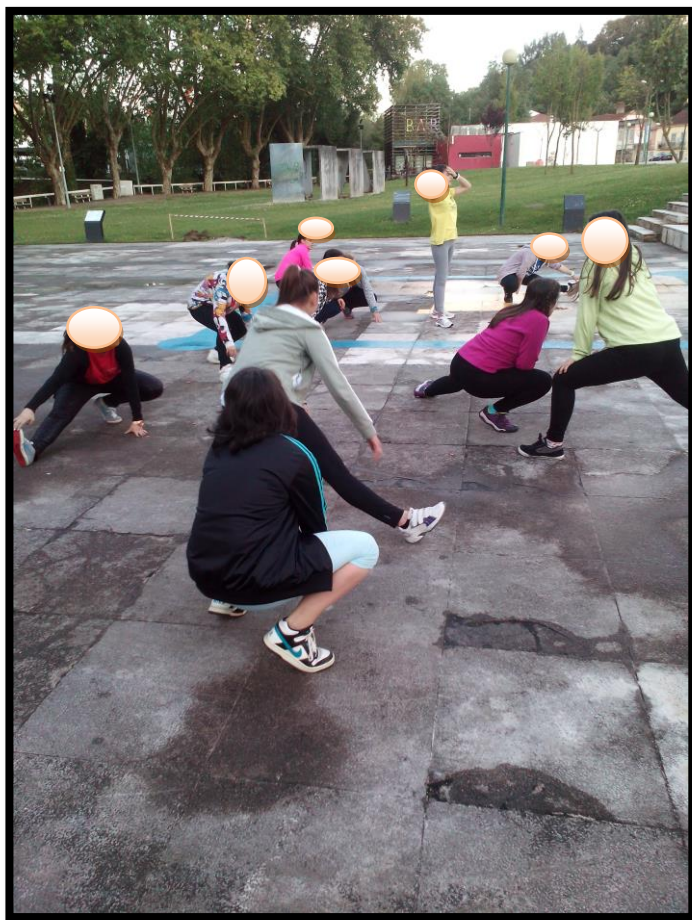
**Dinamização:** Estagiária de Educação Social e a estagiária de Serviço Social



**Figura 2.** A Teia dos Sonhos e o Esoterismo. Blogue



**Apêndice J. Atividades realizadas no âmbito do estágio curricular – Atividade 3**



### Atividade 3

**Atividade:** Caminhada/corrída

**Local:** Exterior

**Data:** 11-05-2016

**Duração:** Após o jantar

**Número de Participantes:** 10 jovens

**Objetivo geral:** Promover o bem-estar físico e atividade física

**Descrição da atividade:** caminhada e corrida com as jovens por Leiria, com a duração aproximada de uma hora.

**Recursos:** Equipamento desportivo

**Dinamização:** Estagiária de Educação Social, estagiária de nutrição e a psicóloga.



**Figura 3.** Correr corretamente: o gesto técnico da corrida. Bogue)



**Apêndice K. Atividades realizadas no âmbito do estágio curricular – Atividade 4**



#### Atividade 4

**Atividade:** Dia Mundial do Brincar – “Garrafa Mágica”

**Local da Atividade:** Lar Santa Isabel

**Data:** 27 de Maio de 2016

**Duração:** Período da Noite (após o jantar)

**Número de Participantes:** 13 crianças e jovens

**Objetivo Geral:** Desenvolver a imaginação e a participação/convívio

**Descrição:** Uma estagiária (educação social ou serviço social) gira a garrafa no centro do círculo e quando esta parar, irá apontar na direção de uma criança ou jovem e a mesma terá de se dirigir ao centro do círculo, retirar aleatoriamente um envelope e desempenhar a tarefa descrita. As tarefas descritas nos envelopes eram: imitar um animal; através de uma palavra, cantar uma música à sua escolha; desempenhar uma profissão; mímica; dançar

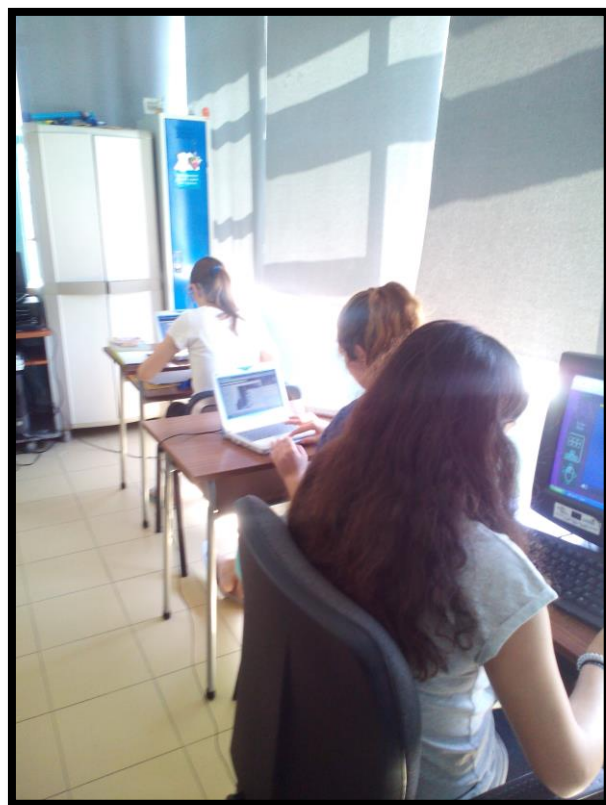
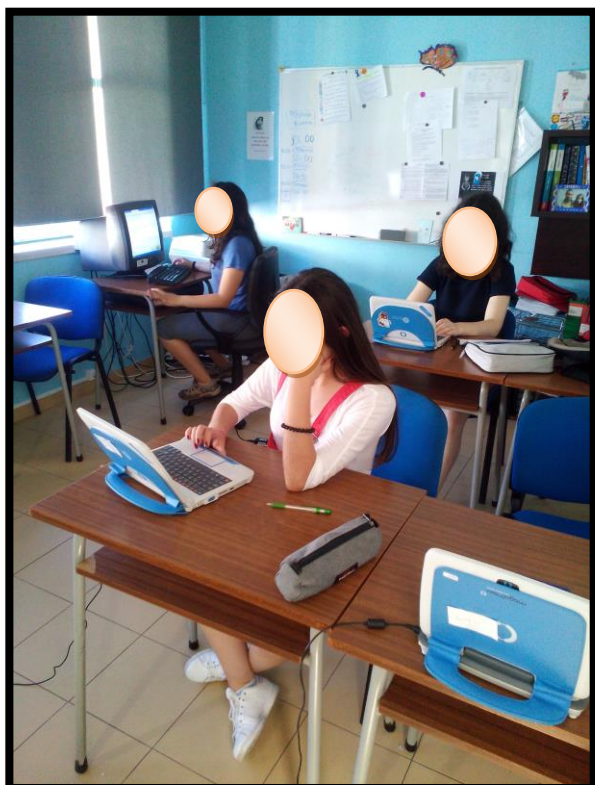
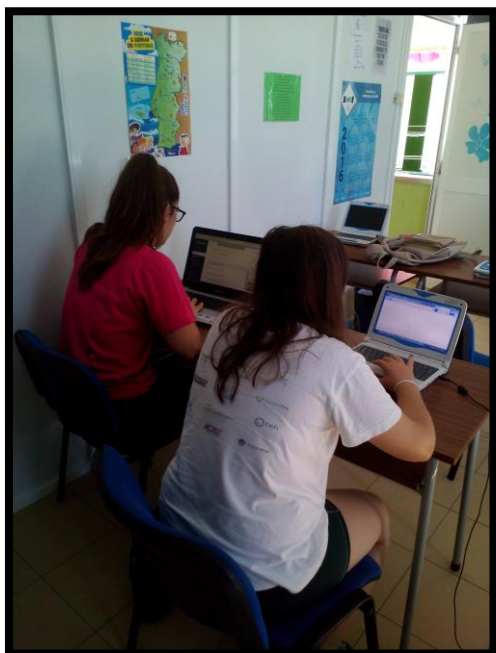
**Recursos:** Uma garrafa e envelopes

**Dinamização:** Estagiária de Educação Social e a estagiária de Serviço Social



**Figura 4.** Blog Infantil de Moda e Diversão, 2016

**Apêndice L. Atividades realizadas no âmbito do estágio curricular – Atividade 5**





## Atividade 5

**Atividade:** Técnicas de Procura de Emprego

**Local da Atividade:** Lar Santa Isabel

**Data:** Junho e Julho

**Duração:** Período da tarde

**Número de Participantes:** 14 jovens

**Objetivo Geral:** Desenvolver a procura ativa de emprego

**Descrição:** A atividade decorreu na sala dos computadores, que pertence à sala de estudo do Lar Santa Isabel. A atividade foi dividida em duas partes: na primeira parte, as jovens aprenderam a fazer o seu próprio currículo e na segunda parte, aprenderam que comportamentos devem adotar numa entrevista de emprego

**Recursos:** Computador Portátil, folhas e canetas

**Dinamização:** Estagiária de Educação Social



**Figura 5.** Rede Prestige, 2013

**Apêndice M. Atividades realizadas no âmbito do estágio curricular – Atividade 6.**



## Atividade 6

**Atividade:** Dia Europeu da Música

**Local da Atividade:** Lar Santa Isabel

**Data:** 21 de Junho de 2016

**Duração:** Período da Noite (após o jantar)

**Número de Participantes:** Todas as crianças e jovens

**Objetivo Geral:** Conhecer diversos géneros musicais e respetivas danças

**Descrição:** A atividade decorreu na sala de estar do Lar, onde o grupo de participantes dançou ao som de cada música, referente a diversos estilos musicais como: samba, fado, indie pop, metal alternativo, salsa, rap, pop, música popular, kizomba, rock alternativo, reggae, ballet, gospel, grunge, heavy metal, soul, blues, gótico, house e punk.

**Recursos:** Computador Portátil e colunas

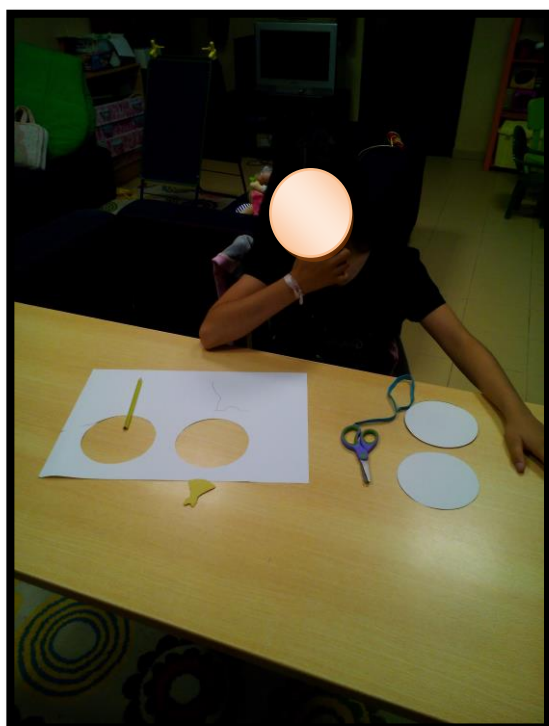
**Dinamização:** Estagiária de Educação Social



**Figura 6.** Dicas para uma Vida Saudável, 2016



**Apêndice N. Atividades realizadas no âmbito do estágio curricular – Atividade 7**



## Atividade 7

**Atividade:** Dia das Bibliotecas

**Local da Atividade:** Lar Santa Isabel

**Data:** 4 de Julho de 2016

**Duração:** Período da Noite (após ao jantar)

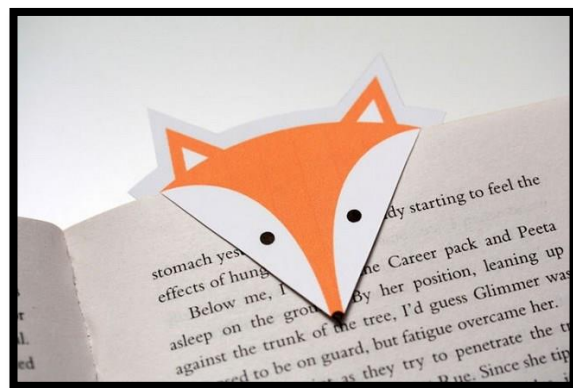
**Número de Participantes:** 10 crianças e jovens

**Objetivo Geral:** Promover a criatividade e o gosto pela leitura

**Descrição:** O grupo de participantes construiu marcadores para livros, com diversas formas

**Recursos:** Tecidos, CD's, tecido de feltro, botões, cola e canetas

**Dinamização:** Estagiária de Educação Social e a estagiária de Serviço Social



**Figura 7.** Mega Curioso, Raposa.



**Apêndice O. Atividades realizadas no âmbito do estágio curricular – Atividade 8**



## Atividade 8

**Atividade:** Ensaios para a Gala “Achas que sabes dançar/cantar?”

**Local da Atividade:** Lar Santa Isabel

**Data:** Junho e Julho

**Duração:** Período da tarde e período da noite

**Número de Participantes:** 15 crianças e jovens

**Objetivo Geral:** Promover a criatividade e o gosto pela dança e música

**Descrição:** as participantes foram ensaiando na sala dos brinquedos/atividades para estarem preparadas para a gala

**Recursos:** Computador portátil e colunas

**Dinamização:** Estagiária de Educação Social



**Figura 8.** Divãlosofando (Blogue), 2009

**Apêndice P. Atividades realizadas no âmbito do estágio curricular – Atividade 9**

**Atividade:** Sessão de Cinema

**Local da Atividade:** Lar Santa Isabel

**Data:** 13 de Julho de 2016

**Duração:** Período da Noite (Após o jantar)

**Número de Participantes:** Todas as jovens e as crianças

**Objetivo Geral:** Perceber a importância do conhecimento sobre os perigos da internet (redes sociais)

**Descrição:** As jovens e as crianças reuniram-se na sala de estar do Lar Santa Isabel, onde está a televisão, e assistiram ao filme “Trust – Perigo Online”

**Recursos:** Televisão, colunas e computador portátil

**Dinamização:** Estagiária de Educação Social e estagiária de Serviço Social



**Figura 9.** R7 Entretenimento, 2016

**Apêndice Q. Atividades realizadas no âmbito do estágio curricular – Atividade 10**





## Atividade 10

**Atividade:** Pintura das Bandeiras

**Local da Atividade:** Lar Santa Isabel

**Data:** 20 de Julho de 2016

**Duração:** Período da Manhã

**Número de Participantes:** 13 crianças e jovens

**Objetivo Geral:** Desenhar a bandeira de Portugal e de Inglaterra

**Descrição:** Um grupo de crianças e jovens desenharam duas bandeiras: Portugal e Inglaterra, com o intuito de agradecer uma viagem paga às grutas da moeda.

**Recursos:** Cartolina, canetas, lápis, tesouras, tintas, cola

**Dinamização:** Estagiária de Educação Social



**Figura 10.** Cliquetando, 2014

**Apêndice R. Atividades realizadas no âmbito do estágio curricular – Atividade 11**



## Atividade 11

**Atividade:** Gala “Achas que sabes dançar/cantar?”

**Local da Atividade:**

**Data:** 29 de Julho de 2016

**Duração:** Período da Noite

**Número de Participantes:** 17 jovens e as crianças

**Objetivo Geral:** Promover a criatividade e o gosto pela dança e música

**Descrição:** Após os ensaios que ocorreram entre Junho e Julho, a estreia da Gala ocorreu numa sexta-feira à noite e contou com a presença das equipas multidisciplinares, educativa e de apoio, as restantes jovens que não participaram no concurso e alguns familiares das participantes

**Recursos:** Computador portátil, colunas, cadeiras

**Dinamização:** Estagiária de Educação Social, estagiária de Serviço Social e educadora social



**Apêndice S. Letra de uma Música**  
(Letra escrita por duas jovens do Lar Santa Isabel)

Elodie por ti tenho respeito,  
Bates forte no meu peito,  
Quero que estejas comigo,  
És o meu porto de abrigo,  
És a luz do meu dia,  
Aquele que me guia.

Peço-te ajuda, agarro a tua mão,  
Abre a tua alma e liberta o teu coração,  
Há algo em nós que faz sentido,  
Sempre que há um problema fica tudo resolvido.

Eu caí e tu me levantaste,  
Pedi a tua mão e tu não recusaste,  
Temos a chave desta união,  
A tua presença vai ser sempre recordação.